

INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA: OBJETIVOS ATRIBUÍDOS POR SEUS DIRIGENTES E PELOS
JOVENS ATENDIDOS

Juliana Prates Santana

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção
do grau de Mestre em Psicologia sob a orientação da
Profa. Dra. Sílvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia de Desenvolvimento

Porto Alegre, Março de 2003.

“...saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e coerências, que estas têm a obrigação de explicar-se por si mesmas.”

José Saramago

AGRADECIMENTOS

Escrever a parte dos agradecimentos foi o momento mais aguardado por mim. Afinal, neste espaço eu posso escrever sem seguir um padrão, uma forma. Aqueles que me conhecem sabem o quanto odeio ter que escrever pensando no formato: número de palavras, linhas, parágrafos. A sensação que tenho é que no final se esquece o conteúdo e se pensa apenas na forma. Pois agora, quero que todos pensem apenas no conteúdo! Esqueçam as regras e aceitem os meus mais sinceros agradecimentos...

Tenho que confessar uma dificuldade: como não quero seguir formas pré-estabelecidas, estou sem saber por onde começar. O fato é que preciso agradecer a todos aqueles que literalmente me suportaram ao longo deste mestrado! E foi muita gente pra me convencer de que era possível! Desde já antecipo que não estarão citados aqui todos os nomes e todas as contribuições que recebi, pois acredito que ultrapassaria todos os limites esperados para uma seção de agradecimentos.

Jogando fora toda a idéia de originalidade, agradeço primeiramente aos meus pais. Por todo o carinho e apoio que me deram sempre. Por permitirem que eu fosse tão longe pra seguir os meus sonhos. Por dividirem comigo a saudade de estar longe de casa. E por falar em saudade, quero agradecer aos meus amigos de Salvador que não me abandonaram apesar desta distância física que nos encontramos. E não posso esquecer de falar do meu irmão Lucas, a quem tanto amo e que também morro de saudades!

Saindo de Salvador, chego em Porto Alegre e aqui começa mais uma série de agradecimentos. Meu eterno agradecimento às minhas duas “famílias gaúchas” que me acolheram como filha e me propiciaram muito amor e carinho. Falando em acolhidas, agradeço a Rafa, Sofia e Tirza por serem tão amigas e terem feito das minhas casas nesta cidade, verdadeiros lares. Quero dizer muito obrigada às minhas amigas Aline e Viviane: vocês sabem o quanto são especiais para mim.

Quel e Thai...eu poderia escrever uma dissertação sobre nossa equipe! Eu juro que procurei as palavras certas para demonstrar todo o meu agradecimento por vocês, mas não encontrei. É impossível resumir todos os momentos que passamos juntas! Amo vocês e só posso dizer uma coisa: muito obrigada por tudo!

Quero agradecer, ainda, aos meus professores e colegas da Universidade Federal da Bahia por terem me ensinado o prazer de vivenciar a comunidade universitária. Aos meus eternos amigos do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Psicologia (CONEP), que me ensinaram o valor do trabalho em equipe e a importância dos movimentos sociais.

Outro importante agradecimento é destinado aos cidadãos que ao pagarem seus impostos garantiram a minha formação acadêmica em Universidades públicas e de qualidade.

Gostaria de agradecer a Professora Sílvia Koller por ter acreditado desde o início que este projeto era possível. Obrigada pelas palavras de carinho e incentivo. Aprendi muito com você.

Agradeço aos professores Denise Bandeira, Ruy Krebs e Sandra Corazza pelas valiosas contribuições.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os participantes desta pesquisa, que tão gentilmente colaboraram comigo. Espero ter conseguido expressar da melhor maneira possível o que aprendi com vocês.

SUMÁRIO

Sumário de Tabelas.....	16
Resumo.....	17
Abstract.....	18
Capítulo I	
Introdução.....	19
1. Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano.....	20
2. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	25
3. Instituições de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.....	33
4. Considerações Éticas.....	37
Capítulo II	
Estudo 1.....	39
Método.....	39
1. Participantes.....	39
2. Instrumentos.....	39
3. Procedimentos.....	42
Resultados e Discussão	44
Capítulo III	
Estudo 2.....	61
Método.....	61
1. Participantes.....	61
2. Instrumento.....	61
3. Procedimentos.....	62
Resultados e Discussão	62
Capítulo IV	
Estudo 3.....	78
Método.....	78
1. Participantes.....	78
2. Instrumento.....	78
3. Procedimentos.....	79

Resultados e Discussão	79
Capítulo V	
Considerações Finais.....	93
Referências.....	104
Anexos	
A. Entrevista semi-estruturada.....	111
B. Questionário para o cadastro de instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua.....	114
C. Entrevista semi-estruturada.....	117
D. Consentimento informado.....	118
E. Estudo Piloto.....	119

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1	Identificação dos participantes, vinculação à instituição de ensino, realização de trabalho, obtenção de dinheiro na rua, contato com a família e última ida para casa.....	45
Tabela 2	Frequência das categorias de utilização institucional.....	51
Tabela 3	Frequência das categorias de atribuição de objetivos institucionais.....	55
Tabela 4	Identificação das instituições de atendimento por tipo de serviço oferecido, capacidade de atendimento, fonte mantenedora e tempo de funcionamento.....	63
Tabela 5	Identificação dos participantes por idade, sexo, vinculação à instituição de ensino, série, trabalho, obtenção de dinheiro na rua, local de moradia.....	120

RESUMO

O presente estudo visou a identificar a relação estabelecida entre os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento a eles destinadas. Foram comparados os significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento com os objetivos destes locais presentes nos documentos ali produzidos e segundo os seus dirigentes e/ou coordenadores. Foram realizados três estudos interdependentes, sendo o primeiro feito com os adolescentes em situação de rua no centro da cidade de Porto Alegre. O segundo estudo foi realizado com as instituições mais citadas pelos participantes do estudo anterior e o terceiro estudo teve como participantes os dirigentes e/ou coordenadores destas instituições. Os resultados demonstram haver, de uma maneira geral, uma coerência entre os objetivos institucionais presentes nos documentos analisados, na fala dos adolescentes e dos dirigentes destes serviços. Isto ocorre, principalmente, em relação ao objetivo do suprimento das necessidades básicas das crianças e adolescentes atendidas pelas instituições, havendo algumas incoerências em relação ao objetivo de reinserção social. Esta é apontada como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas instituições de atendimento, sendo discutidas as principais implicações desta dificuldade. A partir da realização dos estudos, foi possível constatar, ainda, a existência de uma trajetória de vinculação institucional que demonstra a forma como os jovens em situação de rua se relacionam com a rua, as instituições de atendimento e a família. Por fim, é importante ressaltar o papel da inserção ecológica da equipe de pesquisa nos diferentes contextos investigados, garantindo a validade ecológica dos dados e apontando uma série de aspectos que contribuíram para melhor compreender a relação estabelecida entre os jovens em situação de rua e as instituições de atendimento a eles destinadas.

ABSTRACT

The study aims to identify the relation between the street youth and the institutions they attend. The meaning that street adolescents attributed to the institutions were compared to both the goals that these institutions state in their documents and the form such goals are described by their coordinators and managers. Investigations were divided in three parts. The first involved street adolescents from Porto Alegre downtown. The most cited institutions of the first part were investigated in the second, and the coordinators and managers of these institutions were the participants in the third. Results showed that, at most, there is a fair agreement between the institutional objectives as stated in documents, and as described by the adolescents, and by the manager/coordinators. Agreement is stronger concerning supplying the basics requirements of the attended children and adolescents than with respect to their social reinsertion. The latter aspect pointed out as one of the greatest difficulties faced by the institutions, and its main implications are further discussed. The investigation also made it possible to find a path of institutional constraint, which clarifies the relationship among street youth, the attending institutions, and their families. Finally, it is important to point out the role of the ecological insertion of the research team in the various investigation contexts, assuring the ecological validity of the data, and uncovering a serie of aspects that contribute for a better understanding of the relationship between street youth and the institutions aimed to them.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa a identificar a relação estabelecida entre os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento a eles destinadas. Neste sentido, comparou-se os significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento e os objetivos destes locais presentes nos documentos ali produzidos e segundo os seus dirigentes e/ou coordenadores. Com esta finalidade foram realizados três estudos interdependentes, sendo o primeiro feito com os adolescentes em situação de rua no centro da cidade de Porto Alegre. O segundo estudo foi realizado pela análise dos documentos das instituições mais citadas pelos participantes do estudo anterior e o terceiro estudo teve como participantes os dirigentes e/ou coordenadores destas instituições.

A comparação entre os significados atribuídos às instituições de atendimento e os seus objetivos é justificada pelos achados de Hecht (1998), ao sugerirem que a não-efetividade destas instituições se deve em certo grau a diferenças existente entre estes. Para este autor, as instituições visam, a partir dos seus serviços, à retirada do adolescente do ambiente da rua. Os adolescentes vêm, por sua vez, as instituições como parte integrante da vida na rua, utilizando os seus serviços como uma forma de garantir a sua sobrevivência neste contexto. A realização destes três estudos possibilita, então, uma melhor compreensão destas instituições e do papel que desempenham na vida dos adolescentes em situação de rua.

O adolescente em situação de rua desenvolve-se em um contexto diferenciado e bastante complexo, determinado pelo viver na rua. Este ambiente repleto de peculiaridades deve ser amplamente considerado quando se pretende estudar aspectos referentes ao desenvolvimento destes adolescentes. É necessário, portanto, que se utilize uma abordagem teórica e metodológica que abranja este fenômeno complexo que é se desenvolver na rua. Em resposta a esta problemática, alguns estudos com crianças e adolescentes em situação de rua (Alves, 1998; Brito, 1999; Koller, 1994; Santos, 2000; Vargas, 2002) têm utilizado a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH), proposta por Urie Bronfenbrenner (1979/1996, 1989, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano

O primeiro aspecto a ser considerado no presente estudo refere-se ao entendimento da criança e do adolescente em situação de rua como pessoas em desenvolvimento. Trata-se, aparentemente, de uma afirmação óbvia que não acrescenta nada de novo aos estudos com esta população. Contudo, esta afirmação refere-se a uma nova perspectiva teórica e metodológica que acarreta diferentes possibilidades para o entendimento do desenvolvimento destes jovens. Nesta abordagem, enfatizam-se as particularidades desenvolvimentais vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes que se desenvolvem neste contexto diferenciado e não os déficits encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem nos contextos culturalmente esperados.

Para a AEDH o desenvolvimento consiste em um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu ambiente, sendo que ambos possuem o mesmo valor explicativo. Bronfenbrenner (1979/1996, 1989, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Morris, 1998) propõe que o modelo explicativo do desenvolvimento humano deve ser composto por quatro dimensões inter-relacionadas: Contexto, Processo, Tempo e Pessoa (CPTP).

A primeira dimensão é o Contexto, que se refere ao meio ambiente ecológico composto por um conjunto de quatro sistemas concêntricos e suas interconexões. Tais sistemas são respectivamente denominados de microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema.

O microsistema refere-se ao conjunto de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento em um ambiente específico (Bronfenbrenner, 1979/1996). Este contexto é constituído pelas relações face-a-face caracterizadas pelo alto grau de significância e estabilidade. Como exemplos de microsistemas dos jovens em situação de rua pode-se citar a própria rua, as instituições de atendimento, a família e o grupo de amigos (Brito, 1999). As inter-relações ocorridas entre os microsistemas formam o mesossistema, sendo a sua constituição modificada ou ampliada ao longo do desenvolvimento a partir das experiências vividas pela pessoa. Para as crianças e os adolescentes em situação de rua, o mesossistema consiste no conjunto de relações entre todos os microsistemas existentes. O presente estudo apresenta como característica o enfoque nesta dimensão, uma vez que se objetivou justamente o entendimento da relação desenvolvida entre os microsistemas da rua e da instituição.

O terceiro nível é o exossistema, composto pelos ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento não está presente, mas cujos eventos ocorridos nestes influenciam diretamente o seu desenvolvimento. Para as crianças e os adolescentes em situação de rua

pode-se citar, por exemplo, a administração das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, a Fundação de Assistência Social e Cidadania, os Conselhos Tutelares, o Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, entre outros (Brito, 1999).

O macrossistema refere-se ao conjunto compartilhado de crenças, ideologias e valores que perpassam as formas de organização social. Tal conjunto tem alto poder de determinação nas formas de relação que ocorrem nos sistemas anteriores (micro, meso e exossistemas). Estas ideologias, crenças e valores são interiorizados de forma ativa pela pessoa em desenvolvimento, influenciando os seus comportamentos e suas experiências. O conhecimento do macrossistema por parte do pesquisador é essencial para a compreensão dos significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições por eles freqüentadas. Este macrossistema é influenciado pelo contexto específico do adolescente, no caso o cotidiano da rua na cidade de Porto Alegre e, também, pelo seu contexto mais amplo, no caso o Brasil.

Como exemplo do funcionamento e integração dos sistemas apresentados (micro, meso, exo e macrossistemas) no que se refere aos adolescentes em situação de rua, pode-se citar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Este concentra o significado da infância e da adolescência, assim como os direitos da criança e do adolescente vigentes atualmente. Estes valores compõem o macrossistema, influenciando diretamente as políticas públicas destinadas aos adolescentes em situação de rua. Estas políticas constituem o exossistema destes adolescentes, que influenciam ou definem, por sua vez, o tipo de instituição que lhes será oferecida. A existência de escolas que atendam às crianças e aos adolescentes em situação de rua, por exemplo, está implícita no ECA (1990), ao garantir que todas as crianças e adolescentes tenham o direito à educação, sendo este um dever do Estado. As interações que o adolescente em situação de rua estabelece com os funcionários desta escola constituem um dos seus microssistemas. Estas relações sofrem a influência das normas estabelecidas pelo ECA e das políticas públicas originadas a partir deste. Além disto, este adolescente estabelece outras interações que se relacionam com o microssistema escola, como por exemplo, a educação social de rua, muitas vezes responsável pelo primeiro convite para o adolescente engajar-se na escola, possibilitando o início do processo de distanciamento com a vida na rua. A relação entre a educação social de rua e a escola constitui o mesossistema, conforme a descrição anterior. Somente a partir da compreensão destes complexos sistemas e interações entre eles é possível compreender o desenvolvimento humano e, especificamente, o dos adolescentes em situação de rua, foco do presente estudo.

A segunda dimensão é o Processo, cujo conceito vem sendo desenvolvido ao longo da obra de Bronfenbrenner (1979/1996, 1989, 1993, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Atualmente é definido como a interação recíproca ocorrida nas díades desenvolvimentais, formadas pela pessoa em estudo e seus diferentes objetos de interação que incluem pessoas, símbolos e objetos. Tal interação “envolve uma transferência de energia entre um ser humano em desenvolvimento e as pessoas, objetos e símbolos existentes no ambiente imediato” (Bronfenbrenner & Evans, 2000, p. 118). Além disto, é profundamente afetada pelas características da pessoa em desenvolvimento e do contexto onde esta interação ocorre (Bronfenbrenner, 1995a). No presente estudo, será focado o processo de interação que ocorre entre os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento que eles freqüentam.

Uma importante questão relacionada ao estudo do Processo refere-se à relevância da atribuição de significados dados pela pessoa em desenvolvimento às suas diversas experiências. Estes significados, atribuídos aos diversos aspectos do contexto onde ocorre o desenvolvimento, influenciam a maneira como a pessoa age e/ou reage a este ambiente. Como afirma Bronfenbrenner (1995a), incluir as crenças e os comportamentos correspondentes em um mesmo estudo aumenta o seu poder explicativo. Neste sentido, os significados atribuídos pelos adolescentes em situação de rua às instituições que freqüentam influenciam as formas como estes adolescentes se relacionam com as instituições. Entender a instituição como um lugar de proteção, por exemplo, possivelmente levará um adolescente a procurar tal instituição nos momentos em que se sentir desprotegido. A partir disto, entende-se a importância de se compreender o conjunto de significados que os adolescentes em situação de rua atribuem à rede de atendimento freqüentada por eles.

Os significados compõem, juntamente com outros mecanismos de interação, os denominados Processos Proximais. O estudo desta dimensão possibilita compreender os mecanismos que orientam a interação organismo e ambiente. Uma vez que tal interação desempenha um papel central na definição de desenvolvimento proposta pela AEDH, pode-se inferir que os Processos Proximais constituem uma das principais unidades de análise sugeridas para as pesquisas realizadas a partir desta abordagem (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Outro importante aspecto da AEDH concerne às denominadas transições ecológicas ocorridas no processo desenvolvimental. Estas são definidas como as modificações de papéis e de ambientes decorrentes das mudanças ocorridas na vida da pessoa, referindo-se, portanto, ao processo de acomodação organismo e ambiente ao longo do desenvolvimento

(Bronfenbrenner, 1979/1996). A ida da criança e/ou do adolescente em situação de rua para uma instituição exige deste jovem o exercício de novos papéis neste novo ambiente, assim como é exigido deste ambiente novas respostas decorrentes do ingresso da criança e/ou do adolescente. O exercício destes novos papéis pelo jovem constitui a transição ecológica. As transições ecológicas podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento, dependendo da forma como ocorrem. Por exemplo, o ingresso do jovem em uma instituição será facilitado caso este perceba neste ambiente o reconhecimento dos seus valores e das suas crenças anteriormente construídos. Este mesmo jovem pode perceber a entrada na instituição como uma forma de exclusão que, somada aos outros fracassos experienciados, contribuem para diminuir a sua auto-estima. É importante ressaltar que as transições ecológicas influenciam todos os níveis do contexto humano. Em virtude de todos estes aspectos colocados é que se percebe o estudo das transições ecológicas como uma forma de se compreender a denominada ecologia do desenvolvimento humano.

A terceira dimensão refere-se ao Tempo, o qual assume uma posição cada vez mais relevante nos estudos da AEDH, sendo considerado um organizador emocional e social de extrema importância para a compreensão do processo evolutivo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Esta dimensão pode ser compreendida como um sistema integrado denominado de cronossistema, cuja composição segue a mesma organização concêntrica do Contexto, possuindo três esferas denominadas de microtempo, mesotempo e macrotempo.

O microtempo refere-se à menor das esferas e consiste na temporalidade envolvida nas interações da pessoa em desenvolvimento. Trata-se do período de tempo transcorrido durante uma interação e reflete as continuidades e as discontinuidades dos Processos Proximais (De Antoni & Koller, 2001). A AEDH enfatiza a percepção da pessoa acerca deste processo temporal (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Através do estudo do microtempo pode-se compreender como a irregularidade e a imprevisibilidade do ambiente dificultam a efetividade dos Processos Proximais, acarretando prejuízos no desenvolvimento. Da mesma forma, a regularidade e a estabilidade destes processos contribuem para um desenvolvimento saudável.

O mesotempo refere-se à periodicidade dos eventos no curso do desenvolvimento, podendo ser medido em escalas de tempo mais amplas, como dias, semanas e anos. Diz respeito à criação de rotinas, à percepção de normas, entre outros. O microtempo e o mesotempo estão diretamente relacionados com as experiências da pessoa e as diversas interações que ocorrem ao longo do processo evolutivo (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O macrotempo está relacionado, por sua vez, com eventos maiores que definem a história que atua no desenvolvimento. Esta história possui duas dimensões, sendo que a primeira consiste no momento do ciclo vital em que a pessoa em desenvolvimento se encontra. Por exemplo, ter uma idade entre sete e doze anos define muitas das características psíquicas e expectativas sociais depositadas em uma determinada pessoa que se encontre neste ponto da história do ciclo desenvolvimental. A segunda dimensão do macrotempo refere-se ao tempo histórico e social em que a pessoa em desenvolvimento se encontra. A análise da dimensão temporal é essencial para compreender, por exemplo, as diferenças das características dos adolescentes em situação de rua do início do século XXI e dos adolescentes em situação de rua que viveram em outro tempo histórico e político.

Um interessante aspecto relacionado à dimensão temporal trata da diferença entre o tempo de desenvolvimento dos adolescentes e os diversos tempos institucionais e das políticas públicas. As políticas públicas podem ser discutidas e implementadas após alguns anos e ainda assim serem consideradas ágeis. Contudo, estes mesmos anos na vida de um adolescente em situação de rua possuem uma dimensão completamente diversa. Provavelmente, passado um ano, muitos eventos terão ocorrido com este adolescente modificando o curso do seu desenvolvimento. Estas diferenças são, muitas vezes, fonte de grande frustração para aqueles que trabalham direta ou indiretamente com esta população.

Em todas as dimensões anteriormente descritas, a pessoa em desenvolvimento foi constantemente referida. Pode-se afirmar, então, que a dimensão Pessoa é definida como um conjunto integrado das dimensões Contexto, Processo e Tempo. Esta é uma afirmação correta, porém incompleta. A pessoa em desenvolvimento realmente está presente, influencia e é influenciada por todas as dimensões anteriores, mas não se pode desconsiderar as especificidades desta dimensão em si mesma. Em relação a estas, deve-se ressaltar os três núcleos básicos que são as demandas, as disposições e os recursos (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coppeti, 2001; De Antoni & Koller, 2001).

As demandas referem-se às características inatas da pessoa e influenciam o seu desenvolvimento por agirem sobre as respostas ambientais que tal pessoa receberá. Como exemplo, pode-se citar gênero, etnia, temperamento, entre outros. As disposições referem-se às características pessoais que podem influenciar no futuro da pessoa em desenvolvimento no sentido de promovê-lo ou retardá-lo. São as denominadas forças da pessoa e se dividem em desenvolvimentalmente geradoras ou disruptivas. Características como curiosidade, elevado nível de auto-eficácia e responsividade para tomar iniciativas são exemplos destas características que promovem o desenvolvimento. Características opostas às citadas, como impulsividade, distração e baixo nível de auto-eficácia são

exemplos de características disruptivas que retardam o desenvolvimento. Por fim, têm-se os recursos que se referem às características adquiridas ou internalizadas na experiência prévia da pessoa. Pode-se citar como exemplos as habilidades, os conhecimentos adquiridos e as capacidades da pessoa (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Coppeti, 2001; De Antoni & Koller, 2001).

As delimitações entre as demandas, as disposições e os recursos são bastante tênues, dificultando a diferenciação entre estes conceitos. A justificativa para delimitações tão tênues encontra-se na própria definição de desenvolvimento anteriormente citada, que se refere ao processo dinâmico e recíproco de interação do meio com a pessoa. As características pessoais não poderiam deixar de apresentar, então, esta interação constante que se observa durante o desenvolvimento. Por isto, quando se fala em habilidades que são recursos, remete-se imediatamente à herança genética que são as demandas, ou mesmo às tendências individuais de prontidão à aprendizagem, que são as disposições.

Em relação aos aspectos gerais da AEDH é importante ressaltar algumas características metodológicas envolvidas (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Os estudos com bases ecológicas privilegiam a análise dos processos de interação no ambiente natural em que ocorrem, em detrimento aos experimentos laboratoriais. Além disto, tratam-se de pesquisas de descobertas, ou seja, o pesquisador não pretende simplesmente uma verificação das suas hipóteses, mas uma compreensão o mais ampla e contextualizada possível da realidade que está sendo estudada. Para alcançar esta contextualização, os pesquisadores utilizam como procedimento a inserção ecológica, que consiste na entrada da equipe de pesquisa no ambiente de investigação, possibilitando que esta integre o ambiente em que o fenômeno investigado esteja ocorrendo (Cecconello, 2003). Obviamente, uma única pesquisa não consegue abarcar todos os aspectos salientados na AEDH, devendo a escolha de determinados aspectos ser justificada metodologicamente, sem excluir a importância dos fatores que não foram diretamente abordados.

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Algumas características das crianças e dos adolescentes em situação de rua já foram expostas ao longo da apresentação da AEDH. Contudo, faz-se necessário que outras sejam melhor discutidas a partir da literatura que vem sendo produzida nos últimos anos acerca do tema.

Os estudos com jovens em situação de rua apresentam muitas diferenças e contradições justificadas, em grande parte, pela grande variação metodológica. Tratam-se

de estudos com amostras bastante variadas, em diferentes épocas e locais. Como forma de obter uma compreensão mais fidedigna da complexa realidade destas crianças e destes adolescentes, ressalta-se a importância da caracterização detalhada dos participantes, da replicação dos estudos, assim como da realização de estudos longitudinais com esta população.

A literatura aponta para a dificuldade em definir e caracterizar a população de crianças e adolescentes em situação de rua (Aptekar, 1996; Hutz & Koller, 1999; Koller & Hutz, 1996; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997). A própria denominação destes jovens foi mudando ao longo da história. No início do século passado, por exemplo, estas crianças e adolescentes eram chamados de “expostos”, “petizes”, “peraltas”, “vadias”, “pobrezinhos sacrificados”, entre outras denominações igualmente carregadas de valor pejorativo (Alvim & Valladares, 1988).

A partir do primeiro Código de Menores (1927), estes jovens passaram a ser denominados de “menor”, sendo este termo utilizado como categoria classificatória e seguido de inúmeros adjetivos que foram se multiplicando ao longo do tempo. Falava-se, então, de “menor infrator”, “menor abandonado”, “menor assistido”, “menor em situação de risco”, etc. No início da década de 80, a partir de estudos sociológicos, passou-se a utilizar a denominação de “meninos e meninas de rua”. Esta denominação foi incorporada na linguagem cotidiana, assim como pelos órgãos administrativos, já demonstrando a percepção de que havia diferenças entre os denominados “menores” (Alvim & Valladares, 1988). Após vários estudos com esta população, os pesquisadores perceberam que este grupo não era tão homogêneo como poderiam supor, passando a sugerir várias subclasses que poderiam melhor descrever a realidade destes jovens.

Várias propostas de delimitação destas subclasses foram sugeridas. Entre elas têm-se as propostas de Lusk (1992) e Patel (1990), sugerindo que as crianças e os adolescentes sejam nomeadas de acordo com as atividades desempenhadas na rua e a relação estabelecida com a família. A partir destes critérios, os autores definem quatro diferentes grupos a saber: crianças e adolescentes que trabalham na rua e voltam para casa à noite; crianças e adolescentes que trabalham independentemente nas ruas e cujos laços familiares começam a se desfazer; crianças e adolescentes que moram nas ruas com suas famílias; e crianças e adolescentes que moram sozinhas nas ruas e já não mantêm laços familiares. Aptekar (1988b) e Visano (1990) propõem, também, uma divisão baseada no tempo de permanência da criança na rua. Estas subclasses constituem-se em estágios gradativos, que se iniciam em um pequeno afastamento de casa até uma integração com a vida na rua e sua cultura.

Ao realizar um censo das crianças e adolescentes em situação de rua, Martins (1996a) propõe que as crianças e os adolescentes sejam classificados a partir de quatro parâmetros que cobrem todas as principais necessidades de um jovem. Tais parâmetros são: a forma de subsistência (própria ou para a família); local onde obtêm alimentação; local onde repousam ou dormem; e local de lazer. Ao observar estas características é possível compreender os laços familiares da criança, assim como a relação que esta estabelece com a rua.

Outra definição possível refere-se à distinção entre meninos *de* rua e meninos *na* rua (Alves, 1991; Forster, Barros, Tannhauser, & Tannhauser, 1992; Rosemberg, 1990). Os primeiros são jovens que já não possuem mais laços familiares estáveis e para os quais a rua constitui-se em ambiente de trabalho, lazer, interações e desenvolvimento. Os meninos *na* rua possuem, por sua vez, laços familiares e utilizam a rua principalmente como lugar de trabalho e lazer. Esta distinção é muito tênue, sendo mais teórica do que prática, uma vez que estas características definidoras são extremamente instáveis.

Koller e Hutz (1996) discutem a respeito destas definições e afirmam que, devido à complexidade do viver na rua com suas inúmeras particularidades, a melhor denominação seria *crianças e adolescentes em situação de rua*. Somado a isto, os autores ressaltam a necessidade de um entendimento mais aprofundado da história de vida de cada criança e adolescente para que o seu contexto evolutivo seja melhor compreendido, sem a necessidade de situá-los em uma categoria específica. Contudo, é necessário apontar indicadores básicos para serem utilizados nas pesquisas com esta população. Tais indicadores são, principalmente, aparência, relações familiares, atividades diurnas, eventos e comportamentos de risco, locais onde dormem e obtêm alimentação. Obviamente, estes indicadores também possuem ambigüidades que são apresentadas e discutidas por Neiva-Silva e Koller (2002). Isto demonstra mais uma vez as dificuldades existentes nos estudos com esta população, que serão contornadas somente a partir do aprimoramento contínuo destes estudos.

A análise cuidadosa destas diferentes definições contribui para o entendimento das políticas públicas destinadas a estas crianças e adolescentes ao longo da história. Cada denominação reflete a forma como a sociedade, os pesquisadores e os órgãos responsáveis pelas políticas públicas concebem a infância e a adolescência, suas principais necessidades e quais as melhores soluções para aquilo que é considerado uma problemática. A partir do ECA (1990), por exemplo, as crianças e os adolescentes passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e deveres, sendo que esta nova compreensão desencadeou uma série de políticas públicas e intervenções diferenciadas.

Estas mudanças nas definições são reflexos também da mudança de ênfase dada pelos pesquisadores a aspectos diferenciados do desenvolvimento humano em populações expostas à situação de risco, como no caso das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Hutz e Koller (1996) apontam que, inicialmente, os estudos enfatizavam aspectos patológicos desta população, principalmente em relação aos déficits desenvolvimentais apresentados em função do uso de drogas, marginalidade, exploração sexual e no trabalho, etc. (Aneci Rosa, Borba, & Ebrahim, 1992; Bucher, Costa, & Oliveira, 1991; Campos e cols., 1994; Filgueiras, 1992; Hutz & Forster, 1996; Jarvis, 1992; Kruks, 1991; Merritt & Raffaelli, 1995; Smart & Adlaf, 1992). Alguns autores passaram a referir aspectos saudáveis do desenvolvimento, compreendendo que anterior ao fato de estarem na rua, expostas a eventos de risco, tratavam-se de crianças e de adolescentes. Com isto, as pesquisas passaram a enfatizar aspectos diferenciados no processo de desenvolvimento, demonstrando características saudáveis destas crianças que foram preservadas e/ou desencadeadas pelo estar na situação de rua (Aptekar 1988b, 1989a, 1989b, 1996; Donald, 1994; Koller, 1994; Tyler, Tyler, Echeverry, & Zea, 1991). A questão evidenciada nestes estudos, que descrevem o ser humano saudável que está nas ruas, não implica o entendimento deste ambiente como um local ideal ou favorável para crianças e adolescentes viverem. Ressalta-se que o estar na rua permite e promove um desenvolvimento que deve ser considerado, devendo-se alterar as condições adversas. Estas crianças e adolescentes têm o direito de viver em ambientes mais saudáveis, com vínculos mais estáveis, e cabe a todos a responsabilidade de promover a qualidade de vida para esta população. Na verdade, a qualidade de vida não deve ser pensada ou pretendida como uma ação exclusiva para a população de crianças e adolescentes em situação de rua, mas sim como uma ação mais ampla de garantia de direitos humanos.

Outra questão importante nas pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua refere-se às estimativas numéricas que são realizadas. Tratam-se de números extremamente díspares que podem ser justificados pelas características inerentes a esta população, como a grande mobilidade espacial e rotatividade das crianças e dos adolescentes no ambiente da rua. Estudos revelam, ainda, as grandes dificuldades metodológicas envolvidas no processo de contagem destas crianças e adolescentes (Aptekar, 1996; Martins, 1996a; Rosemberg, 1996). Além disto, existem os interesses políticos, econômicos e sociais que acarretam vieses na realização e divulgação destas estimativas. Em função de todos estes fatores, os atuais estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua tratam sempre de estimativas específicas de uma amostra de crianças e de adolescentes, em um determinado corte no tempo e no espaço (Alves,

1998; Brito, 1999; Forster e cols., 1992; Hutz & Forster, 1996; Koller, 1994; Kuschick, Reppold, Dani, Raffaelli, & Koller, 1996; Santos, 2000). A dificuldade em estimar o número exato da população acarreta também problemas para o planejamento de uma rede de serviços que atenda satisfatoriamente a estes jovens.

Vários estudos em todo mundo investigaram as principais características de crianças e adolescentes em situação de rua (Aptekar, 1988a, 1989b, 1996; Hecht, 1998; Koller & Hutz, 1996; Swart-Kruger & Donald, 1996). Em geral, citam aspectos como características bio-sócio-demográficas, atividades desenvolvidas pela criança e/ou adolescente na rua, relação com a escola, família e pares, funcionamento psicológico e neurológico, e história anterior à inserção na rua.

A história anterior à inserção na rua talvez seja a principal questão a ser enfatizada nas políticas públicas e nas pesquisas, uma vez que assim haveria um trabalho preventivo, ao invés de simplesmente paliativo. Um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos está relacionado à saída das crianças e dos adolescentes para a rua. Estes jovens em geral vivem, juntamente com suas famílias, em condições de miséria, sendo apontado em alguns estudos que a saída para rua se deve, na maioria das vezes, a questões financeiras. Além disto, a violência doméstica é citada como um importante motivo para que as crianças e os adolescentes saiam de casa (Aneci Rosa, Borba, & Ebrahim, 1992; Aptekar, 1996). Esta violência decorre, muitas vezes, da reprodução de um modelo agressivo em que os próprios cuidadores destas crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e abandono na infância (Caminha, 1999).

A trajetória da criança e/ou do adolescente até chegar definitivamente a morar na rua passa por uma sucessão de fracassos ocorridos na interação deste jovem com sua família, parentes, amigos, escola, Conselho Tutelar e a rede de instituições destinadas a preservar e garantir o bem-estar deste sujeito que já não está sob os cuidados parentais ou de outros responsáveis. Por fim, trata-se de um fracasso de todos enquanto cidadãos que, a partir do ECA (1990), passaram a ser também responsáveis pelo cumprimento dos direitos e deveres deste jovem. Cada um dos segmentos citados, que tem um importante papel neste processo de fracasso, responsabiliza o outro. Assim, a responsabilidade que deveria ser de todos passa a ser de ninguém. A criança e o adolescente que deveriam ser considerados como sujeito de direitos e deveres passa a ser mais um problema social a ser resolvido (“pelo outro”).

As questões anteriores à saída da criança e do adolescente para a rua deveriam ser consideradas prioridades por todos, afinal a alteração das condições que justificam esta saída é a melhor forma de evitá-la. Mesmo que estas questões fossem todas resolvidas,

ainda seriam necessárias ações que alterassem a realidade das crianças que já se encontram nas ruas. Com este objetivo, faz-se necessário conhecer as características desta população, para que as medidas preventivas e paliativas propostas sejam mais eficazes.

Em relação aos dados bio-sócio-demográficos, a literatura, em geral, aponta um maior número de meninos do que meninas em situação de rua, variando entre os estudos a magnitude desta diferença (Aptekar, 1996; Martins, 1996a; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997). Uma das principais justificativas para o maior número de meninos em situação de rua refere-se ao papel social que as meninas desempenham em casa, ao ajudar a cuidar das crianças mais novas, limpar a casa, ou mesmo, servir de objeto sexual para os pais ou padrastos (Maciel, Brito, & Camino, 1997; Rizzini, 1995). Com isto, as meninas são mantidas em casa e os meninos transitam mais nas ruas, utilizando-as como fonte de trabalho e/ou lazer. Esta saída dos meninos para a rua não é vista como algo tão perigoso, como no caso das meninas, sendo muitas vezes incentivado pelos próprios pais. Os meninos passam a conhecer a rua como uma possibilidade de vida, estando muito mais expostos aos atrativos do viver na rua. Talvez ao conhecer estes atrativos, não seja mais possível suportar a situação de miserabilidade e maus tratos a que são submetidos. Estas diferentes situações vivenciadas por meninos e meninas devem-se também às concepções culturais de gênero. A diferença do número de meninos e meninas em situação de rua afeta diretamente a elaboração das políticas públicas e das instituições de atendimento a estes jovens. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, existe uma quantidade superior de vagas para os meninos nos abrigos existentes, refletindo esta diferença numérica em relação ao gênero constatada pelos estudos com esta população.

Ainda em relação ao gênero, discute-se a diferença de adaptabilidade e das experiências vividas nas ruas. Aptekar (1996) aponta que as meninas ao migrarem para rua refletem um processo de desintegração familiar muito maior do que os meninos, sendo por isto mais vulneráveis à situação de rua, apresentando maiores índices de estresse e desajustamento psicológico. Raffaelli e colaboradores (2000) ao investigarem estas diferenças no Brasil, apontam que as meninas referem uma história familiar mais negativa do que os meninos, mas a adaptabilidade nas ruas é semelhante. Estes autores levantam a hipótese de que as instituições de atendimento, presentes em grande número neste país, poderiam ser os responsáveis por esta melhor adaptabilidade. Além disto, existem diferenças de gênero na forma de vivenciar as experiências na rua e o tipo de relacionamento que se estabelece com as instituições de atendimento (Kuschick e cols., 1996).

Outra característica importante refere-se à idade com que estes jovens migram para a rua. Estudos apontam que o processo de desligamento com a família começa por volta dos cinco anos, sendo muito difícil encontrar crianças com idades inferiores a esta como moradoras da rua sem as suas famílias (Aptekar, 1996; Verma, 1999). Isto também repercute no planejamento das políticas públicas, havendo muito mais instituições e programas destinados a adolescentes do que a crianças. Novamente, evidencia-se o caráter mais paliativo oferecido pelo sistema social. As crianças recém-chegadas às ruas deveriam receber uma atenção imediata, pois é mais fácil reconstituir o seu vínculo com a família e comunidade do que restabelecer os vínculos de um adolescente que já tem uma longa trajetória de rua.

As crianças e os adolescentes que estão na rua desempenham, geralmente, atividades como olhar e lavar carros, vender gêneros alimentícios e outros produtos, engraxar sapatos, mendicância, ou mesmo, a perambulação pelas ruas (Alves, 1998; Martins, 1996a, 1996b; Rosemberg, 1996). Com estas atividades os jovens conseguem dinheiro que é levado, na maioria das vezes, para suas famílias (Aptekar, 1996; Maciel, Brito, & Camino, 1997; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997). As crianças e os adolescentes também utilizam o dinheiro para a compra de alimentos, de substâncias psicoativas, entre outros. É importante reconhecer os ganhos econômicos que a rua oferece, pois as instituições de alguma forma estão concorrendo com este reforço financeiro imediato que, muitas vezes, é superior às bolsas fornecidas pelos programas especializados ou instituições (Maciel, Brito, & Camino, 1997). Como exemplo, pode-se considerar os jovens que se envolvem com o tráfico de drogas. Os ganhos financeiros na rua são extremamente elevados e, conseqüentemente, difíceis de serem substituídos.

Os estudos com as crianças e os adolescentes em situação de rua demonstram também que a maioria destas tem ou já teve uma experiência escolar. A principal fonte de rompimento dos vínculos com a escola deve-se à sucessão de fracassos a que a criança e/ou o adolescente são submetidos (Forster e cols., 1992; Koller, 1994; Vasconcelos, 1996). O alto grau de repetência, as impossibilidades de conciliar a necessidade de trabalhar com a frequência na escola e a própria falta de atratividade da escola, com seus conteúdos tão distantes da realidade vivida por estes jovens, também são razões que promovem o abandono da instituição escolar. Contudo, é importante ressaltar a importância que a escola desempenha na vida e no imaginário destas crianças, que a considera como uma das formas possíveis de mudança de *status* social (Koller, 2001; Kuschick e cols., 1996). O discurso de que a escola reintegrará socialmente a criança e o adolescente é bastante difundido entre a população. Além disto, campanhas a todo

momento afirmam que “lugar de criança é na escola”, e não estar neste local faz com que as crianças e os adolescentes em situação de rua se percebam enquanto diferente das outras. Neste sentido, o acesso à educação formal deve ser um aspecto de extrema relevância para os programas e instituições que atendem estes jovens. O estar em uma escola é para a sociedade uma forma de reconhecer o *status* de criança e de adolescente, não sendo admissível que as crianças e os adolescentes percam este direito por estarem na rua.

A relação dos meninos e meninas em situação de rua com os seus pares é discutida em muitos estudos e verifica-se que estes jovens, em geral, vivem em pequenos grupos que obedecem uma hierarquia, havendo regras específicas, além de possuírem um vocabulário particular (Alves, 1998; Forster e cols., 1992; Menezes & Brasil, 1998). As instituições e/ou pesquisas com esta população devem considerar este importante aspecto referente ao viver na rua. O grupo exerce uma forte influência no jovem devendo ser incluído nas tentativas de inserção das crianças e dos adolescentes em instituições ou programas. Além disto, a compreensão das particularidades do vocabulário cotidiano é fundamental para que jovens e instituições possam estabelecer um contato inicial que seja mais eficaz no estabelecimento do vínculo futuro. É importante ressaltar que estas características não são exclusivas dos jovens em situação de rua, mas a existência de particularidades deste ambiente exige uma maior atenção por parte dos que atuam junto a esta população.

Por fim, a participação em instituições ou programas é considerada como uma importante característica compartilhada pelas crianças e pelos adolescentes em situação de rua. Tratam-se de instituições e programas governamentais, não-governamentais ou religiosos que estão à disposição destes jovens prestando os mais diversos serviços, tais como: fornecimento de alimentação, prestação de cuidados com a higiene e a saúde, e educação. Forster e colaboradores (1992) apontaram, em seu estudo com crianças e adolescentes em situação de rua, que 98% deles referiam-se às instituições de recreação e/ou oficinas profissionalizantes. Estes resultados corroboram os dados obtidos por Bandeira, Koller, Hutz e Forster (1994), demonstrando a grande capacidade de envolvimento das crianças e adolescentes com pessoas e instituições. Brito (1999) salienta que as instituições de atendimento, juntamente com seus funcionários, desempenham um importante papel na rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes em situação de rua. A partir destes dados referentes à importância das instituições de atendimento na vida das crianças em situação de rua, faz-se necessário um maior detalhamento das características destas, enfocando suas origens, dinâmicas e objetivos.

Instituições de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Ao estudar as formas de intervenção utilizadas com as crianças e adolescentes em situação de rua, Carrizosa e Poertner (1992) apontam que tais intervenções estão permeadas pelas ideologias que enfocam as deficiências estruturais e sociais ou priorizam as patologias e deficiências pessoais. Estes autores basearam-se nos estudos de Lusk (1992) que afirma haver, então, três formas possíveis de intervenção. A primeira é denominada de correlacional ou institucionalizadora e embasa-se na concepção de criança e/ou adolescente enquanto delinquentes ou desajustados devendo, por isto, ser afastados do convívio social através da institucionalização. A segunda forma de intervenção visa à reabilitação e, apesar de compartilhar a concepção de criança e de adolescente enquanto portadores de deficiências ou patologias, promove o ingresso dos jovens em programas ou instituições abertas. Estas costumam dar alimentação e abrigo acreditando que, assim, impediria-se a permanência da criança e do adolescente na rua. A terceira abordagem trata, por sua vez, da educação de rua como proposta por Paulo Freire, em que a criança e o adolescente são concebidos enquanto frutos das deficiências sociais, devendo ser abordados em seu ambiente cotidiano. Martins (1996b) cita ainda uma quarta forma de intervenção, denominada preventiva, que não abarca as crianças e os adolescentes que já estão em situação de rua. O presente estudo enfocará principalmente a segunda forma de intervenção referente às instituições abertas e/ou programas destinados às crianças e aos adolescentes em situação de rua.

Historicamente, as sociedades são organizadas através de instituições. As características destas instituições, assim como seus objetivos, variam de acordo com as concepções sociais vigentes e o público a que se destinam. Contudo, o papel social desempenhado por estas instituições parece ter um aspecto comum, baseado na transferência da responsabilidade da sociedade para a instituição específica que foi construída. Este papel social deve ser ressaltado não para retirar o valor que as instituições possuem ou o mérito da realização dos seus trabalhos. Trata-se, ao contrário, de enfatizar a relação que a sociedade em geral desenvolve com estas, ajudando, assim, a compreender as exigências, as expectativas e as demandas que são depositadas nestes locais.

Em relação às crianças e aos adolescentes em situação de rua, também considerados conseqüências dos problemas sociais, uma das soluções encontradas foi, como citado anteriormente, a criação de instituições. Obviamente, as instituições acompanharam as mudanças conceituais referentes à infância. Inicialmente, eram verdadeiros depósitos de crianças abandonadas, passando a ser locais de detenção e correção de menores infratores

ou locais basicamente assistencialistas, que visavam à salvação ou à recuperação destes jovens (Alvim & Valladares, 1988).

A partir da implementação do ECA (1990), as instituições tiveram que passar por adaptações que ainda não foram completamente realizadas. O ECA (1990) ainda não está de fato incorporado à concepção de infância e de adolescência, podendo esta não-incorporação ser justificada pela sua própria construção. O processo de construção deste Estatuto deu-se de forma peculiar, partindo de uma proposta do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e outras organizações civis, que foi adequada e aprovada pelo Congresso Nacional quando este vivenciava um clima de mudanças pós-constituente. Trata-se de um processo que tem uma grande participação da sociedade civil organizada, caracterizando-se em um avanço se comparado a projetos de leis anteriores. Contudo, em termos de representatividade social ainda deixa muito a desejar. Com isto, é interessante perceber que a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres ainda não é compartilhada por grande parte da sociedade, sendo muitas vezes exigido do poder público soluções enérgicas contra estas crianças e adolescentes, geralmente no sentido de puni-las, sem a pretensão de garantir os seus direitos. A sociedade almeja que os jovens sejam retirados dos locais públicos, deixando, assim, de serem vistos e encarados como um problema social a ser resolvido e que é problema de todos. Ao se colocar as crianças e os adolescentes em instituições que de certa forma escondem o problema, a sociedade se isenta de sua responsabilidade. Desta forma, muitas vezes as instituições de atendimento promotoras de atividades que respeitam os direitos das crianças são acusadas de não serem efetivas, justamente, por não confiná-las em algum local específico.

Atualmente há, pelo menos no município de Porto Alegre, uma tentativa de atender as crianças e os adolescentes em situação de rua de forma integral, unificando os esforços governamentais e as ações da sociedade civil organizada. O discurso predominante demonstra o entendimento de uma noção de criança e adolescente em situação de rua conforme prescrita no ECA (1990). Neste, ressalta-se a importância do atendimento conjunto ao jovem, pois apenas desta forma todas as suas necessidades seriam satisfeitas e as ações desenvolvidas poderiam ser consideradas efetivas. Claramente, trata-se de um avanço conceitual que, se executado, tem grandes possibilidades de alcançar um caráter preventivo, uma vez que deveria, ao menos teoricamente, enfatizar as razões desencadeadoras do processo de exclusão a que estas crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias, foram submetidas.

A criação de instituições e programas específicos para crianças e adolescentes em situação de rua pode ser considerada uma prática que reforça a estigmatização e os

preconceitos contra esta população. Rosemberg (1990) aponta que esta é mais uma das questões contraditórias quando se refere, em geral, às populações excluídas. A dúvida oscila entre a continuação de um estigma e de uma exclusão que se pretende solucionar, e a forma como se pode alcançar esta solução. As instituições encontram-se, juntamente com seus funcionários, mesmo sem consciência disto, em um dilema ético e político, uma vez que possuem como objetivo a finalização de um processo de exclusão, sendo, contudo, mais um dos instrumentos capaz de excluir. Trata-se de um problema extremamente relevante, pois afeta todo o funcionamento da instituição, a relação que se estabelece entre funcionários e jovens, assim como a efetividade global desta instituição. Como se dá a prática de uma instituição cujo melhor resultado seria a sua própria extinção? Os funcionários destas instituições estão preparados para reconhecer o papel de colaboradores que desempenham no processo que se tenta arduamente finalizar? Estas são questões de extrema importância, pois são relevantes pontos de reflexão para todos aqueles que lidam com crianças e adolescentes em situação de rua.

Hecht (1998), ao realizar um estudo com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Recife, constatou que independente das diferenças de estimativas feitas em relação a esta população, o número de instituições destinadas a atendê-las cresceu significativamente. Eram diversos tipos de instituições, mas que tinham em comum o objetivo de reinserir socialmente esta criança ou adolescente. Esta reinserção ocorreria a partir do momento em que a criança fosse retirada da rua, refazendo antigos vínculos familiares ou construindo novos vínculos ou novas possibilidades de vida. Contudo, o autor levanta uma interessante questão ao pontuar que as crianças e adolescentes atendidos por estas instituições as viam como parte integrante da vida na rua e não como um meio de sair da situação em que se encontravam. As instituições, ao suprirem as necessidades básicas das crianças e dos adolescentes, objetivam a construção do desejo de sair da vida nas ruas. Os jovens porém, apenas suprem suas necessidades nas instituições, não usufruindo delas como ferramentas que possibilitam uma mudança de *status* social. Hecht supõe que estas diferenças entre o que as instituições objetivam e o uso que as crianças fazem dos seus serviços seriam uma das principais razões para a não-efetividade das instituições no sentido da retirada das crianças das ruas.

Novamente é importante ressaltar que não se trata de uma questão simples e, sim, de um grande impasse. Como suprir necessidades que são básicas para o desenvolvimento humano e que é de direito destes jovens, sem estar ajudando-as a permanecer em uma situação de alto risco como é o viver em situação de rua? A dificuldade está em tornar cidadã uma criança e/ou um adolescente que desde sempre vêm sendo privados dos seus

direitos e que, na maioria das vezes, já não cumprem mais os seus deveres. Hecht (1998) coloca ironicamente que as instituições são reconhecidas pelas crianças como seus fregueses¹, permitindo que a vida na rua seja possível. Entretanto, o próprio autor, em suas reflexões éticas, questionou-se a respeito do seu papel de pesquisador que se deparava com o dilema entre fornecer a ajuda imediata a uma criança que está em risco ou de manter-se nos seus objetivos de apenas conhecer e compreender a dinâmica desta população. O pesquisador estaria, neste sentido, legitimando a vida na rua, assim como as instituições de atendimento o fazem.

Admitindo-se a hipótese proposta por Hecht (1998) de que os jovens em situação de rua utilizam as instituições como uma continuidade das ruas ou mesmo como parte integrante delas, pode-se estabelecer um paralelo entre o uso que a criança e o adolescente fazem das instituições e das ruas. Martins (1996a) aponta que eles utilizam a rua como meio de subsistência, local de alimentação, sono ou repouso e lazer. Sendo assim, estes também seriam os usos que o jovem faz da instituição.

Nunes (1994) argumenta que para se trabalhar com instituições de atendimento a crianças e adolescentes, deve-se considerar as expectativas e crenças que os funcionários, dirigentes e/ou coordenadores destes locais têm em relação à população que será atendida. Este aspecto é ainda mais relevante quando se considera as instituições que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, pois esta população é cercada por preconceitos. Estes levam as crianças a serem tratadas de formas bastante paradoxais, desde vítima e passiva à heroína e esperta (Aptekar, 1996). Além disto, é fundamental possibilitar que as crianças e os adolescentes tenham uma voz ativa no processo de planejamento de uma instituição ou de um programa de atendimento.

Promover cidadania também está presente entre os objetivos da maioria das instituições de atendimento a crianças em situação de rua (Hecht, 1998). Trata-se de um conceito, muitas vezes não operacionalizado, que traz consigo uma alta responsabilidade social para os que se propõem a esta tarefa. É realmente difícil falar em cidadania para um jovem que já não acredita, e nem poderia acreditar, no sistema social em que está inserido. Não se pode falar em direitos quando se nega comida, nem em obediência às normas sociais quando se está excluído deste sistema. Enfim, não se pode cobrar os deveres cidadãos de um jovem que não tem a maioria dos seus direitos respeitados.

Outro aspecto importante refere-se à adequação das políticas de assistência à realidade quotidiana das crianças e dos adolescentes em situação de rua como forma de

¹ Fregueses significa, na linguagem da rua, pessoas que ajudam constantemente, fornecendo alimentação ou outros subsídios.

tornar a relação da instituição com o jovem muito mais próxima e eficaz. A escola pode demonstrar, por exemplo, toda sua importância para o jovem em situação de rua, enfatizando a importância da leitura para a sobrevivência nas ruas (Koller, 2001).

Em vista dos aspectos expostos anteriormente, pode-se perceber a importância das instituições de atendimento na vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Contudo, pela leitura de jornais ou observação nas ruas, pode-se também facilmente observar que estas instituições não conseguem retirar as crianças da rua. Caso esta retirada das ruas seja o objetivo destes locais, conclui-se que eles fracassam. No entanto, ainda não foi possível responder às razões que levam a este considerado fracasso. No presente estudo, supõe-se que, se o fracasso realmente ocorre, este localiza-se em diferentes pontos do processo de interação entre o jovem e a instituição, principalmente em relação às diferentes perspectivas com que jovens e instituições experienciam e percebem esta interação.

O objetivo deste estudo foi, portanto, compreender a relação estabelecida entre os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento a eles destinados, a partir da comparação dos significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento e dos objetivos destes locais, a partir da análise dos documentos ali produzidos e segundo os seus dirigentes e/ou coordenadores. Visando a este objetivo, foram realizados três estudos interdependentes descritos separadamente.

Considerações Éticas

A pesquisa com seres humanos envolve um conjunto de importantes considerações éticas a serem feitas e que desempenham um relevante papel nos estudos realizados na área da psicologia. Os pesquisadores após várias discussões demandam ao Conselho Federal de Psicologia a inserção de uma resolução acerca da ética nas pesquisas, no Código de Ética Profissional dos Psicólogos (Resolução 216, 2000). Neste sentido, importantes avanços foram feitos, possibilitando que os pesquisadores tenham melhores parâmetros para realizarem os seus estudos.

Quando se realizam estudos com crianças em situação de rua ou em situação de risco em geral, as considerações éticas a serem feitas tornam-se muito mais complexas. Lisboa e Koller (2000) discutem amplamente estas questões, expondo a necessidade e a importância da realização de uma pesquisa teórica e metodologicamente bem embasada para que se cumpram as exigências éticas necessárias.

Na presente pesquisa foi respeitada a concepção de criança e adolescente enquanto sujeitos de direito e como tal tendo possibilidade de decidir sobre a sua participação no

estudo. Por se tratar de jovens que não têm suas necessidades básicas satisfeitas, não foi fornecido nenhum tipo de recompensa para a participação na pesquisa, pois acredita-se que desta forma já não existiria mais a referida possibilidade de escolha. A literatura aponta que a simples presença de adultos que se disponham a ouvir estes meninos e meninas é extremamente recompensador pois trata-se, muitas vezes, da primeira possibilidade de que isto ocorra em suas vidas (Hutz & Koller, 1999). Além disto, o uso dos gravadores e a possibilidade de ouvir a própria voz aumenta a atratividade do estudo para os participantes.

A identidade das crianças e dos adolescentes, das instituições, dos funcionários e dos dirigentes serão mantidas em sigilo, sendo os dados pessoais coletados como forma de mapeamento dos jovens e das instituições de atendimento. Também será garantida a confidencialidade dos dados, sendo estes utilizados estritamente entre os pesquisadores diretamente envolvidos no projeto.

Ao final da pesquisa, as instituições participantes serão revisitadas com o objetivo de disponibilizar os resultados do estudo e possibilitar uma discussão acerca das conclusões alcançadas. Este é um dos pontos fundamentais do presente estudo, uma vez que este visa a fomentar, a partir do alcance dos seus objetivos, discussões produtivas nestas instituições, subsidiando intervenções futuras nas práticas com as crianças e os adolescentes em situação de rua.

Algumas considerações específicas devem ser feitas em relação ao Estudo 1. Em primeiro lugar, tem-se a impossibilidade e até mesmo a falta de validade de se obter o consentimento informado nas pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua e várias considerações éticas a respeito destas pesquisas foram feitas por Hutz e Koller (1999). A princípio, por se tratar de crianças e de adolescentes, o consentimento legal deveria ser fornecido pelos pais e/ou responsáveis destas. Contudo, o estar em situação de rua já coloca em questão a validade destes pais responderem por um filho que já não se encontra mais sob sua proteção. Houve, também, uma preocupação dos pesquisadores acerca das habilidades dos jovens de entenderem os objetivos do estudo, assim como avaliar o impacto que este pode causar. Neste sentido, coube aos pesquisadores e comitês de ética avaliarem a relevância e repercussões do estudo antes da sua realização.

CAPÍTULO II

ESTUDO 1

O presente estudo objetiva identificar os significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento. Além disto, visa à verificação do conhecimento que tais adolescentes possuem a respeito das instituições municipais existentes a eles destinadas.

A seguir serão apresentados os participantes, instrumentos e procedimentos, assim como os resultados e discussão deste estudo. Optou-se por uma exposição comentada visando a uma melhor compreensão do método utilizado. Além disto, acredita-se que as críticas referentes a cada um dos aspectos expostos demonstram com maior fidedignidade a forma como este estudo foi realizado. Os resultados serão ilustrados com as falas dos adolescentes, sendo necessário apontar que foram realizadas algumas adaptações gramaticais para facilitar o entendimento do leitor acerca do conteúdo das mesmas.

Método

Participantes

Participaram deste estudo treze adolescentes em situação de rua, com idades entre doze e dezessete anos, do sexo masculino, encontrados no centro de Porto Alegre. Estes adolescentes foram identificados por características exteriores, tais como aspecto de abandono e de falta de higiene, vestimentas simples que estivessem sujas e/ou rasgadas, prática de atividades anteriormente descritas como sendo características desta população e ausência de um adulto identificado como responsável. Estes critérios foram utilizados em uma pesquisa com meninos e meninas em situação de rua na cidade de Porto Alegre (Alves, 1998) e foram discutidos e aprofundados por Neiva-Silva e Koller (2002).

Instrumentos

Foi utilizada, no presente estudo, uma entrevista semi-estruturada (Anexo A) com os objetivos de: a) coletar dados bio-sócio-demográficos dos participantes, tais como idade, sexo, experiência escolar e com o trabalho, local de moradia e atividade de lazer; e b) identificar os significados que o adolescente em situação de rua atribui às instituições de atendimento. Cada um destes objetivos foi abordado em partes distintas da entrevista.

A Parte 1 consta de oito questões que abordam aspectos referentes à identificação e às características dos participantes. A Parte 2 consiste em treze questões que abordam o relacionamento do adolescente com as instituições freqüentadas ou conhecidas por ele, a freqüência a estes locais, assim como os motivos que o levaram a procurar, manter-se ou deixar de freqüentar estas instituições. Todas as vezes que o adolescente se refere a uma instituição, a qualquer momento da entrevista, há uma série de tópicos a serem investigados acerca deste local. A partir destas questões investiga-se quais os significados que o adolescente atribui às instituições de atendimento. Além disto, investiga-se o conhecimento dos participantes acerca da rede de atendimento integral a crianças e adolescentes em situação de rua organizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Na Parte 2, as questões de um a sete visam a verificar se o adolescente cita espontaneamente as instituições como parte integrante do seu cotidiano. Na questão oito o entrevistador cita os tipos de instituições destinadas a este adolescente, objetivando que informações importantes não deixem de ser coletadas em função do esquecimento do entrevistado. A questão nove identifica a denominação dada pelos participantes às instituições que freqüentam. A questão dez é, por sua vez, uma tentativa de agrupar os espaços referidos como escolas, abrigos, casas de acolhimento e de passagem, postos de saúde, entre outros, no conceito de instituição. A necessidade de definir o termo instituição deve-se à suposição de que este não faz parte do vocabulário dos participantes deste estudo. Após o entrevistador definir este termo, identifica-se o que os adolescentes reconhecem como sendo o objetivo institucional. A questão onze refere-se à construção de uma instituição dita perfeita e ideal. A partir disto, identifica-se as demandas reais e/ou imaginárias que os adolescentes levam às instituições. A questão doze verifica a existência de uma instituição realmente considerada atraente pelo adolescente e investiga quais os motivos que impedem, então, a sua ida a estes locais. A questão treze verifica, de forma direta, a razão dada pelos participantes para a não-freqüência às instituições, o que pode ser de grande relevância para a compreensão da relação estabelecida entre os adolescentes e as instituições. Por fim, a questão quatorze verifica o conhecimento destes meninos em relação aos serviços públicos municipais a eles destinados.

Durante a elaboração da entrevista, teve-se o cuidado de utilizar o vocabulário mais simples possível, visando à fácil compreensão das perguntas por parte dos entrevistados. Além disto, a forma de realização das perguntas variou de acordo com cada adolescente, visto que estes possuíam diferentes níveis de entendimento acerca do que estava sendo perguntado.

Após a exposição das características gerais da entrevista utilizada neste estudo, serão feitas algumas considerações acerca deste instrumento. Em relação à entrevista como um todo, constatou-se que é extensa, tornando-se cansativa para os adolescentes. As questões mais difíceis de serem realizadas foram as referentes a cada uma das instituições citadas, uma vez que os participantes citam várias instituições durante a entrevista. A investigação de aspectos particulares de cada uma delas estendia muito mais a coleta, superando o limite de concentração e interesse do participante. O tempo médio para aplicação da entrevista foi de vinte minutos, sendo que os adolescentes frequentemente demonstravam cansaço no período final da aplicação do instrumento. Este cansaço era verificado a partir das afirmações dos adolescentes que perguntavam sobre a quantidade de questões que ainda deveriam ser respondidas ou a partir do aumento da dispersão dos participantes. O interesse maior dos meninos era ouvir a própria voz no gravador e isto era feito apenas após a entrevista. Uma possibilidade a ser recomendada em pesquisas com esta população é permitir que o adolescente explore o equipamento antes do início da gravação. Outra possibilidade apontada pela literatura é a utilização de instrumentos mais atrativos para a população de crianças e adolescentes em situação de rua como, por exemplo, o Jogo das Sentenças Incompletas (Raffaelli e cols., 2000). Tal instrumento não foi utilizado neste estudo em função do caráter exploratório decorrente do tema investigado.

Algumas questões específicas merecem consideração. Em relação a Parte 1 sugere-se a exclusão da questão sete (*O que mais gosta de fazer pra se divertir?*) uma vez que esta possui uma grande semelhança com a questão cinco da Parte 2 (*Qual o lugar que você mais gosta de ir pra se divertir?*), fazendo com que o adolescente, muitas vezes, questionasse tal repetição. A mesma impressão foi compartilhada pelos entrevistadores, sendo sugerido, por isto, que o tema da diversão assim como o local escolhido sejam investigados apenas no que tange à Parte 2.

Em relação à Parte 2, vale ressaltar a eficácia das sete primeiras questões. A partir destas foi possível constatar a importância das instituições de atendimento na vida cotidiana destes adolescentes. Além disto, a variedade de temas abordados por estes itens forneceu um dinamismo interessante para a coleta. A questão oito deve ser, por sua vez, reformulada no sentido de verificar a frequência do participante a outras instituições que não as citadas. Da forma como está construída, ignora-se o fato do participante já ter se referido a muitos destes locais. As questões de nove a quatorze também se mostraram eficazes na obtenção de dados relevantes para o estudo, apontando aspectos extremamente importantes da relação estabelecida entre adolescente e instituição. Estes aspectos referem-

se, principalmente, ao conhecimento que o participante possui acerca da rede de atendimento municipal e dos fatores que funcionam como facilitadores e/ou dificultadores da ida dos adolescentes às instituições.

Procedimentos

A primeira etapa da coleta de dados consistiu na identificação do adolescente em situação de rua a partir dos critérios anteriormente descritos. Após identificado, o adolescente foi abordado pelos entrevistadores que se apresentaram como sendo da Universidade e solicitaram sua anuência para participar da pesquisa. Os objetivos do estudo foram explicados para o participante da forma mais simples possível, utilizando-se um vocabulário adequado para estes adolescentes. Aceitas a participação na pesquisa e a utilização do gravador, foi iniciada a coleta de dados no local escolhido pelo adolescente. Preferencialmente este local deveria ser cômodo, sem muitos ruídos e seguro para os entrevistadores e para o participante. Contudo, muitas entrevistas foram realizadas em ambientes ruidosos e movimentados, em função da escolha do próprio menino. Os pesquisadores estiveram atentos e registraram as situações que poderiam estar prejudicando o desempenho do entrevistado durante a aplicação dos instrumentos, como por exemplo, presença de autoridade policial, apresentações culturais, etc.

A próxima etapa consistiu na aplicação da entrevista semi-estruturada (Anexo A). O instrumento foi aplicado preferencialmente em um adolescente de cada vez, para que as respostas de um participante não influenciassem as respostas dos outros adolescentes presentes. Situações adversas para coleta de dados (interrupções de outros adolescentes, eventos dispersores, desinteresse do participante) são extremamente comuns nas pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua, evidenciando-se, então, a necessidade de capacitação para que os entrevistadores consigam, na medida do possível, contornar a situação, coletando os dados de forma cuidadosa. A presença dos dois entrevistadores foi de extrema importância nestas situações em que havia mais de um adolescente no local, uma vez que enquanto um pesquisador realizava a entrevista, o outro mantinha entreteídos os adolescentes que estavam por perto.

Um importante aspecto a ser ressaltado refere-se à realização da entrevista com adolescentes fazendo uso de substâncias psicoativas, especificamente o loló². Inicialmente, previa-se que estes adolescentes não seriam abordados e nem se realizaria a aplicação dos instrumentos. Constatou-se que a manutenção desta condição inviabilizaria a execução do estudo, uma vez que praticamente todos os adolescentes encontrados neste período

² Substância psicoativa geralmente preparada à base de clorofórmio e éter (Brito, 1999).

estavam fazendo uso destas substâncias. A literatura aponta o efeito efêmero dos inalantes, sugerindo que os pesquisadores solicitem que os participantes interrompam o uso dos mesmos e aguardem o término dos efeitos provocados pela substância (Forster e cols., 1992). Tal procedimento mostrou-se eficaz em estudos anteriores realizados com crianças em situação de rua, fazendo surgir uma série de questões para a sua inadequação no presente estudo. Esta pode ser justificada tanto pela faixa etária dos participantes quanto pela ausência de uma vinculação prévia entre o pesquisador e o participante. Além disto o atual contexto da rua é marcado por uma alta incidência do uso de substâncias psicoativas. É interessante observar que os próprios adolescentes dizem estar na rua com o objetivo principal de usar estas substâncias. A saída da instituição para o ambiente da rua está diretamente associada a este uso, justificando a afirmação de alguns dirigentes de que possivelmente o uso destas substâncias é o principal concorrente da instituição.

A coleta de dados com crianças e adolescentes em situação de rua constitui-se em um grande desafio para o pesquisador. A enorme variedade de situações que ocorrem durante este período torna a coleta muitas vezes instigante, interessante e desafiadora. Ao mesmo tempo é uma etapa cheia de frustrações, limitações e alterações. Cabe ao pesquisador administrar estas circunstâncias e os sentimentos gerados por elas, a fim de obter dados de qualidade. Nesta pesquisa, optou-se pela descrição em diários de campo destes eventos e da forma como a equipe de pesquisa lidou com os mesmos. Este material mereceria, em si, uma análise pormenorizada, que possibilitaria talvez um maior entendimento de todas as peripécias envolvidas neste tipo de coleta de dados. Obviamente este não foi o enfoque do presente estudo, mas estas informações auxiliaram na análise e interpretação dos dados.

Em função das características específicas da coleta de dados com crianças e adolescentes em situação de rua, há uma preocupação em se discutir os procedimentos dos estudos realizados com esta população (Alves, 1998; Alves e cols., 2000; Hutz & Koller, 1999). O presente estudo baseou-se nas preocupações éticas e metodológicas apresentadas nos estudos acima citados, sendo acrescentadas algumas considerações decorrentes da execução deste estudo.

Uma importante questão refere-se ao procedimento utilizado neste estudo que consiste na presença de dois entrevistadores capacitados durante toda a coleta de dados (Alves, 1998; Alves e cols., 2000; Hutz & Koller, 1999). Desta forma, pretendeu-se garantir a segurança dos adolescentes e dos entrevistadores, além de permitir uma maior confiabilidade dos dados. Além disto, a presença dos dois pesquisadores facilitou, como anteriormente mencionado, a realização da entrevista mesmo na presença de vários

adolescentes no momento da coleta. Os entrevistadores foram capacitados para o trabalho com esta população a partir de seminários teóricos, leitura especializada e simulações de entrevistas. Foram realizadas ainda, ao longo da pesquisa, reuniões semanais com o objetivo de discutir a aplicação das entrevistas, as emoções e os sentimentos acarretados por estas, procurando melhor qualificar os entrevistadores e garantir o rigor metodológico.

Outro aspecto é a época sazonal da coleta de dados, que no presente estudo foi realizada entre os meses de Março e Agosto, significando, em termos climáticos a passagem de três estações. Este aspecto é de extrema importância quando se realiza coleta de dados ao ar livre. O sol e o calor excessivos, assim como a chuva e o frio, tornam árdua e muitas vezes impossível a realização da coleta. Muitos foram os dias em que a equipe encerrou a coleta em função destas adversidades climáticas. Estas condições não apenas alteram o planejamento dos pesquisadores, mas, também determinam a movimentação destas crianças e adolescentes pelas ruas. Ainda em decorrência destas condições, as instituições organizam o seu funcionamento e suas estratégias de ação. As instituições relataram, por exemplo, que durante o inverno as crianças e os adolescentes tendem a acessar muito mais o serviço de atendimento disponível.

Além da sazonalidade é importante enfatizar os horários identificados como os mais comuns para a presença de adolescentes na rua. No presente estudo, a coleta de dados foi realizada de segunda à sexta-feira, em horários bastante variados, pois se constatou não ser possível seguir apenas os já reconhecidos pela literatura como os mais adequados. Uma vez que a dinâmica da rua varia constantemente, a determinação do horário de coleta apenas pode ser realizada a partir das tentativas feitas pelos pesquisadores. Percebeu-se, inclusive, que foi extremamente importante variar bastante este horário de coleta, pois assim foi possível perceber um pouco mais da dinâmica desta população. Isto demonstra, mais uma vez, as peculiaridades da dinâmica da rua, sendo que estas devem ser consideradas nos estudos com a população enfocada. Não foi feita coleta de dados nos finais de semana nem durante a realização de grandes eventos no centro da cidade, pois se acreditava que nesses momentos encontrariam-se adolescentes com características que diferem bastante dos que quotidianamente circulam pelo centro. Além disto, aumenta-se a dispersão dos adolescentes em função do interesse pelo evento, diminuindo as condições de manter o participante interessado na entrevista (Alves, 1998; Alves e cols., 2000; Hutz & Koller, 1999).

Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos participantes por idade, vinculação a uma instituição de ensino, realização de trabalho, obtenção de dinheiro na rua, contato com a família e a última ida do adolescente à sua casa.

Tabela 1.

Identificação dos Participantes, Vinculação à Instituição de Ensino, Realização de Trabalho, Obtenção de Dinheiro na Rua, Contato com a Família e Última Ida para Casa

Identificação	Idade	Vinculação à instituição de ensino	Trabalha	Obtenção de dinheiro na rua	Contato com a família	Última ida para casa
A	12	S	N	S	S	indeterminado
B	12	S	N	S	S	há um dia
C	12	S	N	S	S	SI ³
D	13	S	S	S	N	indeterminado
E	13	S	S	S	S	há uma semana
F	14	S	N	S	S	há um dia
G	14	S	S	S	SI	SI
H	14	N	N	S	N	SI
I	14	S	N	SI	S	há um mês
J	16	S	S	SI	N	SI
K	16	S	S	S	S	há um dia
L	16	N	N	S	S	há dois meses
M	17	S	S	SI	S	indeterminado

Um primeiro aspecto a ser discutido refere-se ao fato de todos os participantes do presente estudo serem do sexo masculino. Esta não foi uma condição inicial para determinar a participação dos adolescentes, mas sim um resultado da coleta de dados. Durante todo o período de coleta de dados, a equipe de pesquisa teve contato com uma única adolescente em situação de rua, optando-se por excluí-la do grupo de participantes aqui apresentados. Os dados desta adolescente foram analisados separadamente, a partir de um estudo de caso que enfatizou aspectos peculiares ao gênero feminino em situação de rua (Frosi, Doninelli, Santana, & Koller, 2002). Esta predominância de jovens do sexo

³ A expressão Sem Informação (SI) foi utilizada nos casos em que a questão não foi feita ao participante ou naqueles em que a criança e/ou o adolescente dispersou-se no momento da coleta não fornecendo o dado solicitado.

masculino em situação de rua é constantemente referida pela literatura, sendo corroborada pelo dados deste estudo (Aptekar, 1996; Martins, 1996a; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997).

Em relação à experiência escolar, onze adolescentes afirmam ir à escola, sendo que sete citam a instituição municipal destinada a esta população, dois indicam uma escola formal vinculada a esta, um afirma estar vinculado às duas instituições e não se possui informação acerca do tipo de escola referida pelo outro adolescente. Dois participantes não estão vinculados a nenhuma instituição de ensino, sendo que apenas um participante não possui experiência escolar. Estes dados corroboram a literatura que aponta o elevado número de crianças e adolescentes em situação de rua que têm ou tiveram experiência escolar (Forster e cols., 1992; Koller, 1994; Kuschick e cols., 1996; Vasconcelos, 1996).

É interessante questionar este elevado número de adolescentes que afirma freqüentar a escola, pois o que pôde ser constatado ao longo da entrevista é que esta ida à escola é extremamente esporádica ou não ocorre: “*Estudo mais ou menos (...) Eu não vou fazer dois anos... eu acho.*” (G, 14 anos). Outro exemplo é a afirmação: “*Vou (à escola), mas tô parado.*” (C, 12 anos).

Há duas razões para a contradição encontrada nos resultados sobre a relação estabelecida entre o adolescente e a escola. Uma delas refere-se às respostas socialmente aceitas que os adolescentes costumam fornecer, à medida que sabem que a vinculação a alguma instituição de ensino é uma das maiores exigências sociais feita para esta faixa etária. A outra razão refere-se ao fato de que a maioria dos adolescentes entrevistados está vinculada a uma escola cujas características possibilitam este tipo de resposta. Isto porque a ida para esta escola é livre e espontânea, permanecendo o adolescente matriculado na instituição até que seja transferido para outro local ou venha a falecer. A matrícula consta, inclusive, nos registros da Secretaria Municipal de Educação, o que legitima a fala destes adolescentes e acarreta uma série de questões a serem discutidas. Pode-se considerar que este adolescente realmente está vinculado a uma escola? Será que o fato de estar realmente matriculado em uma instituição escolar não leva o adolescente a se iludir no sentido de estar inserido socialmente? Além disto, deve-se ainda considerar este dado enquanto contribuinte para as pesquisas divulgadas pelos órgãos governamentais de que grande parte dos jovens brasileiros em idade escolar está matriculada em instituições de ensino. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que a referência à escola é um aspecto salutar para o desenvolvimento deste jovem, pois demonstra o reconhecimento da importância desta instituição por parte do adolescente.

Além da vinculação à escola foi questionada a série freqüentada pelo adolescente e se este sabia ler e escrever. Tais questões tiveram o objetivo de verificar o aproveitamento escolar destes meninos. A ausência de dados referentes ao tempo de escolarização e a pobreza dos dados coletados acerca da série freqüentada e habilidades adquiridas pelos adolescentes tornaram impraticável a realização de tal verificação. De uma maneira geral, todos os adolescentes estão em séries anteriores às esperadas para as suas idades, corroborando os dados apresentados na literatura referentes ao atraso escolar (Koller, 2001).

Em relação à experiência com o trabalho, é importante ressaltar que as atividades consideradas como trabalho foram aquelas que os próprios adolescentes definiam como tal. Por isto houve vezes em que o mesmo tipo de atividade foi considerado como trabalho para um adolescente e não para outro. Referente a esta experiência, sete adolescentes afirmam não desempenhar atividades de trabalho. Seis adolescentes afirmam trabalhar, sendo que dois deles referem-se aos cursos profissionalizantes que freqüentam, dois realizam trabalhos esporádicos, um é engraxate e acerca do outro não se possui esta informação. Estas são atividades comumente citadas pela literatura como sendo desempenhadas pelos jovens em situação de rua (Alves, 1998, 2002; Martins, 1996a, 1996b; Rosemberg, 1996).

O fato dos adolescentes afirmarem que os cursos profissionalizantes oferecidos pelas instituições são atividades de trabalho possui grande importância, pois pode representar uma forma substituta para a obtenção de recursos financeiros. Um dos adolescentes afirma, inclusive, que não rouba mais em função do dinheiro que recebe como auxílio para participar do curso: *“Antes que eu tava no curso eu roubava, né? (...) Agora eu ganho cento e cinqüenta reais já, que é pra eu não roubar já. Ganhando cento e cinqüenta não precisa da gente tá roubando.”* (K, 16 anos). Obviamente o valor das bolsas auxílio é inferior ao dinheiro que pode ser obtido a partir da realização de outros trabalhos. Contudo, participar destes cursos pode significar a saída do adolescente da ilegalidade, facilitando desta forma o processo de inclusão social objetivado pela maioria das instituições que atende esta população. Sair da ilegalidade também é almejado por alguns adolescentes e cabe à instituição utilizar este desejo como atrativo para inserir estes jovens em uma atividade com caráter pedagógico. Esta atividade é muito mais relevante para o desenvolvimento destes adolescentes do que a simples inserção no mundo do trabalho.

A partir do momento em que uma instituição oferece cursos profissionalizantes ela passa a auxiliar na inserção do adolescente no mundo do trabalho, contribuindo para a construção de projetos de vida mais saudáveis. Os adolescentes percebem estes cursos

como oportunidades que devem ser valorizadas: “...depois que eu entrei no curso, o cara tem que dar valor, né? Porque não é todo mundo que ganha, como eu ganhei.” (K, 16 anos).

Dez adolescentes afirmam obter dinheiro na rua, afora os ganhos financeiros provenientes do trabalho. Entre estes, oito obtêm dinheiro através da mendicância, um a partir de “biscates” realizados na rua e não foram identificados os meios utilizados pelo outro participante para obtenção de dinheiro. Em relação aos outros três adolescentes não se possui a informação acerca desta questão. A obtenção de dinheiro é frequentemente citada nos estudos com esta população (Aptekar, 1996; Maciel, Brito, & Camino, 1997; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997).

O ganho financeiro obtido nas ruas é uma das questões mais difíceis de ser discutida e avaliada quando se estuda a realidade dos adolescentes em situação de rua. Afinal esta é uma das razões que motivam os adolescentes a preferirem a rua a outros ambientes. A atual situação econômica do país faz com que um grande número de famílias sobreviva abaixo da linha de miséria, tornando extremamente atraente a possibilidade de se conseguir diariamente até dez reais através da mendicância. Este dinheiro é utilizado para aquisição de alimentos, vestimentas, drogas e financiamento de atividades lúdicas tais como fliperamas e vídeo games. Este é um importante aspecto, pois demonstra que a instituição não apenas concorre diretamente com o dinheiro ganho, mas também com os benefícios obtidos a partir deles. Ouve-se frequentemente nas instituições que se os adolescentes têm dinheiro eles geralmente compram drogas e por isto não frequentam o local. Os adolescentes também afirmam que, muitas vezes, preferem não realizar as refeições em uma instituição, pois o deslocamento até o local da mesma significaria “perder dinheiro”. A partir destes ganhos o adolescente passa a poder optar entre o ambiente institucional e o da rua, uma vez que suas necessidades básicas podem ser supridas sem a intervenção dos serviços de atendimento prestados.

Os recursos financeiros obtidos na rua permitem aos adolescentes em situação de rua o desempenho de papéis que não os socialmente esperados para esta população. É comum, por exemplo, o adolescente falar que se alimenta em determinado restaurante ou ver uma criança entrar em uma lanchonete e pagar pelo seu lanche. Esta cena de uma criança que entra em um bar e pede uma salada de frutas, convidando inclusive os pesquisadores para compartilharem do momento, contraria a imagem estereotipada que se tem desta população. Trata-se de um menino consumidor como os outros presentes no local, que simplesmente entra no estabelecimento, faz o pedido, come e paga pelo consumido. Ainda em relação à obtenção de dinheiro na rua, é necessário ressaltar a

importância preventiva das campanhas que solicitam à população o não fornecimento de esmolas, sejam estas em forma de dinheiro ou outros benefícios. A caridade funciona, neste caso, como um grande atrativo da rua, criando-se um círculo vicioso extremamente perverso. A criança, o adolescente e suas famílias vão, muitas vezes, para a rua visando à sobrevivência, que é garantida, então, a partir destas esmolas. É impressionante a quantidade de roupas, dinheiro e/ou alimentos que uma criança pode obter, principalmente as menores, simplesmente estando sentada em alguma calçada da cidade. Estas doações espontâneas apenas contribuem para a perpetuação desta situação de miserabilidade e exclusão.

Em relação ao contato com a família, nove adolescentes mantêm tal contato, sendo que a frequência do mesmo, assim como a última ida à casa variam bastante. Quatro participantes afirmaram ter ido a sua casa a menos de uma semana, um há um mês, um há dois meses da realização da entrevista e dois não determinaram a data da última ida à casa. Esta imprecisão deve-se à não-recordação por parte do adolescente desta data, ao longo período transcorrido desde o referido evento ou ao fato do participante associar a última ida à casa a um evento ocorrido no passado, sem precisar a data. Em relação ao outro participante não se possui esta informação. Três adolescentes afirmam não manter contato com a família, sendo que para um deles a última ida à casa ocorreu em uma data indeterminada, tendo o jovem associado este fato a um evento ocorrido no passado. Não se possui a informação do outro adolescente.

Estes dados corroboram de uma maneira geral os citados pela literatura e demonstram a existência de vínculos entre os adolescentes em situação de rua e seus familiares (Alves, 1998, 2002; Santana e cols., 2000). A idéia de uma criança ou adolescente totalmente abandonado, sem nenhum contato com familiares mais uma vez é constatada como falsa. Obviamente, as relações que são estabelecidas entre estes meninos e suas famílias merecem uma atenção especial. Em geral o contato é reduzido e, muitas vezes, as razões que motivaram a ida do adolescente para a rua está relacionada à ocorrência de problemas familiares, com episódios de violência doméstica, privação de recursos financeiros, morte de um dos genitores, etc. Além disto, mesmo que não haja mais contato com a família, o adolescente reconhece a importância desta na sua vida, mesmo que de forma extremamente idealizada: “*Eu nunca vou duvidar de um irmão que... irmão é irmão, né? Ninguém duvida do irmão de ninguém.*” (D, 13 anos). Para alguns adolescentes a família desempenha um papel protetivo, sendo considerado como seu integrante todo aquele que assume papéis similares: “*E as professoras, as pessoas que ajudam nós, né? É da família.*” (K, 16 anos). Este tipo de resposta permite compreender o quanto as

instituições e seus integrantes podem ser significativos no desenvolvimento destes adolescentes. Esta idealização faz com que o adolescente superestime a importância dos seus membros, impedindo-os de reconhecer inclusive casos de negligência, como o observado na entrevista com este adolescente cuja família permaneceu ausente mesmo durante o período em que o menino esteve abrigado em uma das unidades da FEBEM: “... quando passou três meses, ela foi lá me visitar e me tirou na hora. Falou com o juiz.” (D, 13 anos).

Finalizada a análise dos dados bio-sócio-demográficos, serão apresentados os resultados referentes à Parte 2 da entrevista semi-estruturada (Anexo A). Os significados que os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento a eles destinadas foram analisados a partir das *utilizações* que estes meninos fazem das instituições e a partir dos *objetivos* que estes adolescentes atribuem a estas. Acredita-se que os significados são, justamente, a combinação destas duas dimensões, não sendo possível compreendê-los a partir da análise isolada de uma delas.

As *utilizações* que os adolescentes fazem das instituições foram identificadas ao longo de toda a entrevista e se referem ao uso concreto que eles fazem dos recursos disponíveis nos serviços de atendimento. A *atribuição* de objetivos institucionais foi identificada, por sua vez, a partir da questão dez da Parte 2 da entrevista semi-estruturada (Anexo A) – “*Você acha que estas instituições servem para quê?*” As respostas a esta questão revelam a compreensão que os adolescentes fazem dos recursos disponíveis e dos objetivos das instituições por eles frequentadas. Esta é a dimensão geralmente identificada nas pesquisas com esta população e que investigam a compreensão dos adolescentes acerca das suas experiências. Em geral, são estudos que utilizam termos como visão, concepção, percepção e representação (Alves e cols., 2000; Alves e cols., 2001; Bonamigo, 1996; Menezes & Brasil, 1998; Monteiro e Dollinger, 1996; Raffaelli e cols., 2001).

É importante ressaltar que estas duas dimensões foram criadas a partir da análise das próprias entrevistas, sendo esta diferenciação indispensável para a compreensão dos significados atribuídos pelos adolescentes às instituições de atendimento. Cada uma destas dimensões será apresentada e discutida separadamente, sendo realizada uma tentativa de integrar estes resultados ao final do estudo.

Em relação às *utilizações* que os adolescentes fazem das instituições foram identificadas treze categorias. Estas foram extraídas a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1979) das próprias entrevistas, sendo a frequência de aparecimento apresentada na Tabela 2.

Tabela 2.

Frequência das Categorias de Utilização Institucional

Categoria	Frequência
Alimentação	12
Dormir	12
Higiene pessoal	12
Atividades de entretenimento	12
Cuidados com a saúde	11
Papel pedagógico	5
Encaminhamento	5
Proteção	4
Cumprimento de medidas sócio-educativas	4
Obtenção de vestimentas	3
Papel profissionalizante	3
Tratamento do abuso de substâncias psicoativas	2
Local para não se estar na rua	1

Doze participantes referem-se à alimentação obtida nas instituições, demonstrando a importância disto na sua relação com este local. Tal importância pode ser constatada pela ênfase dada pelos adolescentes às refeições fornecidas por estes serviços, sendo que em alguns momentos a rotina da instituição é descrita exclusivamente em função deste aspecto: “... depois nós jantamos, depois às onze horas tem lanche, e de manhã bem cedo, seis horas, tem café da manhã.” (G, 14 anos). Além disto, a comida é algumas vezes apontada como o principal atrativo institucional: “A coisa que eu mais gosto lá é o rango.” (F, 14 anos). A utilização do espaço institucional para alimentação não é por si só algo problemático. As dificuldades iniciam-se quando o adolescente utiliza o espaço institucional apenas com o objetivo de alimentar-se: “Depois como... almoço. Depois lanche, o lanche das três e depois vou embora.” (I, 14 anos).

É importante ressaltar que a alimentação é fornecida por todas as instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Caso o adolescente permaneça por vinte e quatro horas inserido no serviço de atendimento, realizará no mínimo cinco refeições (café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia), sendo que o café da manhã em geral é repetido, em função de haver a ida do adolescente de uma instituição para outra.

A utilização da instituição como espaço para dormir é citada também por doze adolescentes: “... lá no abrigo é um lugar onde dá pra dormir...” (A, 12 anos). Os

participantes não se referem apenas ao período noturno, referindo-se à instituição como local adequado para descansar durante o dia: “*Se quiser dormir lá, descansar lá, tem uma sala.*” (B, 12 anos). As condições oferecidas pelas instituições para que o adolescente durma são consideradas, algumas vezes, como o aspecto mais interessante, mais “legal” do serviço: (O que tem de mais legal lá?) “*Tem cama pra dormir.*” (L, 16 anos).

Doze adolescentes citam usar a instituição para a realização da higiene pessoal: “... *primeiro a gente toma um banho...*” (H, 14 anos). O banho é, muitas vezes, encarado pelos adolescentes como obrigação, sendo que as próprias instituições utilizam mecanismos que garantem o cumprimento desta norma: “*Depois do banho pega a fichinha. (...) Aí entrega para a cozinheira. A cozinheira dá a comida. Se não tiver ela não dá. Porque tem que tomar banho.*” (D, 13 anos). Por outro lado, a realização da higiene pessoal é uma das atividades mais difíceis de serem desempenhadas pelo adolescente em situação de rua fora do espaço institucional, tornando-se um importante atrativo destes espaços.

A utilização das instituições para a realização de atividades de entretenimento é citada por doze adolescentes: “*Jogo videogame, jogo futebol, jogo snooker, fla-flu.*” (A, 12 anos). As atividades de entretenimento são citadas como sendo o que de melhor a instituição possui por diversos adolescentes. O espaço institucional é citado por alguns adolescentes como o lugar preferido para a diversão. Isto demonstra que as instituições são ambientes avaliados positivamente pelos adolescentes, propiciando um espaço de lazer e entretenimento. A interação com os monitores também é considerada como fonte de diversão pelos adolescentes: “*Eu ficava conversando com os monitores. Brincando com eles lá*”. (K, 16 anos). Quando questionado sobre o que mais gostava de fazer na instituição um participante afirma: “*Desenhar. Brincar com os guris, com os guardinha.*” (D, 13 anos).

Onze meninos referem-se a uma instituição como local adequado para a realização de cuidados com a saúde: “*É... a gente tá com um machucado, elas dão um remédio. A gente tá doente, eles dão comprimido, um remédio, pomada.*” (J, 16 anos). Além disto os adolescentes em situação de rua reconhecem que podem ter acesso a instituições de saúde via outros serviços da rede de atendimento a esta população. Os funcionários das instituições também são citados como pessoas de referência caso o adolescente esteja necessitando de cuidados com a saúde, ressaltando mais uma vez o importante papel que estas pessoas desempenham na vida destes meninos: “*A tia da enfermaria é tri, ela cuida o cara.*” (E, 13 anos).

O uso da instituição para a realização de atividades pedagógicas é citado por cinco adolescentes: “*Estudamos, fazemos as tarefas que têm que fazer lá, do colégio.*” (M, 17

anos). Em alguns casos, a atividade pedagógica é considerada de forma muito positiva pelo adolescente, sendo que isto pode ser exemplificado pela resposta dada por um participante ao ser questionado sobre o que havia de bom na instituição: *“Tudo! Eles dão colégio.”* (G, 14 anos).

Cinco adolescentes referem-se aos encaminhamentos realizados pelas instituições: *“É encaminhado, se não tiver remédio certo é encaminhado pra outro lugar, eles encaminham, fazem, fazem tudo direitinho.”* (M, 17 anos). Nesta fala, o encaminhamento representa o trabalho em rede que é desenvolvido pelas instituições, havendo uma complementaridade nos trabalhos desenvolvidos em cada um destes locais. No entanto, é importante que o encaminhamento não signifique delegar responsabilidades de um local para o outro, pois desta forma o adolescente que aparentemente pode contar com vários serviços, passa a não ser beneficiado por nenhum deles. Os encaminhamentos também representam a reinserção dos adolescentes em escolas nas comunidades de origem ou em cursos profissionalizantes realizados por outras instituições.

Quatro adolescentes referem-se ao papel de proteção que a instituição desempenha. A instituição é citada como local de referência quando o adolescente sente medo de algo, demonstrando o papel protetivo desempenhado por esta: *“Daí eu fiquei com medo e pulei de volta da rua... (para a instituição).”* (D, 13 anos). Ao serem questionados a quem pedem ajuda nestes momentos de medo referem-se também aos funcionários das instituições: *“... das tias do abrigo.”* (K, 16 anos).

Quatro adolescentes já estiveram em instituições para o cumprimento de medidas sócio-educativas, sendo esta considerada mais uma das utilizações que os participantes fazem das instituições: *“E se agredir chama a polícia e leva pro DECA⁴ (...) lá que leva pra FEBEM, se tiver alguma coisa grave.”* (D, 13 anos). A presença desta categoria demonstra que os usos que o adolescente faz da instituição não estão relacionados, necessariamente, a uma escolha individual.

Três adolescentes usam as instituições também para a obtenção de vestimentas: *“É por causa que eles são legal, por causa que eles dão comida, dão tudo, dão roupa.”* (H, 14 anos). Mesmo utilizando as instituições com este objetivo, os participantes criticam o aspecto das roupas obtidas nas instituições e afirmam que se pudessem colocariam apenas vestimentas novas: *“... mudava todas roupa, eu botava tudo roupa nova, tênis novo, meia nova, tudo novo.”* (G, 14 anos).

Três adolescentes referem-se ao papel profissionalizante desempenhado pelas instituições, citando os cursos a que estão ligados: *“Eu faço curso de tarde. Curso de*

⁴ Delegacia de Polícia - Divisão de Crianças e Adolescentes.

padaria.” (J, 16 anos). Trata-se do reconhecimento de que estes locais podem capacitá-los para a entrada no mercado de trabalho. Tal entrada é uma das possibilidades de reinserção social que a instituição pode oferecer. Como já foi mencionado, os adolescentes valorizam de tal forma esta experiência a ponto de considerá-la como um trabalho em si e não como uma etapa no processo de formação profissional: “*Eu trabalho...bem dizendo não é um trabalho. É um curso.*” (K, 16 anos).

Dois participantes usam as instituições para o tratamento do abuso de substâncias psicoativas: “*Se eu tiver muito mal da loló (...) me dão soro, depois eu tenho que fazer um tratamento lá...*” (D, 13 anos). Nesta fala, o adolescente não se refere a uma instituição vinculada ao programa municipal de atendimento destinado a crianças e adolescentes em situação de rua. A questão do tratamento de substâncias psicoativas dentro do programa de atendimento municipal será melhor discutida posteriormente.

Um adolescente afirma utilizar a instituição como espaço alternativo ao estar na rua: “*Lá no abrigo é um lugar onde dá pra dormir, pra não viver na rua.*” (A, 12 anos). É interessante pontuar que a simples leitura desta resposta poderia facilmente ser interpretada como pertencente à dimensão de atribuição de objetivo institucional. Contudo a leitura completa da entrevista possibilita concluir que se trata de uma utilização feita pelo adolescente do espaço institucional. Uma possibilidade para esta aparente semelhança na resposta é o significado congruente que o adolescente possui da instituição, uma vez que as dimensões utilização e reconhecimento de objetivos para este jovem são semelhantes e/ou complementares.

Apresentadas as respostas referentes à dimensão *utilização*, serão apresentados os resultados da segunda dimensão que consiste na *atribuição de objetivos institucionais* pelos adolescentes. Como exposto anteriormente tal dimensão foi identificada exclusivamente pela análise da questão dez da entrevista ou em questões similares realizadas, esporadicamente, em momentos distintos da aplicação do instrumento. As respostas foram agrupadas em sete categorias, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1979) das entrevistas, sendo suas freqüências apresentadas na Tabela 3.

Cinco participantes afirmaram que o papel da instituição é tirar a criança e/ou o adolescente da rua. É interessante pontuar que em um primeiro momento parece se tratar de um reconhecimento do principal objetivo institucional, que seria a reinserção social deste jovem. Contudo na fala dos adolescentes é possível identificar que este “tirar da rua” refere-se apenas à saída temporária deste espaço, não estando incluída a noção de reinserção ou saída permanente. Um participante aponta que a justificativa da instituição

para não os deixar na rua é a preservação da ordem social: “*Pra não ficar na rua incomodando os outros, não tocar pedra em ninguém.*” (E, 13 anos).

Tabela 3.

Frequência das Categorias de Atribuição de Objetivos Institucionais

Categoria	Frequência
Tirar da rua	5
Realização das atividades cotidianas	4
Proteção	3
Papel pedagógico	3
Tirar das drogas	2
Propiciar encaminhamentos	1
Não sei	1

Quatro adolescentes definiram o objetivo das instituições como sendo a realização das atividades cotidianas: “*Pra dormir, pra comer, pra dar roupa, pra tomar banho, trocar de tênis, trocar de roupa, tomar banho, lavar a cabeça, lavar os ouvido (...) escovar os dentes.*” (G, 14 anos). Foram incluídas nesta categoria as respostas que se referiam à alimentação, higiene pessoal, atividades de entretenimento, cuidados com a saúde e local para dormir. Percebe-se que esta categoria engloba, então, os cinco primeiros aspectos citados como sendo os usos que os adolescentes fazem do espaço institucional. Isto indica que para estes adolescentes a instituição objetiva exatamente os usos que eles fazem dela.

Três adolescentes afirmam que o objetivo da instituição é protegê-los dos diversos perigos existentes, principalmente os característicos do ambiente da rua. Foram englobadas nesta categoria as respostas que se referiam a “cuidar” e “acolher”: “*Pra acolher nós.*” (C, 12 anos) e “*...pra cuidar das pessoas que moram na rua.*” (H, 14 anos). É necessário ressaltar que dentro do serviço de atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua a palavra acolher é constantemente utilizada com o sentido de possibilitar o acesso do jovem ao local. Desta forma os adolescentes podem também utilizar a palavra acolher com este sentido, mas pela leitura geral das entrevistas inferiu-se que estas respostas possuem o sentido de proteção. Esta é uma questão a ser posteriormente aprofundada de forma a entender de uma melhor maneira qual é exatamente o significado que estes jovens atribuem às instituições.

Três adolescentes afirmam que o objetivo institucional é promover o ensino: “*Pra ensinar nós.*” (I, 14 anos). É interessante pontuar a contradição existente entre o fato de

onze adolescentes possuírem vinculação com a escola e o pequeno número de jovens que reconhecem o ensino como um objetivo institucional. Isto demonstra que em muitos casos os adolescentes apesar de freqüentarem a instituição não reconhecem os objetivos da mesma. Este é um dado preocupante, pois aponta para um uso da instituição que não está vinculado com o objetivo da mesma, o que pode dificultar a efetividade destes locais.

Dois participantes afirmam que o objetivo institucional é “tirá-los das drogas”: “*Lá é mais pra tirá a gurizada das drogas.*” (M, 17 anos). Estes adolescentes reconhecem que este é um difícil objetivo a ser alcançado e que depende muito mais da força de vontade individual do que do trabalho da própria instituição: “*O cara tem que ter. Ele mesmo tem que querer se ajudar. Não adianta o cara ir pra um bagulho e fazer bobagem e sair.*” (K, 16 anos). Este é um ponto extremamente delicado, pois como poderá ser observado nos próximos estudos não há efetivamente, para esta população, um serviço de tratamento para o abuso de substâncias psicoativas na cidade. A instituição apenas se apresenta como um espaço em que o adolescente pode estar realizando outras atividades que não o consumo destas substâncias. Além disto, percebe-se que nos momentos de “fissura”, nos quais sentem uma incontrolável necessidade de droga, os adolescentes simplesmente saem das instituições e voltam às ruas para utilizarem as substâncias psicoativas proibidas dentro da instituição. Estudos indicam que é necessário muito mais do que força de vontade para abandonar a dependência, seja ela psicológica, física ou social (Brito, 1999; Galduróz e cols., 1997; Noto e cols., 1994, 1998). Talvez as instituições ignorem a verdadeira gravidade da dependência, supondo que apenas o oferecimento de atividades alternativas seria suficiente para resolver a questão do consumo e abuso destas substâncias.

Um participante refere-se à instituição como responsável por propiciar encaminhamentos: “*... e encaminhar pra outros lugar.*” (M, 17 anos). Esta fala remete a duas importantes questões, sendo que a primeira é a constatação de que os adolescentes reconhecem a organização em rede das instituições. A segunda questão refere-se a uma prática comum dos serviços públicos em geral que é o encaminhamento. Esta parece ser uma palavra mágica a partir da qual tudo se resolve. A criança e/ou o adolescente é atendido por diversos serviços cuja ação principal é realizar encaminhamentos. Além deste adolescente, outros utilizam este jargão claramente institucional, o que demonstra o quanto esta é uma prática referida dentro dos serviços de atendimento.

Um adolescente afirma não saber o objetivo institucional: “*Não sei. (...) Só vou lá pra dormir.*” (F, 14 anos). Este é um dado a ser considerado com bastante cuidado, uma vez que este adolescente em vários momentos da sua entrevista se referiu a diversas instituições. Obviamente, pode-se tratar apenas da falta de interesse em responder a

questão, mas também pode revelar que o objetivo institucional não fica tão claro quanto deveria. Talvez a própria instituição permita, sem se dar conta disto, que o adolescente utilize os seus serviços imediatos sem necessariamente se engajar em seu projeto de trabalho.

Em relação a outros aspectos referentes às instituições que foram abordados pela entrevista, deve-se ressaltar, em primeiro lugar, a forma como estes adolescentes denominam estes serviços de atendimento. Esta é uma interessante questão, pois os adolescentes demonstraram uma grande estranheza frente à pergunta – “*Como você chama estes lugares todos que nós conversamos?*” – e simplesmente repetiam o nome dos locais, como se esta fosse a mais óbvia resposta a ser dada. Não é possível determinar, contudo, se estes adolescentes possuem uma forma particular de se referirem a estes locais baseando-se apenas na entrevista. Seria necessário um maior convívio com os participantes para que tal informação fosse obtida.

Durante a entrevista os adolescentes referiram-se a diversos tipos de instituições, dentre elas as de ensino, saúde, promotoras de atividades diurnas e de cunho religioso, assim como abrigos, albergues, unidades da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM)⁵ e os programas desenvolvidos para esta população. A frequência a estes locais difere bastante entre os participantes, variando também em função da instituição referida. Em geral trata-se de uma frequência bastante irregular, alternada pela ida dos adolescentes às ruas ou às suas casas. Além disto, os adolescentes afirmam frequentar as instituições mesmo tendo transcorrido um longo período de tempo desde a sua última ida ao local sendo que, em alguns casos, o adolescente não sabe precisar a última vez que esteve no mesmo. Outra interessante questão refere-se às afirmações feitas pelos adolescentes acerca da frequência a instituições e/ou programas aos quais ainda não estão vinculados, mas que aparentemente fazem parte das possibilidades de encaminhamento oferecidas pela rede de atendimento. Isto demonstra que estes locais de atendimento contribuem de maneira significativa na elaboração de projetos de vida dos adolescentes, mesmo que a curto prazo.

Os adolescentes afirmam ter tomado conhecimento da existência das instituições frequentadas, principalmente, através dos amigos: “*Eu nem conhecia o abrigo daí um guri (...) pegou e me pediu pra mim vim aqui, pra mim conhecer o abrigo, né?*” (E, 13 anos). Outra possibilidade é o adolescente conhecer a instituição a partir da indicação de outra instituição ou programa já frequentada por ele. Em alguns casos os participantes foram

⁵ Durante a execução desta pesquisa ocorreu uma reformulação na estrutura da FEBEM do Rio Grande do Sul, sendo que esta nova organização é formada por Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) e Fundação de Proteção Especial (FPE).

acompanhando a ampliação da rede de atendimento inserindo-se, desta forma, nas instituições que foram sendo criadas. Além disto, os meninos conhecem as instituições a partir do trabalho dos educadores de rua ligados ao programa municipal destinado a crianças e adolescentes em situação de rua.

Os participantes possuem grande conhecimento acerca do funcionamento das instituições, fazendo descrições detalhadas das rotinas institucionais. É interessante observar que em alguns casos o adolescente espontaneamente descreve o cotidiano da instituição:

... chega as sete hora nós ficamos lá na frente esperando para entrar, na fila, aí depois nós pegamos, entramos, vamos, vamos lá tomamos um banho, depois jantamos, depois vamos olhar filme, depois do filme, depois que termina o filme nós vamos, nós lanchamos, depois do lanche nós vamos dormir, depois, depois que nós, depois que nós dormi chega de manhã nós vamos tomar café, depois quem quer ir pro colégio eles levam pro colégio de Kombi. (E, 13 anos).

Por outro lado, este detalhamento evidencia que a rotina institucional ainda não foi automatizada pelos adolescentes, talvez por tratar-se da aquisição de um novo padrão de comportamento. Pode-se contrapor este excessivo detalhamento com a descrição sucinta que os funcionários destes locais fazem a respeito das suas rotinas, afinal para eles trata-se de um padrão comportamental já internalizado. Há ainda outra justificativa para tal forma de descrição, que pode ser a importância que os adolescentes dão a esta rotina repetida diariamente. Isto difere enormemente das vivências que estes jovens têm nas ruas, podendo representar uma possibilidade de constância muitas vezes positivamente avaliada pelos meninos: *“Funciona legal, sempre a mesma coisa.”* (M, 17 anos).

Os participantes também se referem às regras institucionais: *“Não pode cheirar loló, não pode brigar, não pode... não pode fazer bagunça.”* (F, 14 anos), apontando as medidas que são adotadas quando estas não são cumpridas. Em geral, tratam-se de medidas que retardam ou impedem a entrada dos adolescentes na instituição: *“Se eu entrar, tomar banho e jantar, sair aí só depois das dez que acaba a janta. Daí...se eu quiser, eu não posso entrar mais. Só depois das dez no outro dia.”* (D, 13 anos). É interessante apontar que este tipo de medida muitas vezes é desconsiderada pelo adolescente, uma vez que este em geral não se importa por passar menos tempo na instituição e conseqüentemente mais tempo na rua. A eficácia desta intervenção deve ser avaliada pelas instituições, visto que nem todos os adolescentes atribuem a importância necessária para que tal medida fosse efetiva em seus objetivos.

Em relação aos aspectos que os adolescentes não gostam nas instituições, pode-se citar os eventos em que os meninos acreditam ter havido descumprimento das combinações anteriormente estabelecidas com os monitores: *“Ah, que é ruim. Eles mentem lá que vai ter futebol. Chega na hora eles não vão. Esconde as coisas também...”* (D, 13 anos). Além disto os adolescentes citam as agressões realizadas por guardas ou funcionários: *“Eles dão em nós, eles não deixam a gente sair, quando o cara quer sair, eles dão tapa na cara antes de sair. (...) Quando as professoras me xingam.”* (G, 14 anos). Há também referências às agressões realizadas pelos outros adolescentes que freqüentam as instituições: *“Eu não gosto muito daqueles guris que ficam se arriando nos outro, pegam o cara dormindo, dão um tapa na orelha junto.”* (E, 13 anos). Estes aspectos foram apresentados por alguns adolescentes como justificativa para não ir mais às instituições de atendimento. Também foram citadas como razões a falta de vontade ou mesmo o esquecimento, que pode demonstrar inclusive um desinteresse pelo local: *“Porque que às vezes eu, eu me esqueço, né? Daí eu pego e não vou.”* (E, 13 anos).

Outro motivo citado refere-se à mudança do local da instituição, apontando para um importante e curioso aspecto relacionado à localização dos serviços de atendimento. Os adolescentes têm a instituição como ponto de referência no contexto da rua e esperam que estas permaneçam no mesmo local, independente do tempo transcorrido desde a sua última ida ao serviço. Para os meninos a instituição deve possuir uma certa perenidade, cabendo apenas a eles decidirem se querem ou não acessar o serviço. Neste sentido, a mudança de local representa uma quebra nesta constância considerada tão importante pelos adolescentes e que é extremamente escassa nos outros âmbitos da sua vida. A importância desta estabilidade pode ser entendida a partir das características dos processos proximais apontadas pela AEDH, em que se enfatiza a importância da constância dos processos de interação para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996).

É interessante enfatizar que a não-freqüência às instituições não pode ser justificada simplesmente pelos aspectos que os adolescentes afirmam não gostar nestes locais. Muitos deles asseguram, inclusive, não haver nada que não gostem na instituição, estando a sua não-ida relacionada a questões externas ao local. Os adolescentes apontaram, principalmente, o uso das substâncias psicoativas como motivo para não estarem nas instituições.

Ao serem questionados sobre as mudanças que realizariam nas instituições, os adolescentes referem-se a melhorias que realizariam em relação à limpeza, vestimentas e ampliações do espaço físico e da capacidade de atendimento. Para outro adolescente não

haveria mais o momento da “girica⁶” realizada na entrada de algumas instituições. Para ele trata-se de uma ação que viola sua liberdade, uma vez que os funcionários da instituição não seriam a autoridade competente para esta função: “*Não pode revistar ninguém. Eles não são brigadiano (...) O mundo é livre.*” (F, 14 anos). Outro participante afirma que aumentaria a frequência dos jogos de futebol realizados na instituição, demonstrando o quanto os jovens apreciam esta atividade.

O futebol também aparece como a atividade que aconteceria na instituição considerada ideal pelos adolescentes: “(a instituição ideal teria) *escolinha de futebol.*” (B, 12 anos). Para os participantes não ocorreriam brigas neste local idealizado: “(não teria) *violência, droga, brigas.*” (K, 16 anos). Nesta instituição também não haveria regras, sendo que os adolescentes poderiam fazer tudo que tivessem vontade: “*...que desse pra fazer tudo que a gente quisesse (...) que a gente pudesse entrar quando quiser, fazer o que nós quiséssemos. Tudinho.*” (J, 16 anos). É interessante ressaltar que mesmo discordando da existência de regras, os adolescentes participam, em algumas instituições, de assembleias em que algumas destas regras são coletivamente construídas.

A partir da execução deste estudo confirmou-se o quanto as instituições de atendimento estão presentes na vida dos adolescentes em situação de rua. Estes locais assim como os seus funcionários desempenham um importante papel na vida destes jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento. Isto ocorre através da garantia das condições mínimas para a sobrevivência destes jovens por parte destes locais e pelo fato destas instituições e seus funcionários serem componentes significativos da rede social e afetiva destes jovens.

⁶ Girica é a forma como os adolescentes referem-se à revista feita no momento do seu ingresso em algumas instituições. Esta objetiva impedir que os jovens entrem nos serviços com substâncias psicoativas e/ou objetos que possam ser utilizados como armas.

CAPÍTULO III

ESTUDO 2

O presente estudo visa à descrição das instituições mais citadas pelos participantes do Estudo 1 e à identificação dos objetivos destas, a partir da análise dos regimentos produzidos por estes locais, ou seja, documentos criados pela própria instituição, no qual constam os seus objetivos e as suas regras de funcionamento. A apresentação deste estudo seguirá o mesmo padrão do anteriormente descrito, sendo inseridos comentários acerca do método ao longo do texto.

Método

Participantes

Participaram deste estudo as quatro instituições mais citadas pelos participantes do Estudo 1, que são um albergue noturno, uma escola, um serviço de atendimento de saúde e um alojamento diurno. O albergue noturno foi citado por doze adolescentes, a escola por onze, o atendimento de saúde por dez e o alojamento diurno por cinco.

Além disto, foram analisados os documentos escritos produzidos por estas instituições e que foram disponibilizados aos pesquisadores. Estes contêm a descrição do funcionamento, da organização e dos objetivos destes locais, sendo importante enfatizar que se tratam de manuscritos não publicados. A referência completa de cada um destes documentos não foi listada no final desta dissertação, pois desvelariam a identidade de cada instituição, descumprindo o compromisso de sigilo assumido pela equipe de pesquisa. Do albergue noturno analisou-se o Projeto de Abertura (2001), da escola foram utilizados a sua descrição dentro da Análise Diagnóstica do Programa Municipal, o Regimento Escolar e o Plano Anual, sendo todos produzidos em 2000. A Análise Diagnóstica do Programa Municipal embasou também a descrição do serviço de atendimento de saúde (2000), enquanto que para o alojamento diurno utilizou-se o Projeto de Funcionamento da instituição (2002).

Instrumento

Foi utilizado no presente estudo um questionário para o cadastro de instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua (Anexo B), visando ao conhecimento dos objetivos, do funcionamento e da estrutura da instituição. Este

questionário foi adaptado para este estudo a partir do instrumento utilizado por Brito (1999). Um aspecto a ser ressaltado em relação ao instrumento é a sua parte final, em que são registrados os comentários e impressões do pesquisador a respeito da instituição. A partir destes registros, diferentes características da instituição puderam ser analisadas, contribuindo significativamente para um melhor entendimento destes serviços.

Procedimentos

Os procedimentos envolvidos na execução deste estudo foram visitas às instituições participantes, que inicialmente foram contatadas pelos pesquisadores, com o objetivo de expor o projeto de pesquisa e solicitar a participação das mesmas no presente estudo. Aceita a participação no estudo, foram solicitados os documentos escritos produzidos por estas instituições. Em seguida, aplicou-se o questionário para o cadastro de instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua (Anexo B), sendo que este poderia ser respondido por qualquer um dos funcionários e/ou técnicos da instituição. No entanto, em todas as instituições o questionário foi respondido pelos coordenadores e/ou vice-coordenadores do local, possibilitando uma maior riqueza de dados e facilitando a posterior realização do Estudo 3.

As instituições foram visitadas em algumas ocasiões com o objetivo de inserir ecologicamente a equipe de pesquisa no ambiente institucional e, a partir disto, melhor conhecer o funcionamento e a dinâmica institucional, assim como estabelecer um vínculo com os participantes, aumentando, desta forma, a validade ecológica do estudo. Ou seja, a inserção do pesquisador no ambiente de pesquisa ampliou as possibilidades explicativas do estudo, uma vez que suas impressões puderam funcionar como uma fonte complementar de dados (processo proximal do pesquisador; Cecconello, 2003). Este é um dos requisitos das pesquisas baseadas na Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH), em que se prioriza os contextos naturais de ocorrência dos fenômenos investigados em detrimento dos estudos laboratoriais (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1989, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Tais impressões foram registradas em diários de campo, auxiliando na compreensão contextualizada dos dados.

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados será feita de forma a integrar os dados obtidos através do questionário para o cadastro de instituições de atendimento a crianças e

adolescentes em situação de rua (Anexo B), a partir dos documentos analisados e das observações registradas pelos pesquisadores. Esta forma de apresentação foi escolhida visando a uma melhor integração dos dados e um maior entendimento das estruturas, objetivos e dinâmicas institucionais.

As características destas instituições referentes à capacidade de atendimento, principal fonte mantenedora, tempo de funcionamento e número de funcionários estão apresentadas na Tabela 4. As quatro instituições compõem o programa municipal de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que apenas a instituição de alojamento diurno é uma entidade não-governamental conveniada à prefeitura. As outras três instituições possuem caráter governamental.

Tabela 4.

Identificação das Instituições de Atendimento por Tipo de Serviço Oferecido, Capacidade de Atendimento, Fonte Mantenedora, Tempo de Funcionamento e Número de Funcionários

Instituição	Capacidade de atendimento	Principal fonte mantenedora	Tempo de funcionamento	Número de funcionários
Albergue noturno	100	prefeitura	1 ano	28
Escola	45 (15/turma)	prefeitura	7 anos	26
Atendimento de saúde	30 (15/turno)	prefeitura	2 anos	17
Alojamento diurno	60 (30/turno)	entidade religiosa	12 anos	6

Um primeiro aspecto a ser analisado refere-se aos objetivos institucionais presentes nos documentos analisados. Além disto, é importante apontar a demanda inicial que justificou a abertura de cada uma das instituições. Os trechos aqui citados foram copiados textualmente, não havendo referências dos números das páginas por se tratar de manuscritos não publicados.

O albergue noturno foi criado em função de uma lacuna que existia na rede de atendimento em relação ao espaço noturno de proteção, sendo que o serviço atualmente prestado visa responder a esta demanda. Neste sentido, os objetivos do albergue noturno são (Projeto de Abertura, 2001):

- 1) efetivar ações de enfrentamento ao risco vivido por crianças e adolescentes, oferecendo alternativa de albergagem;
- 2) proporcionar espaço de proteção noturna enquanto retaguarda ao Serviço de Educação Social de Rua;

- 3) garantir provimento das necessidades básicas de alimentação, banho, descanso e avaliação inicial de saúde;
- 4) acolher os casos com busca espontânea, podendo ou não estarem vinculados aos serviços do programa, servindo como porta de acesso a estes serviços ou à rede de atendimento da cidade;
- 5) acolher os casos encaminhados por outros órgãos de proteção, desde que exista adequação à prioridade proposta no projeto, isto é, a utilização do espaço da rua como moradia e sobrevivência;
- 6) propiciar abordagens de crianças e adolescentes em situação de rua demandada pela população através de um atendimento de plantão;
- 7) qualificar a rede de atenção e proteção à criança e ao adolescente existente na cidade.

A escola foi planejada, inicialmente, como o espaço de ensino responsável pela população de crianças e adolescentes em situação de rua, que se encontravam excluídos do processo educativo. Desta forma, os documentos produzidos por esta instituição apresentam seus objetivos da seguinte maneira (Análise Diagnóstica do Programa Municipal, 2000):

- 1) assegurar a crianças e adolescentes socialmente excluídos o acesso ao conhecimento elaborado historicamente pela humanidade, garantindo a distribuição e reconstrução desse conhecimento;
- 2) possibilitar a crianças e adolescentes socialmente excluídos tornarem-se sujeitos de sua história, contribuindo na construção de projetos de vida.

Além disto, as oficinas de trabalho educativo visam à construção de um projeto de vida adulta e autônoma, através do contato do adolescente com o mundo do trabalho. Cada um dos objetivos aparece de forma clara nos documentos analisados, sendo realizada, inclusive, uma retrospectiva histórica do processo de construção da instituição e as alterações que ocorreram ao longo do seu funcionamento.

Outro objetivo apontado pela Análise Diagnóstica do Programa Municipal (2000) refere-se ao papel questionador assumido pela instituição em relação às políticas de atendimento a estas crianças e adolescentes: “... (local) *de atuação político-pedagógico questionadora das políticas de atendimento...*”. Este objetivo parece ser alcançado na medida em que a escola desempenha um importante papel no processo de estruturação do programa municipal, sendo isto verificado na própria história deste programa.

O serviço de atendimento de saúde surge, segundo a Análise Diagnóstica do Programa Municipal (2000), em função de uma demanda específica que era o crescente

uso de substâncias psicoativas por parte das crianças e adolescentes em situação de rua. O documento se fundamenta em dados quantitativos que demonstram a gravidade da situação em que esta população se encontrava e que justificariam a abertura de um espaço destinado prioritariamente à questão referente ao uso e abuso de substâncias psicoativas. O documento apresenta uma distinção entre os objetivos gerais e os específicos, sendo ambos apresentados a seguir (Análise Diagnóstica do Programa Municipal, 2000):

- 1) Objetivo geral: criação de espaço protegido para crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, contemplando ações de saúde, de assistência social, educação e lazer, na perspectiva de ser um momento desencadeador de reinserção social.
- 2) Objetivos específicos:
 - a) realizar acolhimento de todos os casos que chegam ao serviço, inserindo em atendimento aqueles que apresentarem dependência química;
 - b) encaminhar à rede hospitalar os casos que apresentarem risco de vida ou intercorrência clínica de maior complexidade;
 - c) realizar avaliação interdisciplinar para construção de Plano Terapêutico Individual;
 - d) trabalhar o desejo das crianças e adolescentes de refletir sobre o uso de drogas e o “lugar” que a droga ocupa em suas vidas;
 - e) casos que necessitem de avaliação clínica serão priorizados na rede de serviços de saúde da cidade, acompanhados pelo serviço;
 - f) manter próxima a relação com o conhecimento, reconhecendo a escola como espaço privilegiado de resignificação social, trabalhando no sentido da manutenção e promoção do vínculo com a escola;
 - g) avaliação sócio-familiar com o objetivo de retorno às suas famílias;
 - h) propiciar acesso a atividades esportivas, culturais e de lazer, como forma de trabalhar a auto-estima das crianças e dos adolescentes atendidos pelo serviço;
 - i) garantir articulação interinstitucional para condução conjunta dos casos encaminhados pela rede de serviços da cidade;
 - j) estabelecer parcerias com órgãos e entidades que atuam na promoção, controle e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
 - k) desenvolver estudos e produzir conhecimento sobre os problemas relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas bem como sobre a população atendida no serviço protegido;
 - l) desenvolver atividades de ensino e pesquisa de caráter interdisciplinar.

O estudo detalhado da Análise Diagnóstica do Programa Municipal (2000) e a inserção ecológica da equipe de pesquisa revelam que há uma ampla discrepância entre os postulados deste documento e a prática institucional, especialmente no que se refere aos objetivos da instituição. Segundo o coordenador entrevistado, desde o momento da abertura do serviço, estes objetivos vêm sendo “*repensados e reconstruídos*”, considerando que hoje a proposta institucional difere bastante da inicial. Uma questão a ser levantada refere-se à demanda que originou o serviço, afinal esta continua existindo e talvez em maior gravidade do que na época da produção do documento. Provavelmente o serviço atualmente realiza atividades que são coerentes com os objetivos que são propostos, mas estes ainda não estão registrados em nenhum documento produzido pela instituição ou pelo programa municipal.

O alojamento diurno faz parte de um conjunto de obras assistenciais religiosas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes carentes, sendo esta instituição responsável especificamente pelos jovens em situação de rua. Seus principais objetivos são (Projeto de Funcionamento, 2002):

- 1) acolher a todos os meninos e meninas em situação de risco ou de rua, que procurarem e necessitarem de nosso atendimento;
- 2) proporcionar um ambiente saudável, alegre e educativo aos meninos que freqüentam a casa;
- 3) suprir necessidades básicas de alimentação, vestuário, higiene, educação informal, esportes e recreação;
- 4) buscar uma aproximação e retorno à família, sempre que possível;
- 5) incentivar a freqüência ao ensino formal como alternativa de transformação da situação de risco;
- 6) articular e integrar com outras obras sócias, públicas ou privadas, com vistas a um trabalho em rede, mais completo e eficiente.

Uma questão interessante presente no Projeto de Funcionamento (2002) refere-se ao objetivo de que a instituição deve ser suficientemente interessante para que os jovens a ela retornem. Trata-se da explicitação da necessidade que esta instituição possui de atrair ao máximo as crianças e os adolescentes pela não-obrigatoriedade de freqüência. É necessário pontuar esta mudança de perspectiva que ocorre no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua em oposição aos jovens que mesmo precariamente ainda estão vinculados à família e à escola. Estes últimos provavelmente freqüentam locais que exigem suas freqüências e ameaçam expulsá-los caso esta não ocorra. Apenas no momento em que acontece a total subversão das normas sociais é que se atenta para a necessidade de

tornar os locais de atendimento atraentes à população que os frequenta. Caso a postura de ser atraente para os jovens fosse assumida por todos os serviços provavelmente não haveria a necessidade da existência de espaços específicos para crianças e adolescentes em situação de rua, pois a maioria delas estaria ainda vinculada às outras instituições que já frequentaram.

A análise conjunta das demandas que de certa forma originaram as instituições e dos seus objetivos é de extrema importância para a compreensão do papel social que estes locais desempenham. Neste sentido, Alvim e Valladares (1988) afirmam que as instituições são criadas, justamente, para responder a uma demanda social existente, sendo relevante que se analise a relação entre demandas e objetivos institucionais.

Hecht (1998) afirma que um dos objetivos das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua é a promoção de cidadania. Este é um termo não definido pelo autor, o que dificulta a sua verificação nos documentos analisados. Contudo, pode-se apontar aspectos presentes nos objetivos das instituições investigadas que sugerem a questão da cidadania. Neste sentido, pode-se considerar, no caso da escola, que a garantia de acesso ao conhecimento, assim como a possibilidade de construção de projetos de vida autônomos são formas de promoção de cidadania. O serviço de saúde apresenta, por sua vez, conceitos como reinserção e resignificação social, através da manutenção ou retorno do vínculo com a escola e a família, como possíveis sinônimos de cidadania. Além disto, aponta a importância da articulação com órgãos que garantam e defendam os direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. Por fim, o alojamento diurno refere-se à “*transformação da situação de risco*”, a partir da aproximação e retorno à família, e da frequência ao ensino formal. Todos estes conceitos e expressões corroboram, de certa forma, com a afirmação de Hecht (1998) acerca do objetivo institucional de promover cidadania. Esta diversidade de termos que expressam os objetivos institucionais foi verificada também no estudo realizado por Câmara, Medeiros, Ferriani e Gomes (2000) acerca das instituições de atendimento a crianças e adolescente sem situação de rua em Goiânia. Estes autores verificaram a utilização de expressões como “superação da condição de violação de direitos e deveres”, “reconstrução de identidade social” e “ingresso na comunidade” e também parecem interpretá-las como indicadores da referida promoção de cidadania.

Outro importante aspecto é a descrição da rotina destas instituições para que se compreenda melhor o seu funcionamento e os tipos de atendimento a que se propõem. O albergue noturno funciona diariamente das 19 às 7 horas, sendo que o atendimento começa com a revista dos adolescentes, com o objetivo de evitar que estes acessem o local

portando substâncias psicoativas e/ou objetos que possam ser utilizados como armas. Em seguida ocorre a entrega de roupas e ida para o banho, sendo oferecido, então, o jantar, seguido por atividades de entretenimento e lanche. Após a última refeição, os adolescentes vão dormir, sendo acordados na manhã seguinte para o café da manhã. Posteriormente, os jovens devem deixar o albergue, sendo que os que desejam ir para as outras instituições vinculadas à rede são conduzidos por um veículo do serviço. Cabe ressaltar que esta é a única instituição que funciona nos finais de semana, fazendo com que as possibilidades de atendimento nestes dias sejam bastante reduzidas. Este é um aspecto bastante preocupante quando se pensa na continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas instituições, pois, desta forma, os próprios serviços autorizam que o jovem permaneça em situação de rua, mesmo que apenas nos finais de semana. Trata-se de certa forma da legitimação do ambiente da rua como espaço de sobrevivência alternativo e, no caso dos finais de semana, complementar ao espaço institucional.

A escola funciona de segunda à sexta-feira, das 7 horas e 45 minutos às 17 horas, sendo que no turno matutino ocorrem as aulas e uma atividade especializada que pode ser artes, informática ou educação física. No turno vespertino acontecem as oficinas profissionalizantes de papel reciclado e jardinagem. O atendimento inicia-se no portão da escola, sendo feito, por uma dupla de educadores, o acolhimento das crianças e dos adolescentes. Neste momento, também é realizada uma revista nos meninos e meninas para evitar a entrada de substâncias psicoativas e/ou objetos que possam ser utilizados como armas. A entrada dos alunos pode ocorrer até às 9 horas, havendo uma flexibilidade caso sejam apresentadas justificativas para o atraso. Após este acolhimento, serve-se o café da manhã, seguido da realização das atividades pedagógicas nas salas de aula. Há, então, um pequeno intervalo que precede a prática das atividades especializadas, sendo encerrado o turno matutino com o fornecimento do almoço. A duração das atividades em sala de aula é de aproximadamente noventa minutos, não havendo uma rigidez neste horário, pois se considera o “tempo de tolerância” dos alunos para permanecerem dentro das salas de aula. A direção afirma que no início das atividades este tempo era de apenas dez minutos, mas que foi se estendendo demonstrando uma maior maturidade das crianças e dos adolescentes. Nesta escola, os módulos de ensino são organizados em totalidades. Na perspectiva da escola, trata-se de uma organização que visa ao acompanhamento dos progressos do aluno, permitindo que este acompanhe as atividades mesmo que chegue em qualquer época do ano letivo. Esta diferença, contudo, muitas vezes, dificulta a futura adaptação do adolescente em escolas formais. Esta dificuldade, no entanto, não é exclusiva

da escola aberta, mas de todas as instituições que trabalham com metodologias de ensino diferenciadas.

O serviço de saúde aponta para a dificuldade de se estabelecer uma rotina, sendo esta mais uma das questões que norteiam as discussões acerca da caracterização do serviço. Além disto, há um grande número de atendimentos individuais com os profissionais da psiquiatria, pediatria e psicologia, fazendo com que a rotina seja bastante personalizada. A instituição funciona de segunda à sexta-feira, das 7 horas e 30 minutos às 18 horas e 30 minutos. Em relação aos horários das atividades coletivas foi possível identificar apenas aqueles referentes à entrada e à saída dos meninos e meninas, o das refeições e do banho.

O alojamento diurno funciona de segunda a sexta-feira, das 8 horas e 30 minutos às 17 horas, iniciando suas atividades com o café da manhã, seguido de atividades esportivas realizadas na praça em frente à instituição. Após estas atividades, os meninos e meninas tomam banho, participam de atividades pedagógicas e almoçam. Depois de um período de descanso ou atividades de entretenimento com “baixo nível de agitação”, os jovens participam de atividades diversas, que incluem dança, capoeira, jogos de mesa, etc. Estas atividades são seguidas de lanche, posterior ida à sala de jogos e encerramento do atendimento do dia.

É importante discutir a relação entre os horários de funcionamento das diferentes instituições, pois se observa a existência de algumas lacunas entre os períodos de saída e entrada de alguns destes serviços. Pode-se citar como exemplo a saída dos adolescentes do albergue noturno que ocorre às 7 horas, sendo que o veículo do serviço os deixa em frente ao alojamento diurno em aproximadamente trinta minutos. No entanto, o atendimento desta instituição inicia-se apenas às 8 horas, deixando os adolescentes na rua durante trinta minutos. Este tempo é suficiente para que os meninos se dispersem, saindo da frente do serviço para usarem substâncias psicoativas ou mesmo desistam de acessarem o serviço. Maior intervalo de tempo ocorre entre a saída do alojamento diurno e o início do atendimento do albergue noturno. Esta dinâmica foi observada pelos pesquisadores durante a realização do Estudo 1, sendo apontada para os dirigentes como algo a ser revisado na prática do programa. Trinta minutos podem parecer pouco tempo, mas deve-se levar em conta que este jovem é deixado justamente na rua, espaço considerado pelas instituições como seu maior concorrente. Além disto, é necessário questionar qual criança e/ou adolescente esperaria este tempo para entrar na escola se tivesse a opção de fazer uma atividade que considerasse mais divertida.

Ainda em relação às rotinas institucionais, é importante ressaltar a necessidade de adequá-las ao cotidiano das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Koller

(2001), ao discutir sobre as características das escolas destinadas a esta população, aponta a importância destes ajustes para a efetividade dos serviços. Obviamente, não se trata apenas de acertos acerca das normas de funcionamento, como dos horários de entrada e saída, mas sim do reconhecimento, por parte das instituições, das peculiaridades vivenciadas por estes jovens e que são determinadas pelo estar na rua.

A capacidade de atendimento institucional referida pelos respondentes durante a aplicação do questionário e presente nos documentos é extremamente discrepante da capacidade e da ocupação efetivas destes locais. Isto ocorre, muitas vezes, em função das limitações físicas destes ambientes, da impossibilidade dos funcionários e técnicos em atender tal quantidade de crianças e adolescentes e também pela incerteza quanto ao número real de atendimentos que será realizado a cada dia, em função da não-obrigatoriedade de frequência dos jovens.

O albergue noturno, cuja referida capacidade é para cem adolescentes, atendeu no máximo sessenta e sete jovens em uma única noite desde a sua abertura, sendo que a média de atendimento durante a coleta de dados era de quarenta adolescentes. Os coordenadores reconhecem que esta capacidade máxima é inviável, uma vez que a qualidade do serviço prestado seria extremamente precária e ineficiente para alcançar os objetivos institucionais.

A escola possui capacidade para quinze alunos em cada uma das três totalidades existentes na escola. A média de frequência na instituição no período de coleta era por volta de dez adolescentes, mas a média diária geral é, segundo os diretores, de vinte e cinco jovens. A direção aponta que o número máximo que a estrutura institucional suportaria é de trinta e cinco alunos, sendo que com este número já haveria grandes dificuldades para a realização das atividades.

O atendimento de saúde não previa a capacidade máxima de adolescentes que poderiam acessar o serviço, nem no projeto inicial, nem durante os primeiros meses de funcionamento da casa. Em virtude de um evento ocorrido na instituição, decidiu-se limitar o acesso a apenas quinze adolescentes por turno. Nesta ocasião vinte e seis jovens que estavam dentro da instituição colocaram-se contra os funcionários, ameaçando incendiar o local, quebrando objetos, sendo necessária a intervenção da Brigada Militar. Este acontecimento, chamado de “a rebelião” pelos funcionários, além de alterar o número de adolescentes que podem acessar o serviço, reafirmou a inadequação da estrutura física do local.

O alojamento diurno tem capacidade máxima para trinta adolescentes por turno, sendo que já houve ocasião em que trinta e dois jovens foram acolhidos. O coordenador aponta que este é um número inviável para a realização das atividades propostas, sendo

que a média diária de atendimento no período de coleta de dados era de nove jovens. Contudo, em outros períodos a média era, segundo a coordenação, em torno de dezessete adolescentes.

A questão de superestimar a capacidade de atendimento em cada instituição provavelmente está relacionada ao fato destes locais necessitarem de verbas para a implementação e a manutenção das suas atividades. Sabe-se que quanto maior for a abrangência da instituição, mais facilmente ela será apoiada financeiramente, seja em nível governamental ou não-governamental. Trata-se de uma estratégia semelhante àquela de superestimar o número de crianças e adolescentes que estão na rua, o que já foi discutido anteriormente. O apelo numérico é extremamente forte e, provavelmente, estas instituições não estivessem funcionando, se afirmassem o número real de jovens que em média as freqüenta. Obviamente estratégias deste tipo geram um ciclo vicioso que torna impossível a aplicação séria de políticas públicas, afinal necessidades superestimadas exigem verbas também superestimadas, o que acaba centralizando os recursos financeiros governamentais em um pequeno número de locais.

Em relação ao sexo das crianças e dos adolescentes atendidos pelas instituições, observou-se que há uma predominância do sexo masculino, o que apenas reflete as características da população em situação de rua. Apesar desta predominância, pôde-se constatar que, de maneira geral, as instituições encontram-se preparadas e equipadas para receber as poucas meninas que as freqüentam. Ressalta-se aqui a qualidade dos ambientes destinados às meninas tanto no albergue noturno como no alojamento diurno. Estes possuem espaços decorados com objetos socialmente considerados femininos, tais como espelhos, bichinhos de pelúcia, etc. Há, inclusive, diferenças nas regras de organização dos quartos para os meninos e meninas. Estas possuem camas fixas, sendo que os meninos escolhem diariamente a cama, por ordem de ingresso. É evidente que esta forma de organização é mais fácil no caso das meninas, uma vez que elas são minoria dos adolescentes atendidos pelas instituições.

A faixa etária que mais freqüenta todas as instituições analisadas é de doze a dezesseis anos, havendo diferenças em termos da idade prevista para atendimento em cada um dos locais, conforme dados apresentados pela literatura (Aptekar, 1996; Maciel, Brito, & Camino, 1997; Martins, 1996a; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997). O albergue noturno, a escola e o serviço de atendimento de saúde prevêm o atendimento de jovens com idades entre sete e dezoito anos incompletos. O alojamento diurno prevê o atendimento de jovens de sete a dezesseis anos incompletos. É importante comentar duas questões acerca da idade da população prevista para atendimento. A primeira delas refere-se à amplitude desta faixa

etária, uma vez que ao englobar diversas fases desenvolvimentais são necessárias atividades específicas que se adequem a cada uma destas etapas. Além disto, verificou-se que a diferença entre as idades aumenta o número de conflitos entre aqueles que freqüentam a instituição. Esta questão já havia sido apontada pelos adolescentes participantes do Estudo 1.

Há uma alta rotatividade das crianças e dos adolescentes que freqüentam as instituições, sendo este dado apontado em todos os questionários. Entretanto, pôde-se constatar que o acesso de novos jovens é relativamente escasso, demonstrando que esta rotatividade ocorre dentro de um grupo conhecido de meninos e meninas. Esta inconstância na freqüência às instituições é apontada como um dos fatores que dificultam a efetividade do serviço como um todo. Trata-se de um desafio constante, pois significa conseguir ser suficientemente atraente para que estes jovens retornem e, ao mesmo tempo, propor atividades cuja continuidade não seja indispensável. Ou seja, atividades cuja finalidade seja alcançada no dia da sua realização, sem necessariamente exigir a presença do adolescente na atividade seguinte. Contudo esta falta de assiduidade já é prevista por todos os locais que pretendem trabalhar com jovens em situação de rua, não podendo ser a única justificativa para a não-efetividade das instituições.

O tempo de funcionamento das instituições varia desde um pouco mais de um ano até doze anos. Isto diferencia o tipo de organização do local, assim como a produção escrita produzida por cada um deles. Obviamente este não é o único critério a ser levado em consideração, uma vez que as instituições possuem estruturas e dinâmicas distintas. Além disto, as constantes transformações ocorridas nas instituições fazem com que este tempo de existência seja extremamente relativo. O alojamento diurno, por exemplo, funciona há doze anos, mas suas características foram totalmente alteradas há dois anos quando a instituição foi transferida de local e seus objetivos e abrangência redimensionados.

Em relação ao número de funcionários e técnicos de cada instituição pode-se ressaltar o grande número destes em relação ao número de adolescentes que freqüentam estes locais, com exceção do alojamento diurno. O número de adolescentes para cada funcionário é muito inferior ao que se encontra em instituições que prestam serviços a outras populações. Esta aparente vantagem não é considerada suficiente para nenhum dos dirigentes, uma vez que todos apontam a dificuldade de atender estes adolescentes com o quadro profissional que possuem. São constantes os relatos sobre a necessidade de uma maior quantidade de profissionais atuando na instituição. Que poder possuem estes adolescentes para que, mesmo estando em número igual ao dos funcionários, representem

tanta dificuldade para o desenvolvimento do trabalho? Haveria a necessidade de um maior quadro de funcionários ou a melhor capacitação dos existentes? As dificuldades envolvidas neste tipo de trabalho são notórias, contudo vale o questionamento de quais seriam as outras alternativas possíveis, que não simplesmente o aumento do número de profissionais. Ainda em relação aos profissionais, é interessante apontar a alta rotatividade dos mesmos, que pode denunciar as dificuldades inerentes a este tipo de atividade. Tal rotatividade prejudica, por sua vez, a continuidade do trabalho que está sendo desenvolvido com os adolescentes e a capacitação da própria equipe.

Outra questão a ser apontada refere-se à escolha e ao processo de mudança de coordenação das instituições. Os coordenadores do albergue noturno, do atendimento de saúde e do alojamento diurno assumem estes cargos através de indicações, sendo que na escola funciona o regime de eleição, através da consulta à comunidade escolar. Observou-se uma grande rotatividade dos dirigentes no atendimento de saúde e no alojamento diurno nos últimos dois anos. Estes locais encontram-se, respectivamente, em sua terceira e segunda direção no referido espaço de tempo. Estas mudanças na direção assumem uma grande importância pelo que se pôde observar, pois a instituição parece ter “a cara” do dirigente. Este parece ser, em todos os locais, uma figura extremamente forte e importante para a estruturação institucional. Além disto, as mudanças de coordenação parecem alterar toda a instituição, pois em geral, há mudança de funcionários, novas discussões acerca de objetivos, entre outras questões. Pôde-se constatar que há uma descontinuidade no processo, não havendo uma transição progressiva, na qual o substituto é preparado aos poucos e, dentro do contexto da instituição, para assumir o cargo.

Outro aspecto investigado foi a estrutura física das instituições, sendo esta observada durante as visitas e ressaltada, em muitos momentos, pelos integrantes da instituição. Cada local estudado possui características físicas bastante peculiares que merecem ser enfatizadas. O albergue noturno possui instalações amplas e equipadas, mas que com certeza não suportariam cem jovens simultaneamente. O espaço funcionava anteriormente como uma delegacia de polícia e isto pode ser percebido pelo seu aspecto escuro e bastante compartimentalizado. É interessante, mas o espaço se assemelha à rua, seja pela pouca luminosidade do local, seja pela ausência de pintura nas paredes. Isto não se aplica ao refeitório, quartos, banheiros, mas principalmente à área existente entre estes outros ambientes. Ver os adolescentes sentados nos muros ou nos degraus de uma escada dentro da instituição é como vê-los sentados na rua. Esta semelhança pode ser considerada positivamente, uma vez que os adolescentes podem se sentir menos desconfortáveis em freqüentar um espaço que não se difere muito daquele que costumam freqüentar. É

interessante que os coordenadores apontam que, em um primeiro momento, muitos jovens dormem na instituição como se estivessem na rua, ou seja, dormem no chão, em posição fetal, cobrindo os rostos com as camisas. Ao mesmo tempo, esta semelhança do espaço institucional com a rua pode dificultar que o adolescente rompa com o vínculo que possui com a rua, iniciando, mas não finalizando, o processo de “desrualização”.

A escola possui uma estrutura física que foi elaborada conjuntamente com as crianças e os adolescentes em situação de rua na época da construção do espaço, em 1994. Trata-se de um prédio bem cuidado, que segundo a coordenação só precisou nestes últimos sete anos de existência da reposição de duas cadeiras. Aparentemente, há um orgulho por parte da instituição da sua estrutura física. Esta foi, muitas vezes, enaltecida durante as conversas com os diretores e as visitas da equipe de pesquisa à escola.

O serviço de atendimento de saúde possui uma estrutura física bastante inadequada para a realização das suas atividades. Trata-se de um antigo sobrado com cinco andares, sem área externa para o desenvolvimento de atividades. A verticalidade da construção foi criticada inúmeras vezes pelos funcionários do local, durante a inserção ecológica da equipe, pois a movimentação em seu interior é extremamente complicada, havendo apenas uma única porta de saída, o que gera, inclusive, problemas de segurança em casos de emergência. Qualquer alteração no andamento das atividades, por agitação por parte dos adolescentes em um dos andares, mobiliza todo o funcionamento do local. A Análise Diagnóstica do Programa Municipal (2000), por sua vez, aponta que a instituição deveria contemplar os seguintes ambientes: “lavanderia/área aberta, área de esportes e lazer/pátio, quartos para período noturno e diurno nos casos de maior debilidade”. A divergência entre a estrutura proposta nos documentos e a que existe é enorme, sendo importante ressaltar que se trata de uma estrutura provisória enquanto a sede definitiva ainda não está pronta.

O alojamento diurno possui uma excelente estrutura física, totalmente reformada e bem equipada. A qualidade dos materiais utilizados na construção chama a atenção de quem visita a instituição, assim como a organização e a limpeza do local. A impressão que se tem é que não se usa o espaço ou que ele ainda está por ser inaugurado. Segundo a coordenação, este aspecto físico é fundamental para que as crianças e adolescentes que frequentam a casa se sintam valorizados e consigam diferenciar a instituição de qualquer outro espaço. A estrutura física funciona, então, como um atrativo a mais para que os jovens retornem à instituição.

Ainda em relação a estrutura física das instituições, é importante ressaltar que a sua adequação às necessidades das crianças e adolescentes atendidas está prevista pelo ECA (1990), visando à garantia da integridade destes jovens. Pôde-se constatar que as

instituições participantes respeitam as condições de salubridade, higiene e segurança previstas pelo estatuto. Dados semelhantes foram encontrados por Câmara, Medeiros, Ferriani e Gomes (2000), que apontam a importância do espaço físico destes locais para a execução adequada do trabalho proposto.

É importante apontar algumas diferenças que foram encontradas neste material e a prática atual das instituições, mesmo reconhecendo a desatualização dos documentos. No projeto do albergue noturno é previsto o desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas, a existência de uma biblioteca e a realização de espaços de reflexão para os adolescentes. Durante a inserção ecológica da equipe, foi observado que as atividades desenvolvidas pelos monitores possuem cunho lúdico. O caráter pedagógico previsto, no entanto, fica a cargo do interesse individual de cada monitor, não havendo uma programação sistemática das atividades a serem desenvolvidas com os adolescentes. A proposta de realizar espaços de reflexão para os adolescentes acerca das suas vivências na rua acontece em conversas esporádicas que os coordenadores, monitores e outros profissionais têm com os adolescentes, mas não em uma atividade estruturada. Novamente, percebeu-se que não há uma sistematização desta atividade, embora esta tenha sido proposta nos documentos. Um aspecto interessante a ser mencionado em relação ao albergue noturno refere-se a uma aparente ampliação ocorrida em seus objetivos. Inicialmente esta instituição deveria funcionar como retaguarda aos outros serviços existentes, mas para muitos adolescentes o albergue noturno se constitui no único local freqüentado por eles, o que demanda da instituição assumir um novo papel. Ou seja, passa a ser responsabilidade da instituição iniciar o processo de saída do adolescente da rua, sendo propositivo em suas tarefas e não apenas uma retaguarda dos outros serviços existentes.

Em relação à escola está previsto um curso de comunicação comunitária que, atualmente, não é desenvolvido (Análise Diagnóstica do Programa Municipal, 2000). Há, ainda, o acompanhamento da trajetória do adolescente após o encaminhamento para outra escola (Plano Anual, 2000). Aparentemente este acompanhamento só ocorre em casos eventuais por falta de recursos humanos para desenvolver o trabalho. Em geral, são acompanhados os adolescentes que são encaminhados para uma escola formal que está indiretamente vinculada à rede.

Em relação ao serviço de atendimento de saúde aparecem algumas divergências entre o documento analisado e as atividades práticas desenvolvidas no local. Um primeiro ponto refere-se ao planejamento para que tratamento de drogas ocorresse em um espaço protegido, havendo atendimento intensivo de vinte e quatro horas, através de grupos

terapêuticos e de oficinas pedagógicas que possibilitariam a construção de um projeto de vida diferenciado. Outra questão refere-se à proposta da instituição de desenvolver estudos e atividade de pesquisa, que contribuíssem para a produção do conhecimento existente acerca da relação estabelecida entre as crianças e os adolescentes em situação de rua e a drogadição. Por fim, previa-se que a coordenação da instituição funcionaria por colegiado. Estes aspectos nunca foram colocados em prática, o que torna o documento obsoleto. A análise do mesmo apenas se justifica em função de ser ainda o único documento que esta instituição possui e que de alguma forma deve ter norteado as discussões que deram origem à configuração atual da instituição.

Em relação ao alojamento diurno não foram verificadas discrepâncias entre o documento analisado e a prática desenvolvida neste local. Isto demonstra, de certa forma, uma boa organização no trabalho que vêm sendo desenvolvido por esta instituição.

Apenas nos documentos do serviço de atendimento de saúde e do alojamento diurno estão previstas as formas de avaliação, sendo que em ambos a avaliação prevista é mensal, através das reuniões de equipe (Análise Diagnóstica do Programa Municipal, 2000; Plano de Funcionamento, 2002). O atendimento de saúde prevê, ainda, a avaliação do impacto social do programa desenvolvido pela instituição e a presença de avaliadores externos que pudessem auxiliar neste processo avaliativo. Em todos os serviços ocorrem, no entanto, discussões periódicas, aparentemente com caráter avaliativo, havendo reuniões semanais em cada um das instituições e quinzenais enquanto proposta do programa municipal. Seria necessário acompanhar ou investigar melhor o teor destas reuniões para identificar os assuntos que ali são tratados e se efetivamente é conseguido, nestes espaços, ultrapassar as questões quotidianas havendo uma real avaliação do impacto e da eficácia dos serviços. Neste tipo de serviço, parece fácil que coordenadores, funcionários e técnicos sejam totalmente absorvidos pela rotina com as crianças e adolescentes. As vicissitudes do trabalho, apontadas pelos respondentes dos questionários e verificados pelos pesquisadores, assumem um caráter tão emergencial e essencial que se torna difícil um desprendimento deste quotidiano para uma discussão mais ampla que abranja a avaliação do real impacto destes serviços.

Outra importante questão a ser levantada em relação à participação das instituições no programa municipal refere-se à influência que a estrutura de rede deste programa exerce na organização de cada serviço. Esta estrutura influencia, inclusive, a forma como os documentos das instituições são elaborados. Analisados isoladamente são documentos pobres que não apresentam os objetivos de reinserção social que aparece nos discursos institucionais. Aparentemente tal objetivo seria delegado à rede, sendo que esta passa a ser

muito mais do que a simples união dos serviços e assume uma existência própria. Este tipo de funcionamento em rede já foi objeto de estudo em outras pesquisas, sendo interessante que o mesmo fosse feito especificamente em relação a este programa municipal (Dal Molin, 2002). É importante ressaltar que o funcionamento das instituições em forma de rede é referida em outros estudos como sendo o ideal para o atendimento dos jovens em situação de rua (Câmara, Medeiros, Ferriani, & Gomes, 2002; Câmara, Moraes, Medeiros, & Ferriani, 2000; Medeiros & Ferriani, 1995). O funcionamento em rede é, portanto, um avanço em relação às políticas de atendimento existentes na maioria dos municípios brasileiros.

A pobreza dos documentos é algo a ser comentado e discutido com maior cuidado, uma vez que envolve uma série de outras questões institucionais. Os serviços possuem uma dinâmica extremamente veloz que não consegue ser acompanhada pelos registros escritos. Com certeza, trata-se de um problema para a análise do próprio processo histórico de cada instituição, sendo que esta contribuiria enormemente para o aperfeiçoamento destes locais. Entretanto, a ausência de documentos escritos atualizados não parece representar uma falta de reflexão acerca do trabalho da instituição, mas uma sobrecarga de trabalho. Sabe-se que o processo de elaboração e construção de um documento, principalmente de caráter coletivo, demanda uma grande quantidade de tempo e de energia daqueles que se propõem a executar tal tarefa. Talvez este trabalho seja considerado pelos integrantes das instituições como possuindo um valor secundário ao cumprimento das tarefas quotidianas. Contudo, não se pode negar a importância de tais registros, ressaltando-se que o próprio processo de construção destes documentos seria um momento de repensar e qualificar a prática institucional.

CAPÍTULO IV

ESTUDO 3

O presente estudo visa a identificar os objetivos das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, segundo os seus dirigentes e/ou coordenadores. Além disto, pretende-se compreender a relação que estas instituições estabelecem com as crianças e os adolescentes atendidos, com a rede municipal de atendimento e com contexto da rua. Objetiva-se também identificar a avaliação que estes dirigentes e/ou coordenadores fazem do seu próprio trabalho.

A forma de apresentação do método seguirá o modelo dos estudos anteriores, havendo uma exposição comentada acerca de todas as etapas da realização do estudo. Além disto, os resultados serão apresentados juntamente com a sua discussão, possibilitando uma melhor compreensão dos mesmos.

Método

Participantes

Participaram deste estudo quatro coordenadores e dois vice-coordenadores das instituições integrantes do Estudo 2. Cinco participantes são do sexo feminino e um do sexo masculino, sendo que a idade varia de 29 a 47 anos. Todos os participantes possuem formação universitária, em diferentes cursos como psicologia, assistência social, educação física, letras, pedagogia, havendo dois profissionais com pós-graduação. A experiência no trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua varia bastante, indo desde três até dezessete anos. Alguns participantes relatam, ainda, ter experiência com a população de risco em geral.

Instrumentos

Foi utilizada uma entrevista semi-estruturada (Anexo C) construída a partir dos dados obtidos nos Estudos 1 e 2. Neste sentido, os principais propósitos deste instrumento são compreender os objetivos da instituição segundo os seus dirigentes e/ou coordenadores e verificar a relação que estes locais estabelecem com as crianças e adolescentes atendidos, assim como a relação estabelecida com os outros serviços integrantes da rede de atendimento municipal e com o contexto da rua. Além disto, o instrumento visa a verificar

a forma como estes participantes percebem a influência que as instituições exercem no cotidiano dos adolescentes em situação de rua que são atendidos por eles.

A entrevista é composta de duas partes, sendo que a primeira consta de cinco questões e visa à identificação dos participantes em relação à idade, sexo, formação acadêmica e experiência anterior de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. A segunda parte da entrevista possui quatorze questões que abordam especificamente os objetivos deste estudo anteriormente apresentados.

Procedimentos

Os dirigentes e/ou coordenadores das instituições foram convidados a participar do estudo, que era do conhecimento deles desde a realização do Estudo 2. Após a assinatura do consentimento informado (Anexo D), realizou-se a entrevista, que foi gravada com a anuência do respondente e realizada de acordo com sua disponibilidade de horário. Cada participante foi entrevistado individualmente no local da instituição escolhido por ele. Em geral, estes encontros foram permeados por algumas interrupções decorrentes da própria atividade da instituição. Estes momentos não interferiram na qualidade da entrevista, sendo ao contrário, uma outra possibilidade dos pesquisadores conhecerem o contexto ecológico em que a pesquisa estava sendo realizada. Afinal, muitas vezes, estas interrupções faziam com que eventos cotidianos não diretamente pesquisados fossem relatados, ampliando o conhecimento global acerca do funcionamento destes serviços.

A aplicação do instrumento foi facilitada pelo contato prévio entre participantes e pesquisadores durante a realização do Estudo 2. O fato dos próprios coordenadores terem respondido ao instrumento daquele estudo fez com que estes se sentissem mais a vontade com a situação da entrevista. A duração média das entrevistas foi de quarenta minutos, sendo estas posteriormente transcritas para a realização da análise.

Resultados e Discussão

O primeiro ponto a ser analisado é a concepção de criança e adolescente em situação de rua apresentada pelos participantes deste estudo. Segundo Nunes (1994), a análise destas concepções é de extrema importância, uma vez que influencia a forma como os dirigentes e/ou coordenadores interagem com a população atendida. Em geral, os participantes ressaltam as violações de direitos a que estes jovens estão submetidos e a afirmação de que se tratam de sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, uma vez que, em sua maioria, sofreram maus-tratos e violência familiar, além dos fracassos

anteriores das tentativas de proteção. Esta descrição assemelha-se à encontrada por Medeiros e Ferriani (1995) ao pesquisarem a percepção dos coordenadores de programas de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua acerca do serviço.

Dois participantes do presente estudo apontam a distinção entre os meninos que utilizam a rua como espaço de moradia e aqueles que a utilizam como local de trabalho e lazer. É uma referência à já mencionada distinção entre meninos de rua e meninos na rua (Alves, 1991; Forster, Bastos, Tannhauser, & Tannhauser, 1992; Hutz & Forster, 1996). Segundo Medeiros e Ferriani (1995), a discussão acerca das diferentes nomenclaturas que foram utilizadas para designar esta população ao longo da história é uma questão presente na fala dos coordenadores dos serviços de atendimento a estes jovens. Estes autores afirmam, ainda, que os coordenadores tendem a enfatizar as perdas e as privações vivenciadas por estas meninas e meninos até chegarem às instituições.

Entre os vários aspectos interessantes mencionados pelos participantes, há um ponto que merece consideração especial. Trata-se de considerar ou não as crianças e adolescentes em situação de rua como iguais aos jovens da mesma faixa etária, mas que não possuem esta história de vida na rua. Igualar estas populações significa, por um lado, não a discriminar nem a estigmatizar. Por outro lado, assumir esta igualdade pode ofuscar as peculiaridades dos grupos. É importante entender que se existem diferenças, estas devem ser apontadas e compreendidas, inclusive para que o serviço se adeque às demandas destes meninos e meninas. Neste sentido, um participante afirma que, em termos de direitos, estes são jovens iguais a todos os outros, devendo isto ser garantido por todos os serviços. Ao mesmo tempo, os eventos vivenciados por estes jovens e que determinaram o estar na rua fazem com que estas crianças e adolescentes mereçam um entendimento particular. A trajetória que estes jovens percorrem desde a saída de casa até o efetivo viver na rua aparece na fala de alguns entrevistados e constitui aquilo que eles denominam de “história de rua”:

Muitas vezes a criança vai pra rua através da mãe, pra vender coisas ou mendigar, pra trazer dinheiro pra casa (...) Eles acabam vindo pra rua, muitas vezes, pela mão da família, acabam gostando do acolhimento que há na rua (...) as pessoas têm pena e dão muitas coisas. Eles acabam se encontrando com iguais, pessoas com a mesma história de vida deles. Acabam ficando na rua.

É importante ressaltar a influência que o ECA (1990) exerce sobre estas concepções acerca das crianças e adolescentes em situação de rua. A constante referência, por parte dos participantes, aos direitos destes jovens demonstra a incorporação de relevantes conceitos deste estatuto. Tal incorporação pode ser considerada extremamente positiva, uma vez que

o ECA (1990) é apontado, por todos, como um grande avanço conceitual, jurídico e até mesmo ético a respeito da juventude.

Em geral os participantes afirmam que as suas concepções de infância e adolescência em situação de rua foram sendo alteradas ao longo do trabalho com esta população. A experiência cotidiana fez com que preconceitos e estigmas fossem substituídos por uma visão mais condizente com a realidade destes jovens:

Quando a gente não tá trabalhando diretamente, a gente passa pelas ruas e vê, né? Então é um olhar muito de fora. Ah, são pivetes, são trombadinha. Depois quando a gente entra, começa o trabalho, começa a entender todas as relações, porque que estas crianças tão na rua, né?

Isto demonstra a necessidade da constante discussão dentro dos serviços acerca das concepções que cada integrante da equipe possui do público que será atendido. A capacitação daqueles que chegam ao serviço deve ser cuidadosamente pensada pela equipe para que não haja uma descontinuidade na forma de atendimento. Obviamente, a capacitação teórica não substitui a prática, devendo por isto ter todo um período de acompanhamento deste novo integrante. Ou seja, assim como se prevê o acolhimento do jovem na instituição, deve haver uma proposta de acolhimento para novos funcionários e técnicos. Um participante aponta, inclusive, a existência de uma lacuna nas formações universitárias que, de uma forma geral, não conseguem habilitar os profissionais para lidar com esta população.

Em relação ao papel que as instituições desempenham na vida dos jovens em situação de rua, os participantes afirmam que estes locais são espaços privilegiados de acolhimento, onde os adolescentes são ouvidos e respeitados. Um aspecto interessante é o fato das instituições considerarem seus acolhimentos como realmente diferenciados, pontuando o caráter de aceitação incondicional destes jovens. Permeia nos discursos uma crítica aos outros tipos de serviço, como se estes tivessem fracassado em seus propósitos justamente por não compreenderem ou não aceitarem integralmente estes jovens. A instituição também é entendida enquanto um local que garante a sobrevivência destas crianças e adolescentes, sendo comparada às suas próprias casas. Este papel da instituição também pôde ser observado na fala dos participantes do Estudo 1. Outro ponto importante é o papel de defensor dos direitos desta população junto ao poder público e a sociedade civil. Um participante afirma que o principal papel da instituição é dar visibilidade a esta população e isto ocorreria uma vez que a existência da instituição tornaria pública e notória a realidade destes adolescentes: *“Acredito que o grande mérito da existência ‘da instituição’ é dar visibilidade. E é, em um certo sentido, dar existência no social para esta*

realidade, pra eles.” Esta é uma questão extremamente delicada, pois é tênue a linha divisória entre o dar visibilidade e o “manter longe dos olhos” da sociedade este problema social. Foucault (1977) aponta este papel social desempenhado pelas instituições, que não pode ser de forma alguma desconsiderado, principalmente quando se refere a uma população que traz consigo um grande histórico de preconceitos e estigmas. O próprio participante reconhece este risco, mas afirma que cabe aos serviços buscarem alternativas que impliquem a sociedade nesta problematização.

Alguns dirigentes não conseguem mensurar o papel que a instituição desempenha na vida das crianças e dos adolescentes atendidos, remetendo-se aos objetivos institucionais, sem avaliarem efetivamente o seu alcance. Isto demonstra, inclusive, a necessidade de estudos que consigam avaliar o impacto destes programas no desenvolvimento destes jovens, pois desta forma poderiam ser realizados aprimoramentos que respondessem especificamente às lacunas deixadas pela instituição.

Cinco participantes citam como objetivo institucional a reinserção social dos jovens, a partir do retorno à família de origem ou substituta, à comunidade, incluindo o reingresso às escolas regulares, o ingresso em abrigos e a própria preparação dos meninos para a geração de renda autônoma:

Inicia aqui dentro, mas a idéia é que o adolescente possa ser encaminhado, né? Ou pra um abrigo, na situação dele não poder mais contar com a família ou a família extensa. Ou o retorno para a comunidade, pra família quando é possível, se é viável. Situações em que ele vai ter a possibilidade de se preparar para a geração de renda, né?

Um participante diz que quando estas possibilidades são inviáveis uma alternativa é a permanência na própria rede de atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua. Esta é uma saída extremamente preocupante, pois cristaliza a situação de rua em que o jovem se encontra, mantendo-o com o mesmo estigma de pertencer a esta população.

Um objetivo institucional mencionado pelos participantes é o tensionamento das políticas públicas existentes com o intuito de garantir uma melhor qualidade de vida para estes jovens. Esta idéia reintegra a noção de reinserção já mencionada, uma vez que demonstra que as instituições pretendem atuar no sentido de construir as condições necessárias para que o retorno à comunidade seja possível. Demonstra também uma idéia de prevenção, pois intervir neste contexto poderia vir a impedir que outras crianças saíssem de suas comunidades repetindo o processo de ida às ruas.

Alguns entrevistados apontam que estes jovens vivem, muitas vezes, em condições subumanas, sendo por isto um dos objetivos da instituição humanizá-los, inserí-los em

um processo que pode ser inclusive considerado civilizatório: “*O objetivo da ‘instituição’ é que a gente tenha condições de humanizar dezenas de jovens que estão vivendo na rua, sem nenhum tipo de cuidado, sem nenhum tipo de olhar.*” Esta idéia de humanização é extremamente inquietante, pois aceitá-la significa concordar com a hipótese de que estas crianças e adolescentes não possuem características suficientes para enquadrá-los na categoria de humanos, e isto viria de encontro a todas as idéias até aqui expostas de que estes jovens são pessoas em desenvolvimento e/ou sujeitos de direitos e deveres. Contudo, não se pode simplesmente descartar tal afirmação, uma vez que esta pode ter alguns importantes desdobramentos. Por um lado, trata-se de uma grave denúncia acerca da situação que estes jovens vivem e que coloca as instituições como locais que tentam revertê-la através do seus serviços. Outra possibilidade é que tal afirmação seja realmente uma contradição no discurso institucional e justamente por isto represente tão ricamente a realidade destes locais. Será que uma das principais dificuldades institucionais não é precisamente defender os direitos e os deveres de sujeitos que nem sequer receberam o *status* de humanos? Neste sentido, humanizar representa o primeiro passo para que qualquer tipo de trabalho possa ser efetivado com esta população de crianças e adolescentes em situação de rua.

Outro objetivo apontado é o fornecimento das condições básicas de sobrevivência: “*O primeiro objetivo é assim, é que eles tenham um básico pra sobreviver, né? Então é a alimentação, vestuário, higiene, cuidados, os primeiros cuidados assim de saúde, uma orientação pra médico, encaminhamento pra médico, dentista, estas coisas assim, coisa básica.*” Além disto, também é mencionado o resgate da auto-estima, através dos cuidados com a saúde física e mental. Em geral, estes objetivos aparecem como pontos iniciais para o desenvolvimento do trabalho como um todo, prevendo-se que a criação de vínculos é imprescindível neste processo.

Ao serem questionados como operacionalizam seus objetivos os participantes descrevem procedimentos semelhantes em todas as diferentes instituições que consistem no acolhimento dos jovens, sendo investigada sua história de vida através do diálogo com o próprio adolescente e verificação da sua documentação juntamente aos outros serviços da rede. Após a obtenção destas informações, as instituições realizam as atividades cotidianas propostas e que foram descritas no Estudo 2. Concomitantes a isto, são realizadas coletivamente discussões de caso com o objetivo de monitorar a permanência do adolescente na rede de atendimento, identificando demandas e possíveis encaminhamentos. A operacionalização da última etapa do trabalho, que é justamente a maneira como se realiza a reinserção objetivada, é descrita a partir do funcionamento da rede de serviços

municipais destinados a estes meninos e meninas em situação de rua. Aparentemente, as instituições possuem como tarefa manter o jovem em seus espaços, enquanto são providenciados encaminhamentos que garantiriam tal reinserção:

A gente trabalha assim em parceria, né? Então nós, vamos dizer assim, nós fornecemos a retaguarda como eles chamam. Esta coisa destes cuidados e eles nos ajudam com a parte assim do atendimento dos assistentes sociais. Nós trabalhamos juntos, nós fazemos reuniões para discutir o caso deste menino...

Para os participantes a saída da rua e o posterior retorno à comunidade são partes de um processo que se inicia com a ida para a instituição, havendo a construção e o fortalecimento de uma vinculação com este espaço. Tais vínculos são imprescindíveis para que o jovem finalize este processo retornando à comunidade:

Então a proposta é essa, é que ele, a desrualização, é que ele saia da rua, mas isso não é mágico, nem rápido, né? É todo um processo, então essa é a nossa operacionalização. Enquanto isso acontece a idéia é mantê-lo aqui, é fixá-lo aqui, e não fixá-lo na rua, né?

Nos documentos analisados no Estudo 2 e na fala dos participantes do presente estudo, a reinserção é objetivo da própria instituição, mas sua execução ocorre em um espaço ampliado de discussão que constitui justamente a referida rede de atendimento. Ou seja, cada instituição possui individualmente o objetivo da reinserção, mas nenhuma delas o operacionaliza sem referir-se à rede de atendimento. Isto pode demonstrar a eficiência desta forma de funcionamento, mas também pode ser uma simples transferência de responsabilidades. Apenas um estudo específico desta rede possibilitaria uma melhor compreensão desta questão.

Todos os participantes afirmam que as instituições alcançam parcialmente os objetivos propostos, sendo que, em alguns casos, esta avaliação é dificultada pelo curto tempo de funcionamento das instituições. A avaliação positiva feita pelos participantes enfoca conquistas quotidianas, que podem ser consideradas pequenas em relação aos objetivos propostos, mas que possibilitam que a equipe suporte o elevado nível de frustração presente neste tipo de trabalho. Um participante aponta a continuidade do serviço como sendo um resultado positivo: “...é uma vitória a gente ter sobrevivido, eu falo que é uma vitória a gente ter sobrevivido e continuarmos com ímpeto, continuarmos acreditando que a proposta é possível de ser levada a termo.” Além disto também são apresentados como resultados positivos os casos em que os jovens atendidos retornaram à comunidade.

Ainda em relação à avaliação que fazem acerca dos alcances dos objetivos, os participantes reconhecem pontos que precisam ser aprimorados. Os fracassos são atribuídos, em geral, à própria situação de rua em que o jovem se encontra e à continuidade das estruturas sociais que originaram tal situação: *“Não alcançamos todos os objetivos, porque a rua é muito fascinante, o mundo da rua é muito fascinante. Então é muito difícil realmente tu romper com ele todo.”* Um participante afirma que a instituição cumpre o papel que lhe cabe, mas que a reinserção não é alcançada em função da deficiência dos serviços na própria comunidade: *“Agora aí já entra o problema das outras (instituições) que não acolhem, né?”*

A avaliação dos resultados obtidos por uma instituição deve ser uma prática constante dentro da mesma, sendo esta a única forma de qualificar os serviços prestados e dimensionar o seu impacto social. Isto é de extrema importância, principalmente quando se refere a instituições que são responsáveis, enquanto políticas públicas, a responder por uma demanda social. Em relação a estas avaliações que ocorrem nas instituições, foi possível constatar ao longo das entrevistas que a maior ênfase das discussões era a prática cotidiana, havendo contudo uma dificuldade na avaliação dos objetivos propostos. É importante apontar que este não é um problema enfrentado apenas por estas instituições, havendo uma dificuldade na avaliação de programas e projetos sociais, devido inclusive a uma carência de instrumentos que abarquem o grande número de variáveis envolvidas neste processo. Bandeira (1999) aponta o reduzido número de instituições e/ou programas sociais que tenham sido submetidos a processos de avaliação, demonstrando, mais uma vez, esta dificuldade.

Quando perguntados sobre o que leva os adolescentes a buscarem as instituições, os participantes citam a garantia de sobrevivência e a busca de proteção: *“Acho que eles utilizam a instituição para a sua sobrevivência, tá? Eles aqui sabem que têm higiene completa, troca de roupa completa, atendimento de enfermagem, comida, banho, sono, proteção e acho que principalmente afeto.”* O objetivo de reinserção não é pretendido pelos jovens cabendo, segundo os entrevistados, às próprias instituições construir isto juntamente com estes meninos e meninas. Contudo, não é possível avaliar a partir da fala dos participantes, se há uma mudança nos objetivos que levaram estes jovens a buscar as instituições. Apenas um participante afirma que os adolescentes buscam a instituição visando à profissionalização, sendo que isto ocorre a partir de uma determinada faixa etária, em que se inicia uma preocupação com a inserção no mercado de trabalho.

Além de não procurarem as instituições em função da reinserção proposta, dois participantes afirmam que verbalizar este objetivo institucional para os adolescentes pode amedrontá-los, fazendo com que eles, inclusive, interrompam a frequência aos serviços:

Acho que eles não fazem grandes elucubrações. 'Ah, eu ficando aqui, daqui a pouco eu vou ir pro abrigo'. Não, pelo contrário. Isto, aliás, nem é verbalizado pra ele também, porque isto assusta. 'Eu voltar pra família ou eu voltar pra instituição' isto assusta.

A mesma questão pode ser identificada na fala deste outro participante:

Eles, às vezes, passam um tempo sem querer vir, porque eles sabem que se eles chegarem aqui, a gente tá dentro de todo um plano, que a gente tá traçando junto e a gente vai insistir que eles voltem pra casa (...) retomem a escola, se estão em cursos, a gente insiste na questão da escola...

Os participantes dizem que, se perguntados acerca dos objetivos institucionais, os adolescentes descreveriam as atividades desenvolvidas nas instituições, sem se referirem aos objetivos de reinserção. Além disto, para os participantes, os adolescentes reconheceriam o papel de cuidadores que a instituição e seus integrantes desempenham em suas vidas. É interessante que os próprios entrevistados reconhecem que os objetivos institucionais, possivelmente, não estão claros para a população atendida, e isto é, de certa forma, preocupante, pois apesar deste reconhecimento não foram identificadas tentativas de alteração deste quadro.

Em relação à diferença entre os objetivos institucionais e os objetivos que levam as crianças e os adolescentes a buscar as instituições, os participantes afirmam que estes vão se aproximando ao longo do trabalho desenvolvido no serviço. A própria inserção no ambiente institucional possibilita que o jovem reformule suas demandas iniciais. Contudo, é importante que haja atividades sistemáticas que abordem esta questão para que esta aproximação de objetivos efetivamente aconteça.

Ao serem questionados acerca da relação que a instituição estabelece com a rua, os participantes referem-se ao integrante do serviço que compõe a equipe de educadores de rua dentro da rede municipal de atendimento. Neste sentido, este educador faz uma mediação entre a instituição e a rua. É necessário questionar até que ponto esta forma de funcionamento consegue integrar todos os membros da equipe com a situação de rua, fazendo com que estes também tenham conhecimento do dinamismo deste ambiente. O ideal seria que todos os funcionários das instituições pudessem, mesmo que esporadicamente, interagir com as crianças e os adolescentes neste espaço, pois esta seria uma excelente forma de aproximação com a realidade destes jovens.

Para um respondente a rua deveria ser tema de discussão constante com os jovens dentro das instituições para que desta forma estes adolescentes pudessem transformar os significados que atribuem à rua, passando a encará-la como espaço apenas de transição. Ou seja, um espaço que se frequenta mas que não representa o ponto central de referência, havendo sempre um local para onde os adolescentes retornem. Outro participante complementa que nestas discussões os funcionários não devem fazer julgamentos morais sobre o adolescente estar na rua. Estes julgamentos funcionariam como uma barreira entre os jovens e os funcionários, impedindo uma maior efetividade de qualquer tipo de trabalho que se planeje executar nestas instituições. Obviamente a relação estabelecida entre a instituição e a rua é muito próxima, uma vez que possuir uma história de vivência na rua é uma das características comuns aos jovens atendidos por estes serviços. Trata-se de uma relação tensa e que pode ser ilustrada pela seguinte fala de um respondente:

Eu diria que estabelece uma relação muito direta e até em alguns momentos uma relação muito desprotegida, porque a rua é logo ali, né? Então, a rua nos invade em determinados momentos. A rua entra. Então, a relação com a rua é uma relação muito visceral. Uma relação com muita proximidade e, às vezes, a gente se ressentem um pouco, quando se dá conta do quanto a gente está desprotegido, desamparado, numa situação de violência. (...) Quer dizer, neste sentido é uma relação muito visceral, a rua invade o serviço, entra por todos os poros.

Em relação aos principais desafios e dificuldades do trabalho nas instituições, os participantes citam as frustrações com que lidam quotidianamente, apontando uma série de questões que contribuem para isto. Uma das dificuldades apontadas refere-se ao romper a relação do jovem com a rua, uma vez que tal relação interfere na efetividade do trabalho proposto por estes serviços: *“Eu vejo como maior desafio é a gente poder minimamente fazer com que esta gurizada rompa esta relação com a rua. Com o espaço da rua como seu espaço de sobrevivência.”* Mais uma vez a rua é referida, sendo que neste caso desempenha um papel de dificultadora para o trabalho institucional. Neste sentido, pode-se perceber, durante a inserção ecológica da equipe nas instituições, que um dos maiores desafios da instituição é o quanto pode e/ou deve se assemelhar e diferir do ambiente da rua. A instituição tem que possuir um número suficiente de características similares às da rua com o objetivo de atrair a criança e o adolescente. Ao mesmo tempo deve se diferenciar para não ser apenas mais uma opção que o menino tem para obter alimentação, vestimentas, cuidados com a saúde, etc. Se a instituição é muito diferente, não possuindo nenhum dos benefícios que a rua oferece, o adolescente continua a frequentar as instituições, mas sem abandonar as ruas. Por isto a relação da instituição com a rua deve

ser em um ponto intermediário entre a proximidade e a distância. A instituição nunca pode esquecer das características que a rua possui, tendo que sempre estar atenta a todas as modificações que acontecem neste contexto. Ao mesmo tempo, deve ser suficientemente afastada, para ser reconhecida pelos adolescentes como um local separado, em que é necessário optar, mesmo que após um certo tempo, pela rua ou pela instituição.

O problema é que, muitas vezes, a própria instituição considera a rua tão atraente que acaba por não propor a opção que o adolescente deveria fazer. Parece que se parte do princípio de que esta “disputa” está perdida desde o início e isto parece estar explicitado na frase de alguns coordenadores, quando dizem: *“É fácil tirar o menino da rua. O difícil é tirar a rua do menino.”* E será que é possível tirar a rua da instituição? Esta é uma questão que deve ser constantemente refeita por todos aqueles que compõem a instituição.

Outra dificuldade apontada em relação ao trabalho institucional é a realização de um processo gradual de reinserção social, sendo interessante ressaltar que este é justamente o objetivo final destas instituições. Além disto, um participante menciona a dificuldade de contornar os problemas surgidos quando o adolescente completa dezoito anos, uma vez que há uma escassez de políticas públicas de atendimento para esta faixa etária, havendo um rompimento abrupto com o trabalho que vinha sendo desenvolvido. As limitações inerentes aos serviços públicos também são mencionadas como dificuldades enfrentadas pela instituição. Os participantes referem-se ainda à dificuldade em se manter uma reciclagem profissional constante, que consiga atender às demandas existentes através da busca de novas alternativas e metodologias de trabalho. Esta questão está relacionada também com a manutenção da motivação da equipe em continuar desempenhando este serviço, uma vez que aprender a lidar com a própria impotência parece ser outro grande desafio do trabalho: *“Eu acho que a grande dificuldade é a gente, vamos dizer assim, se educar para saber comemorar pequenos passos. (...) A grande dificuldade é a gente sair do lugar da onipotência e não cair no lugar da impotência.”* Por fim, um participante aponta que a substância psicoativa é uma das maiores concorrentes institucionais:

O grande impedimento é realmente a droga, né? Que a gente, eu sempre digo assim, que é frustrante, porque sempre que a gente compete a gente perde, né? (...) Ser mais interessante, ser mais atrativo que a droga é o grande desafio.

Em relação às gratificações obtidas a partir do trabalho nas instituições, foi possível identificar uma grande variedade nas respostas. Um dos tipos de resposta encontrado refere-se às modificações observadas no comportamento dos adolescentes atendidos, assim como aos casos em que os retornos à comunidade, à família ou à escola foram bem sucedidos:

... quando tu consegue estas coisas, tipo que ele fique no abrigo, que ele volte pra casa (...) Então de alguma forma te mostra que o que tu tá fazendo tem alguma repercussão na vida desta criança, né? Então a maior, a maior recompensa, a maior gratificação realmente é, são estas mudanças que tu consegue ver neste adolescente, nesta criança.

Incluí-se também neste tipo de resposta, idéias que demonstram a preocupação com a sobrevivência destas crianças em função dos riscos a que estão expostos na rua, fazendo com que uma gratificação seja poder observar sua integridade física ao chegarem na instituição: “*É olhar a cara deles todo dia, ver que eles estão aqui, tão vivo, tão inteiro...*”

Os participantes também consideram como gratificação os adolescentes demonstrarem pertencimento à instituição, reconhecendo estes locais como espaço de proteção. Um entrevistado ilustra isto sob o ponto de vista do adolescente:

Então eu tenho um lugar onde retornar, eu tenho um lugar em que gostam de mim, um lugar que me recebem bem. Mesmo que eu chegue estropiado, rasgado, cheirado, vão me receber bem. Não vão fazer juízo de valor sobre a minha conduta, sobre o que eu fiz, sobre o que eu não fiz.

Outro tipo de resposta em relação às gratificações refere-se aos ganhos pessoais dos participantes provenientes do trabalho quotidiano nestes locais: “*Gratificações? Bom. Pessoalmente, eu acho assim, que quem entra pra trabalhar aqui jamais sairá daqui igual ao que era. A gente cresce muito enquanto pessoa, né? Na nossa relação familiar, nossa vida fora daqui.*” Ainda em relação ao ganhos pessoais no trabalho, os participantes referem-se à gratificação que sentem ao perceberem que os adolescentes os diferenciam dos outros adultos de sua história:

Da gente ver que eles reconhecem a gente não como alguém que vai usá-los, né? Mas de tá com eles, de ser parceiros e deles poderem contar com a gente. Não somos aqueles adultos que eu diria, os adultos abusivos, mas adultos que estão sendo parceiros.

Outro participante fala da gratificação de ser reconhecido de uma forma diferenciada pelos adolescentes, mas faz uma interessante inversão de papéis ao se colocar no lugar daquele que estava no anonimato e passa a ser reconhecido enquanto sujeito pelo outro, no caso o adolescente:

Se tu pára teu carro num cruzamento e o guri vem e te pede dinheiro, talvez a gente possa ficar com a impressão de que ele está nos usando, né? Talvez a gente pode ter a impressão de que eu sou mais um cidadão de classe média, que parei em um sinal e que sou um potencial oferecedor de dinheiro para este adolescente, para esta

criança. Mas o gratificante disto aqui, deste serviço é sair desta posição e perceber que com o passar do tempo tu passas a ser visto como um sujeito, e não como 'alguém que pode me dar', né?

As demonstrações de carinho dos adolescentes para com os participantes são citadas como importantes gratificações do trabalho, uma vez que demonstram o fortalecimento dos vínculos considerados tão importantes para o desenvolvimento do trabalho. Além disto, uma equipe de trabalho qualificada e integrada é uma importante fonte de satisfação para os participantes, uma vez que o processo de formação de tal equipe é extremamente árduo e trabalhoso.

O funcionamento em rede é positivamente avaliado pelos entrevistados que apontam os benefícios desta estrutura, pois os encargos das instituições são reduzidos, permitindo que cada serviço aloque sua atenção nas atividades que respondem aos seus objetivos específicos: “... *este funcionamento em rede é fundamental, porque se não fosse por isto, não se conseguiria.(...) seria muito difícil ser mais do que um refeitório e um banheiro, né?*” Uma vez que a instituição passa a desempenhar tarefas muito mais específicas, a identidade institucional pode ser fortalecida tanto para os integrantes das equipes como para os jovens atendidos. Além disto, trabalhar em rede significa para os participantes a possibilidade de monitoramento das crianças e dos adolescentes que “circulam” pelos serviços. Contudo, também são apontadas dificuldades inerentes a esta estrutura e relacionadas à falta de comunicação, diferenças de dinâmicas de trabalho, entre outras: “*Talvez o aspecto... não seria negativo, mas que eu acho que a gente precisa amadurecer é a rede ou os serviços se achar no direito de cada um meter o dedo no outro.*”

Um outro aspecto presente nas entrevistas e referente à estruturação dos serviços em rede é o fato de ser uma forma de atuação relativamente recente, cuja qualificação deve ser construída a partir da sua experiência:

... a nossa rede é boa porque tem conflitos.(...) Porque discute, diverge em cima do erro, em cima do acerto, vamos vendo como é que vai. Então é um trabalho novo trabalhar em rede, né? Então a gente está aprendendo ainda, então temos várias lacunas.

É importante enfatizar que o funcionamento em rede é justamente uma resposta às constantes críticas de que o trabalho com jovens em situação de rua não era efetivo em função de desarticulação dos serviços existentes. Câmara, Medeiros, Ferriane e Gomes (2002) afirmam que a atuação isolada das instituições é, segundo os seus coordenadores, um dos grandes problemas enfrentados por estes locais.

Os participantes quando perguntados se um dos objetivos da instituição é a extinção das necessidades que a originaram, respondem, de uma maneira geral, que esta extinção seria função de políticas sociais mais amplas: “... isto não depende de nós. Depende de toda a estrutura, da estrutura social. Não depende da instituição resolver isto.” Contudo, um respondente aponta que há uma possibilidade de atuação política individual que ocorreria paralelamente ao seu trabalho. Por outro lado, dois participantes afirmam claramente que este seria sim um objetivo da instituição, sendo esta responsável por uma transformação social muito mais ampla do que o simples atendimento pontual à população em situação de rua.

Os entrevistados negam a possibilidade de um fechamento completo da instituição, ao serem questionados a este respeito. Eles salientam que, de uma certa forma, o ambiente da rua sempre vai estar presente e, portanto, este tipo de instituição sempre vai ser necessário, devendo apenas passar por reformulações:

Talvez aquilo que eu falei antes, talvez se muitos fossem morar em lugares que sejam realmente positivos para eles, como foi minha casa para mim, provavelmente a tua para ti, aqui seria um lugar com menos vagas, com a estrutura um pouco menor. Mas sempre vai existir a rua, enquanto a gente viver numa sociedade excludente, vai existir a rua, então ele (o serviço) tem que continuar existindo, talvez menor.

Neste mesmo sentido, outro participante afirma:

Primeiro eu acho que eles (crianças e adolescentes em situação de rua) sempre existirão, né? Porque sempre existirão enquanto sujeitos que vão, em algum momento, fazer uma opção por estar na rua (...) Eu acho que ela (a instituição) poderia ter uma outra formatação. Por exemplo, a gente não precisaria dispor de um prédio de um tamanho deste.

Ainda no que se refere ao fechamento da instituição, um participante afirma categoricamente que isto deve acontecer, colocando inclusive um prazo para que isto ocorra: “Aliás quando ‘a instituição’ abriu, eu era contra. E eu acho que ela tem que ter uma perspectiva autofágica de projetar daqui algum tempo pra deixar de existir.” Além disto, os entrevistados apontam, de uma forma geral, que esta questão é discutida pelas equipes nas reuniões realizadas periodicamente.

É interessante discutir uma questão colocada por um participante e que se refere ao risco de tornar a instituição tão atraente a ponto do jovem não querer abandoná-la:

Depois como é que eles vão querer ir embora daqui? É, é uma contradição. (...) É o fio da navalha que a gente caminha, né? De não ser tão maravilhosos como a ilha da fantasia, que aí eles nunca vão querer ir embora. E é o que eles dizem pra gente:

'Mas eu não quero ir embora daqui. Onde é que eu vou achar outra 'instituição' que nem essa?' Então é meio perigosa a nossa existência, né?

A partir desta fala é possível refletir acerca dos motivos que podem justificar a não-reinserção social destes jovens em suas comunidades de origem. O serviço específico a crianças e adolescentes em situação de rua é, sem dúvida, muito mais individualizado do que os serviços destinados a jovens que não possuem história de rua. Trata-se de uma preocupante questão, pois o resultado disto pode ser a manutenção da situação de rua que se pretende finalizar. Neste sentido a rede de atendimento que deveria ser uma passagem, passa a ser o ponto final da trajetória destes jovens.

Por fim, é importante ressaltar o alto nível de engajamento dos participantes deste estudos com a questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Pôde-se perceber ao logo da execução do estudo, a forma passional com que a maioria dos respondentes refere-se aos trabalhos que desenvolvem. Aparentemente o envolvimento com esta população ultrapassa a questão profissional e se torna uma militância social, em função da defesa dos direitos destas crianças e adolescentes. Provavelmente este tipo de engajamento seja indispensável para a permanência neste tipo de trabalho, que envolve um nível de frustração tão elevado.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrar os três estudos anteriormente descritos significa compreender as instituições de atendimento a partir de quatro fontes de dados distintas, sendo que a primeira delas é a fala dos adolescentes que freqüentam estes locais, quase que diariamente. A segunda fonte de dados foi os documentos escritos produzidos por estas instituições e que refletem um momento especial de reflexão institucional acerca dos seus objetivos e pretensões enquanto serviços destinados a crianças e adolescentes em situação de rua. A terceira fonte de dados foi a fala dos dirigentes e/ou coordenadores destas instituições que são, justamente, os principais responsáveis pela operacionalização dos objetivos institucionais através da gerência da equipe de funcionários. A quarta fonte de dados foi, por sua vez, a inserção ecológica da equipe de pesquisa tanto no ambiente da rua, quanto no ambiente institucional. Esta possibilidade de agrupar olhares tão diversos acerca de um mesmo fenômeno é extremamente enriquecedora para a produção de conhecimentos e coerente com a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano (AEDH), arcabouço teórico e metodológico que embasa a presente pesquisa (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Em relação à AEDH é interessante enfatizar sua adequação teórica e metodológica na execução desta pesquisa. A inserção ecológica proposta pela AEDH garantiu a validade ecológica dos achados e possibilitou o que pode ser considerado, talvez, a maior riqueza da pesquisa. A realidade das instituições de atendimento, o seu funcionamento, a sua dinâmica e as suas estruturas foram inicialmente compreendidas a partir da percepção das pessoas em desenvolvimento, no caso os adolescentes participantes. Pôde-se, através da inserção ecológica no ambiente da rua, identificar quais as instituições mais freqüentadas pelos adolescentes, o horário mais freqüente para encontrá-los nestes locais, as atividades que desempenham na rua, entre outros. Com isto, foi possível para a equipe compreender as rotinas institucionais antes de entrar propriamente nas instituições. Foi possível, inclusive, identificar pontos que afastavam os adolescentes das instituições e que não eram identificados pelos dirigentes e/ou coordenadores destes locais. Neste sentido, a inserção ecológica da equipe de pesquisa no ambiente institucional e o contato com seus dirigentes e/ou coordenadores possibilitou que a equipe fizesse pequenas devoluções de dados que foram coletados em fases anteriores da pesquisa. Esta possibilidade de devoluções contínuas ao longo do trabalho também é coerente com os pressupostos metodológicos da

AEDH, uma vez que esta considera extremamente importante a integração da pesquisa com a intervenção.

Em relação às instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, pôde-se apontar uma série de questões a partir da execução desta pesquisa. A primeira importante questão a ser discutida refere-se à relação estabelecida entre os meninos e meninas em situação de rua e estas instituições, desde a infância até a adolescência. Especificamente a partir da realização do Estudo Piloto (Anexo E) e do Estudo 1 constatou-se que esta relação pode ser entendida enquanto uma trajetória que varia de acordo com a faixa etária, sendo amplamente influenciada pelo conjunto das políticas públicas destinadas a esta população e que atualmente vigoram no país. Com o objetivo de melhor entender esta trajetória foi construído o modelo da Trajetória de Vinculação Institucional (TVI).

A TVI pode ser dividida didaticamente em quatro etapas, sendo que cada uma destas possui características particulares referentes à vinculação da criança e do adolescente com a família, a rua e a instituição. Ou seja, apesar desta trajetória visar especificamente ao entendimento da relação do jovem com a instituição, é imprescindível compreender estas outras relações que compõem o mesossistema destes meninos e meninas.

É importante ressaltar, ainda, que as faixas etárias apontadas apresentam uma certa variação para cada caso específico, uma vez que eventos da história de vida de cada jovem podem intervir de forma significativa neste processo. Além disto, estas idades não foram estabelecidas aleatoriamente, baseando-se tanto nos dados coletados, como em algumas idades demarcatórias estabelecidas pelo ECA (1990). Tratam-se de idades em que as crianças e os adolescentes passam a assumir diferentes papéis, que incluem diferentes direitos e deveres.

A primeira etapa da TVI consiste em uma não-vinculação institucional, sendo comum a crianças entre sete e onze anos. Em geral, são crianças que utilizam a rua para obtenção de dinheiro, através da mendicância ou da venda de produtos: *“Eu me acordo cedo, vou trabalhar. Pego cinco reais da minha mãe e vou ali e compro goma e depois vendo.”* (U, 8 anos). Além disto, também utilizam este espaço para brincadeiras e passeios: *“Ah, vou brincar, jogo bola, tomo banho na Redenção, ali no laguinho.”* (W, 10 anos). Para estas crianças, a família é a principal fonte de referência, sendo que a maioria ainda mora com os familiares: *“Porque de tarde eu vou para casa. Fico fazendo as coisas para minha avó.”* (X, 10 anos). Estas crianças ainda frequentam, de uma maneira geral, escolas formais, localizadas em seus bairros de origem.

A freqüência a instituições limita-se, como apontado anteriormente, a escolas formais e/ou a outras instituições freqüentadas pelos familiares, como igrejas, associações de moradores, etc. Estas crianças aparentam desconhecer as instituições destinadas a crianças em situação de rua. Em sua maioria, nunca estiverem nestes lugares, nem vislumbram seus objetivos. Na verdade, existe apenas um imaginário, ou talvez a concepção correta, de que as instituições as tirariam das ruas. Esta retirada representa para a criança um castigo, uma vez que implica, muitas vezes, a penalização dos seus pais e/ou responsáveis, e um possível afastamento do convívio familiar, em casos mais graves. Ou seja, para estas crianças a ida para as instituições é uma punição. Por isto, as crianças temem estes locais, assim como aqueles que consideram seus representantes, sendo isto constatado pela reação esboçada por elas ao serem abordadas pelos pesquisadores. Em geral, havia uma reação de desconfiança sendo muitas vezes questionado se os entrevistadores eram representantes do Conselho Tutelar, que para as crianças é o responsável pela sua ida às instituições. É como se neste primeiro momento as concepções infantis corroborassem as expectativas sociais de que a rua não é um local adequado para o desenvolvimento e elas reconhecem a “ilegalidade” de estarem sozinhas neste espaço. A pergunta ideal para as crianças desta etapa seria o que a rua significa para elas e não as instituições.

Pôde-se observar, ainda, que nesta etapa a criança não se identifica enquanto menino ou menina em situação de rua, rejeitando veementemente qualquer relação que se faça neste sentido. A frase mais freqüente apresentada por elas é: “*eu não moro na rua*”. É interessante observar, por exemplo, como estas crianças se referem aos adolescentes que elas consideram como sendo da rua. Para elas são todos “lolozeiros” que despertam o mesmo temor que a sociedade em geral possui, uma vez que também já foram vítimas deles em assaltos ou agressões.

Uma importante questão a ser levantada refere-se às políticas públicas existentes para as crianças que moram com suas famílias, freqüentam as escolas e trabalham ou freqüentam a rua no turno oposto. Como as políticas preventivas vigentes não conseguem abarcar toda a demanda existente, privilegiam-se dois direitos destas crianças que são os direitos à educação e ao convívio familiar. Estes são vistos como tão primordiais que passam a ser considerados deveres da criança. Esta deve ir à escola, deve morar com sua família e se estiver na rua deve estar acompanhada por um adulto responsável. Caso isto não ocorra, os responsáveis pelas crianças são penalizados, trazendo conseqüências nem sempre positivas para estes jovens. Poucas são as alternativas apresentadas para que a situação que desencadeou a ida para a rua se altere. A criança pode morar com a família e

sofrer uma série de maus-tratos. Pode estar na escola e ser submetida diariamente a um processo de exclusão. Pode estar na rua acompanhada de um adulto que é justamente aquele que explora o seu trabalho. Obviamente o ECA (1990) prevê todas as penalidades para estas violações de direitos, mas o que se observa na prática é que há uma preocupação com a aparência. Ou seja, não importa a qualidade das relações que a criança estabelece com a família ou a escola e sim a obrigatoriedade de estar vinculado a estas instituições. Da mesma forma, não se tenta compreender o que exatamente a rua representa na vida desta criança e sua família. Não se pretende, com estas afirmações, defender o trabalho infantil, a não frequência a escolas ou o não convívio familiar. O objetivo é ressaltar que o cumprimento aparente e parcial de certos preceitos do ECA (1990) não garantem de forma alguma a integridade destas crianças.

Para estas crianças o Conselho Tutelar, na figura do conselheiro ou dos seus funcionários, representam um castigo. Esta imagem é transmitida pelos próprios pais que utilizam destas figuras para amedrontar e controlar os filhos. A noção de que um conselheiro pode proteger e garantir direitos é totalmente relegada frente ao medo destas crianças. E este medo não é infundado, na medida em que muitas vezes as ações que deveriam ser protetivas se constituem em verdadeiras punições. Isto pode ser verificado, por exemplo, nos casos em que crianças e/ou adolescentes vítimas de violência doméstica são afastadas do convívio familiar, sendo colocadas em casas de passagens. Sabe-se que este tipo de medida vem sendo reduzida, mas ainda persiste o medo de que estas possam ser aplicadas.

Esta primeira etapa da TVI mereceria maior atenção das políticas públicas, não no sentido de institucionalizar estas crianças, mas de criar alternativas possíveis a este estar na rua. Afinal a ida efetiva para a rua não ocorre sem que haja esta fase de experimentação, de exploração. Nenhuma criança poderia “escolher” a rua como local primeiro para a realização de todas as suas necessidades, se nunca houvesse experienciado este espaço. A criança não sai de casa para ir à rua sem que haja uma percepção de que este novo espaço é melhor ou “menos pior” do que a casa. E esta percepção é construída a partir das experiências que a criança tem no contexto da rua.

A segunda etapa da TVI caracteriza-se pela intermitência das relações do jovem com a instituição, a rua e a família, ocorrendo por volta dos doze anos: “*Um dia sim, um dia não. Um dia eu vou (para a instituição), depois outro dia eu vou pra casa.*” (B, 12 anos). Trata-se de uma etapa de grandes transformações na relação deste pré-adolescente com a rua, havendo o primeiro contato com as instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. O jovem ainda possui como ponto de referência principal

a família, mas a rua e a instituição já estão cada vez mais presentes em sua rotina. É interessante que a entrada na instituição e a efetiva utilização da rua como espaço de desenvolvimento parecem acontecer concomitantemente. Seria impossível determinar o que acontece primeiro, mas pode-se concluir que são duas portas de acesso para o mesmo local. Ou seja, realmente a rua e a instituição parecem, nesta etapa, possuir o mesmo significado para estes meninos e meninas, uma vez que utilizam ambos os espaços com a mesma finalidade. Assumir a rua como um espaço possível de moradia significa acessar as instituições, ou ao menos conhecê-las. As instituições reconhecem este papel de porta de entrada para a vida na rua, sendo que muitas vezes proíbem o acesso de crianças que não tenham ainda experiência com a rua, pois temem que seja justamente a partir do contato com os outros adolescentes da instituição que esta criança passaria a utilizar a rua. Este reconhecimento institucional pôde ser verificado tanto nos documentos analisados no Estudo 2, como pela fala dos participantes do Estudo 3.

Ainda em relação à segunda etapa tem-se que esta é um momento delicado em que o menino e/ou a menina estão experimentando e comparando os ambientes da casa, da rua e da instituição, e é a partir dos acontecimentos vividos durante esta fase que “escolhem” o local que irão ficar, sendo que escolher a rua representa também escolher a instituição. É extremamente cruel, mas muitas vezes a própria instituição dá o incentivo final para que a criança permaneça na rua. Estes jovens querem, muitas vezes, permanecer ao lado dos amigos que estão na rua e que já freqüentam estas instituições, e para poder acompanhá-los devem assumir que o espaço da rua foi privilegiado em detrimento ao espaço familiar. É totalmente compreensível que as instituições tentem proteger os adolescentes deste contato com a rua, contudo isto não pode ser feito simplesmente através da proibição de acesso ao serviço. Isto se deve ao fato do adolescente continuar em contato com o grupo de amigos no ambiente da rua podendo, se necessário, abdicar do espaço doméstico com o intuito de permanecer com os amigos. Obviamente as razões que levam a criança ou o adolescente a sair de casa não se restringem à vontade de estar com o grupo de amigos, englobando uma série de questões anteriormente discutidas. Trata-se de uma nuance extremamente delicada, pois a instituição para impedir que novos adolescentes ingressem no mundo da rua através do convívio com seus adolescentes, proíbe a entrada de crianças ainda inexperientes em relação à rua. Ao mesmo tempo esta proibição funciona de uma certa maneira como um ultimato no sentido desta criança escolher entre a rua e a permanência em casa.

A terceira etapa da TVI consiste no período de maior contato do adolescente com a instituição de atendimento e a faixa etária correspondente varia entre os treze e os dezesseis anos. Neste momento, o adolescente utiliza o espaço da rua como moradia, sendo

que as opções institucionais se multiplicam, uma vez que estes jovens passam a ser reconhecidos enquanto público alvo destas instituições. Esta é a etapa efetivamente investigada no Estudo 1 e pode ser melhor compreendida a partir dos significados atribuídos pelos participantes do mesmo às instituições de atendimento. A relação com a família é muito mais esporádica, sendo a rua e as instituições os principais locais para moradia, obtenção de alimentos, vestimentas e entretenimento. A rotina do adolescente é praticamente norteadada em função das rotinas institucionais: *“De manhã cedo eu me acordo e vou pro colégio (...) e onze e meia eu vou pro 'alojamento diurno'. Daí de noite eu vou pro 'albergue’.”* (I, 14 anos). Nesta etapa os adolescentes já conheceram todos os tipos de instituições a eles destinados. De uma maneira geral, estes jovens utilizam as instituições para o suprimento das suas necessidades básicas, sem possuírem a perspectiva de uma reinserção social em função da saída do espaço da rua.

Por fim, tem-se a quarta etapa da TVI ocorrida entre os dezesseis e os dezoito anos. Esta é uma etapa extremamente tensa para os adolescentes e para as instituições, pois ambos sabem que o tempo é curto uma vez que as políticas públicas destinadas a maiores de dezoito anos são extremamente escassas. Nesta etapa os adolescentes passam a utilizar as instituições também com o objetivo de engajarem-se profissionalmente: *“... naquele tempo minha vida era jogada, eu roubava. Depois que eu entrei no curso, o cara tem que dar valor, né? Porque não é todo mundo que ganha como eu ganhei.”* (K, 16 anos). Além disto, ter dezoito anos significa ser penalizado pelos atos infracionais cometidos não mais através da aplicação das medidas sócio-educativas, sendo este fato temido pelos adolescentes: *“... que eu tava preso. Ganhei a liberdade, agora se eu não aproveitar, né? Ai já era, né? Daqui a pouco eu faço dezoito...já pensou? Eu ir por cadeião? (...) Eu tenho que ficar assim. Não tô mais roubando mais.”* (K, 16 anos). Segundo um dos coordenadores participante do Estudo 3, os adolescentes muitas vezes desistem das instituições quando percebem que não conseguirão realizar um projeto de vida adulto como era previsto. Eles preferem, então, abandonar a instituição antes que esta os abandone. É importante enfatizar que chegar nesta etapa significa, de uma certa forma, um sucesso, pois se sabe do alto índice de mortalidade entre os jovens em situação de rua, assim como da inserção destes jovens na criminalidade e no mundo das drogas, o que os leva a abandonar as instituições.

É interessante questionar os tipos de reinserção social possíveis em cada uma destas etapas descritas. A primeira etapa em si aparentemente não necessitaria de uma reinserção uma vez que a criança está inserida socialmente, mesmo que seja compondo uma classe excluída da população. A reinserção neste caso deve dirigir-se à família como um todo. Na

segunda e terceira etapas a solução ideal é a reintegração da criança em um sistema familiar, seja o de origem ou um substituto. Isto na prática é extremamente complexo pois, em geral, as condições familiares que desencadearam a ida para a rua permanecem inalteradas, e a inserção em outras famílias através da adoção, por exemplo, acontece em números reduzidos. Outra alternativa menos adequada é a abrigagem destas crianças, deixando-as sob os cuidados do Estado. Sabe-se que, em geral, as condições dos abrigos no Brasil são ruins, não fornecendo as condições necessárias para um desenvolvimento saudável. Além disto, não há vagas suficientes para atender à demanda existente. Uma última possibilidade que se apresenta é a manutenção do adolescente na rede de atendimento durante um período suficientemente longo para que este possa desfrutar das alternativas de reinserção presentes na quarta etapa. Nesta, o adolescente já é engajado em atividades profissionalizantes que visam à sua inserção no mercado de trabalho, objetivando desta forma que este jovem adulto possa assumir o gerenciamento da sua vida de forma plena. A questão é que neste momento se retorna à realidade de exclusão que foi referida em relação às famílias das crianças da primeira etapa da trajetória de vinculação institucional. Ou seja, a realidade econômica e social em que o país se encontra permite que a inserção seja feita apenas nas classes sociais excluídas. Isto é extremamente inquietante, pois desta forma o trabalho da instituição representaria muito mais uma proteção temporária, no sentido de proteger dos perigos da rua, mantendo o adolescente vivo do que uma ação efetiva de reinserção. Obviamente, deve-se levar em conta todos os outros programas que ocorrem paralelamente ao trabalho com as crianças e os adolescentes em situação de rua e que visam a uma melhora das condições sociais como um todo.

Uma questão a ser levantada refere-se à justificativa de se escolher o grupo de crianças e adolescente em situação de rua como sendo o prioritário em termos de ações sociais. Toda a situação de pobreza e miséria vivenciada por milhares de brasileiros parece ser levada em consideração, mas não com esta intensidade. Não há tantas instituições para bebês desnutridos, por exemplo, como há para as crianças e os adolescentes que estão na rua. Aparentemente a divulgação da morte de uma criança em situação de rua por afogamento devido a uma enchente e ao fato da criança estar dormindo em uma ponte choca muito mais a todos do que a desnutrição de outras milhares de crianças. De forma alguma, trata-se agora de clamar por um esquecimento ou desmerecimento da difícil realidade vivida pelas crianças e adolescentes em situação de rua, mas de uma tentativa de entender as razões políticas e sociais que fazem com que esta população numericamente pequena seja alvo de tantos estudos, debates, projetos e programas. Talvez seja, simploriamente falando, uma questão de chamar atenção. Ao estarem nas vilas, nos morros, nas zonas rurais, estes

jovens mantêm sua realidade afastada, efetivamente excluída do saber social. Contudo, ao irem às ruas centrais, ao pararem nas principais sinaleiras da cidade, ao pedirem nas mais caras lanchonetes ou mesmo ao dormirem em frente aos principais *shoppings*, estes jovens impedem a negação de uma realidade social extremamente desigual. Eles deixam de ser frios índices de pobreza e mortalidade infantil e passam a mostrar a realidade em que vivem. Neste ponto, não adianta fechar os vidros dos carros pois a imagem da criança ou do adolescente já foi registrada e sentida por aquele que passa. Mesmo a aparente indiferença dirigida a estes meninos e meninas é falsa, na medida em que sempre são feitos comentários acerca do absurdo da situação, seja atribuindo a culpa ao governo, às famílias, etc. Enfim, a presença das crianças e dos adolescentes na rua causa um tipo diferente de reação que mereceria ser investigada mais profundamente.

Após descrita a TVI, é importante retomar a hipótese que originou esta pesquisa e que se baseia nos estudos de Hecht (1998). Para este autor, um dos problemas que prejudicam a efetividade das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua é a diferença entre os significados que os jovens atendidos atribuem a estes locais e os objetivos dos mesmos. Finalizada a pesquisa, percebe-se que esta é uma afirmação, em parte, verdadeira, mas extremamente simplória quando se investiga a realidade das instituições de atendimento e a relação que as crianças e os adolescentes estabelecem com estes locais.

A partir da execução desta pesquisa foi possível confirmar a importância que as instituições de atendimento desempenham na vida das crianças e adolescentes em situação de rua. É impossível, ao ter contato com estes jovens, não ter acesso às principais instituições existentes na cidade. A rotina destes meninos e meninas é permeada pela ida aos mais diversos serviços de atendimento existentes. Há uma relação de cumplicidade entre os jovens e as instituições, havendo uma série de regras que permeiam esta relação. Há inclusive uma linguagem própria destes jovens e daqueles que trabalham nas instituições. Eles conseguem imitar uns aos outros perfeitamente bem. A linguagem que usam entre si é característica, havendo a apropriação de expressões por ambas as partes. É comum ouvir os jovens falarem em “acessar a rede”, “encaminhamento”, “gurizada da rua”, assim como é comum ouvir os funcionários das instituições falarem em “girica”, “gancho”, “mocó”, entre outros.

Ainda em relação à importância destas instituições de atendimento para os jovens em situação de rua, deve-se enfatizar a relevância dos funcionários destes locais na vida destes jovens. Eles representam para estas crianças e adolescentes um importante ponto de referência afetiva. Percebe-se com isto a necessidade de uma equipe de trabalho bem

preparada para lidar com estes jovens e cônica do papel que desempenha na vida destes. É importante pontuar as dificuldades enfrentadas pelos funcionários destas instituições, em função das características do trabalho com esta população, que exige um alto grau de tolerância a frustrações, ao sentimento de impotência, entre outros. Estes funcionários vivem constantemente no dilema de terem que ser, por um lado, suficientemente amorosos e afetivos para conquistarem os jovens atendidos e assim realizarem o trabalho planejado. Ao mesmo tempo, devem estar preparados para elaborar os diversos lutos vivenciados ao longo do trabalho e que se originam tanto pela impossibilidade de reinserir este jovem que está sendo atendido, como pela saída de um jovem que é reinserido. É que este trabalho exige que os funcionários personalizem e abracem cada caso de forma tão intensa que a saída do jovem da instituição, seja pelo motivo que for, exige a elaboração de um luto. Obviamente que “perder” uma criança e um adolescente para uma nova família ou nova escola é muito menos doloroso do que perdê-los para a AIDS, para as drogas, para a própria marginalidade. Mas estas perdas precisam ser elaboradas e os funcionários não possuem na instituição um espaço para refletirem sobre estas questões. Como disse um dos coordenadores, referindo-se aos desgastes emocionais enfrentados neste tipo de trabalho e reivindicando uma assistência para si e seus colegas: *“É preciso cuidar de quem cuida.”*

Independente dos significados que as crianças e os adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento a eles destinadas, deve haver uma prática nas instituições de expor seus objetivos. Uma possibilidade é a realização de grupos focais com os adolescentes com a finalidade de apresentar e refletir acerca da missão e dos objetivos institucionais. Todos os jovens que passam pela instituição podem não usar com os mesmos objetivos propostos pelos serviços, mas devem ser capazes de identificá-los. Afinal este reconhecimento de objetivos é um primeiro passo para que o jovem possa utilizar a instituição como uma forma de sair da rua. A equipe de pesquisa pretende fazer a devolução dos dados encontrados a partir destes grupos focais com os adolescentes nas instituições estudadas. Contudo, esta não deve ser uma ação pontual e sim uma atividade sistemática da instituição.

Manter os jovens na rua com certeza não é um dos objetivos das instituições, mas isto de fato ocorre. Isto não significa que as crianças e adolescentes estão na rua em função da existência das instituições, pois se fosse assim bastaria fechar todos estes locais e não haveria mais uma única criança e/ou adolescente em situação de rua. Provavelmente, sem estes locais os jovens estariam vivendo nas ruas em condições muito mais precárias e indignas. Pode-se dizer, então, que as instituições “facilitam” a vida das crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua. Como os próprios dirigentes afirmaram

no Estudo 3, estas instituições têm por objetivo garantir a sobrevivência destes jovens, assim como oferecer uma forma de vida considerada mais digna. O fato é que se para conseguir ter garantida a sobrevivência é necessário estar em situação de rua, expostos ao “olhar social”, então, as políticas públicas de assistência favorecem sim, a permanência destes jovens na rua.

As instituições não são, de forma alguma, ingênuas em acreditarem que os jovens as procuram buscando sair da rua. Seus coordenadores reconhecem, como observado no Estudo 3, que o principal atrativo institucional é o de fornecer as condições básicas para a sobrevivência destes jovens, e é este um dos principais usos que os adolescentes fazem da instituição. Contudo, o desafio está em garantir a sobrevivência e ao mesmo tempo construir com este jovem novas possibilidades de vida que não tenham como ponto central a rua. Aparentemente é muito fácil superar este desafio, afinal bastariam haver instituições suficientemente competentes que realizassem este trabalho. No entanto, antes de julgar as instituições existentes como incompetentes, é necessário imaginar como seria este serviço suficientemente competente. Que tipo de ação ele deveria desenvolver? Que profissionais deveriam estar presentes nestes locais? Qual a estrutura física que seria a ideal? Se todas estas perguntas fossem respondidas satisfatoriamente e tal “serviço perfeito” fosse criado, a situação das crianças e dos adolescentes em situação de rua estaria resolvida? Provavelmente não. Isto só seria possível se a reinserção social pretendida fosse mantê-las eternamente neste local ideal. Na verdade, se estes locais perfeitos estivessem espalhados pela cidade, muitas famílias iriam implorar por uma vaga para que seus filhos pudessem ter uma vida digna. É que a mais grave falha destas instituições é não poder garantir uma reinserção social digna, afinal isto exige uma mudança muito mais ampla nas formas de relação social e econômicas do país. Obviamente, as instituições possuem muitos pontos que precisam ser aprimorados, repensados e replanejados, mas é impossível não encarar esta limitação social, política e econômica.

Um dos grandes problemas das instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua é, na maioria dos casos, não possibilitar a chamada reinserção social objetivada. Os jovens acessam os diferentes serviços oferecidos, mas não conseguem sair da rede de atendimento. Com isto, as instituições denominadas “porta de entrada”, que são aquelas que permitem que os jovens acessem a rede e posteriormente sejam reinseridos, passam a ser “portas giratórias”, conforme disse um participante do Estudo 3, uma vez que o adolescente passa a circular pelos serviços da rede sem que haja uma real possibilidade de reinserção social.

A própria existência de instituições especificamente destinadas a crianças e adolescentes em situação de rua é uma forma de cristalizar a existência desta população. As perspectivas de inclusão são maiores quando os espaços tradicionais para crianças e adolescentes estão preparados para receber jovens que possuem história de vida na rua. Estes lugares teriam que estar preparados para lidar com as diferenças que estes jovens possuem em decorrência da vivência na rua, mas sem necessariamente excluí-los dos seus serviços.

Os objetivos institucionais presentes nos documentos analisados no Estudo 2 e expostos pelos participantes do Estudo 3 são extremamente coerentes, demonstrando haver nas instituições uma congruência entre a teoria e a fala dos seus dirigentes e/ou coordenadores. As divergências entre teoria e prática foram verificadas, muito mais, a partir da inserção ecológica da equipe nos contextos investigados. Seria necessário, no entanto, investigar os objetivos institucionais segundo os funcionários destes locais, afinal são eles que executam as propostas presentes nos documentos escritos e verbalizados pelos coordenadores e/ou dirigentes. Este é um ponto a ser investigado em pesquisas futuras com estas instituições.

Esta pesquisa não pode ser concluída sem que sejam feitas considerações acerca das implicações práticas dos seus resultados no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. É importante questionar o que as instituições de atendimento podem fazer com todo este material que foi exposto e discutido. Acredita-se que os aspectos aqui apresentados devem ser considerados como pontos a serem discutidos constantemente nos serviços de atendimento, pois apenas esta reflexão continuada acerca do papel desempenhado por estes locais possibilitará o seu aprimoramento. Ao longo do texto não foram apresentadas soluções ideais para os problemas mencionados, nem receitas prontas que mostrem como as instituições devem funcionar. Muitas das inquietantes questões levantadas pela pesquisa continuarão sem respostas, pois acredita-se que estas respostas não existam enquanto soluções prontas. Trata-se de estar frequentemente colocando em questão o próprio trabalho institucional, não apenas em relação às suas conquistas e suas dificuldades cotidianas, mas ao próprio papel social destes locais. Esta pesquisa poderá ser considerada bem sucedida caso consiga produzir reflexões naqueles que trabalham ou se interessam pela realidade das crianças e adolescentes em situação de rua. É fundamental que se consiga alterar a forma a que se está acostumado a analisar e entender esta população, assim como as instituições destinadas ao seu atendimento.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. J. (1991). Meninos de rua e meninos de rua: Estrutura e dinâmica familiar. Em A. Fausto & R. Cervini (Orgs.), *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* (pp. 117-132). São Paulo: Cortez.
- Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Alves, P. B. (2002). *Infância, tempo, atividades cotidianas de crianças em situação de rua: As contribuições da teoria dos sistemas ecológicos*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, M. R., Reppold, C. T., Santos, C. L., Bichinho, G., Prade, L. T., Silva, A. S. & Tudge, J. (2000). A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: Criando um manual de codificação de atividades cotidianas. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 289-310.
- Alves, P. B., Koller, S. H., Silva, M. R., Santos, C. L., Silva, A. S., Reppold, C. T. & Prade, L. T. (2001). Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua. *Psico*, 32(2), 47-71.
- Alvim, M. R. B. & Valladares, L. P. (1988). Infância e sociedade no Brasil: Uma análise da literatura. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 26, 3-37.
- Aneci Rosa, C. S., Borba, R. E. S. R. & Ebrahim, G. J. (1992). The street children of Recife: A study of their background. *Journal of Tropical Pediatrics*, 38, 34-40.
- Aptekar, L. (1988a). Colombian street children: Their natural health and how they can be served. *International Journal of Mental Health*, 17, 81-104.
- Aptekar, L. (1988b). *Street children of Cali*. Durham, NC: Duke University Press.
- Aptekar, L. (1989a). Characteristics of street children of Colombia. *Child Abuse and Neglect*, 133, 427-437.
- Aptekar, L. (1989b). Colombian street children Gamines or Chupagruesos. *Adolescence*, 24, 783-794.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184.
- Bandeira, D. R. (1999). *A avaliação de um projeto social do ponto de vista do*

- desenvolvimento psicológico de seus participantes*. Tese de Doutorado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Bandeira, D., Koller, S., Hutz, C., & Foster, L. (1994). O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. *Anais do XVII International School Psychology Congress, Tomo II* (pp. 133-134). Campinas, São Paulo.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70/ Livraria Martins Fontes. (Original publicado em 1977).
- Bonamigo, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: Um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 9*, 129-152.
- Brito, R. C. (1999). *Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: Subsídios para uma intervenção comunitária*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development, 6*, 187-249.
- Bronfenbrenner, U. (1993). The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. Em R. H. Wozniak & K. Fischer (Orgs.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments*. (pp. 3-44). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological Models of Human Development. *International Encyclopedia of Education, 3*, 1643-1647. England: Elsevier Sciences.
- Bronfenbrenner, U. (1995a). Bioecological model from a life course perspective: Reflections of a participant observer. Em P. M. Moen, G. H. Elder & K. Lüscher (Orgs.), *Examining lives in context* (pp.599-618). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1995b). Developmental ecology through space and time: A future perspective. Em P. M. Moen, G. H. Elder & K. Lüscher (Orgs.), *Examining lives in context* (pp.619-648). Washington: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1979)
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. Em B. L. Friedman & T.D. Wacks (Orgs.), *Conceptualization and assessment of environment across the lifespan* (pp.3-30). Washington, DC: American Psychological Association.

- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging Questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development, 9*, 115-125.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Bucher, R., Costa, A. C., & Oliveira, J. (1991). Consumo de inalantes e condições de vida da periferia de Brasília. *Revista ABP-APAL, 13*, 18-26.
- Câmara, M. F. B., Medeiros, M., Ferriani, M.G.C. & Gomes, R. (2002). O abandono social da infância e adolescência na ótica dos coordenadores de instituições de assistência a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Goiânia. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 12*(1), 9-16.
- Câmara, M. F. B.; Moraes, M. M.; Medeiros, M.; Ferriani, M. G. C. (2000). Aspectos da assistência prestada a crianças e adolescentes em situação de rua no município de Goiânia. *Revista Eletrônica de Enfermagem, 3*, (1). Retirado em 14/12/2002 no World Wide Web: <http://www.fen.ufg.br/revista>
- Caminha, R. M. (1999). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. Em AMENCAR. *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF.
- Campos, R., Raffaelli, M., Ude, W., Greco, M., Ruff, A., Rolf, J., Antunes, C. M., Halsey, N. & Greco, D. (1994). Social networks and daily activities of street youth in Belo Horizonte, Brazil. *Child Development, 65*, 319-330.
- Carrizosa, O. S. & Poertner, J. (1992). Latin American street children: Problem, programmes and critique. *International Social Work, 35*, 405-413.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de Doutorado Não Publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Resolução para pesquisa com seres humanos*. Resolução 016/2000, Brasília.
- Copetti, F. (2001). *Estudo exploratório dos atributos pessoais de tenistas*. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Santa Maria, Santa Maria/RS.
- Dal Molin, F. (2002). *Autopoiese e sociedade: A rede integrada de serviços da Restinga na teoria dos sistemas vivos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: Uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29.
- Donald, D. (1994, Outubro). *Resilience, coping, and developmental vulnerability amongst South African street children*. Trabalho apresentado no XVII International School Psychology Colloquium. Campinas, São Paulo.
- Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990). Lei n. 8.069, de 13/07/1990. São Paulo: Cortez.
- Filgueiras, A. (1992). Among the street children. *World Health*, May-June, 6-8.
- Forster, L. M. K., Barros, H. M. T., Tannhauser, S. L., & Tannhauser, M. (1992). Meninos na rua: Relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista da ABP-APAL*, 14, 115-120.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Frosi, R. V., Doninelli, T.M., Santana, J. P., & Koller, S.H. (2002, Setembro). “Eu não moro na rua”: A reação da criança em situação de rua em resposta à abordagem dos pesquisadores. Pôster apresentado no I Congresso Brasileiro de Psicologia. São Paulo, SP.
- Galduróz, J. C. F., Noto, A. R. & Carlini, E. A. (1997). *IV levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus de dez capitais brasileiras no ano de 1997*. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Universidade Federal de São Paulo Escola Paulista de Medicina.
- Hecht, T. (1998). *At home in the street: Street children of northeast Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hutz, C. S. & Forster, L. M. K. (1996). Comportamentos e atitudes sexuais de crianças de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 209-229.
- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. Em M. Raffaelli, & R. W. Larson (Orgs.), *Homeless and working youth around the world: Exploring developmental issues*. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 59-70. São Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Jarvis, M. (1992). Brazilian street kids. *Society*, 29, 65-69.
- Koller, S. H. (1994). *Julgamento moral pró-social de meninos e meninas de rua*. Tese de Doutorado Não publicada. Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Koller, S. H. (2001). A escola, a rua e a criança em desenvolvimento. Em Z. A. P. Del Prette (Org.), *Psicologia escolar e educacional: Saúde e qualidade de vida* (pp.

- 159-176). São Paulo: Editora Alínea.
- Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida, 1*, 11-34.
- Kruks, G. (1991). Gayand lesbian homeless/street youth: Special issues and concerns. Special Issue: Homeless youth. *Journal of Adolescent Health, 12*, 515-518.
- Kuschick, M., Reppold, C., Dani, D., Raffaelli, M., & Koller, S. H. (1996, Outubro). *A visão de meninos de rua sobre a sua situação de vida*. Pôster apresentado na XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Ribeirão Preto, SP.
- Lisboa, C. S. M. & Koller, S. H. (2000). Questões de ética na pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. *Aletheia, 11*, 59-70.
- Lusk, M. (1992). Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work, 35*, 293-305.
- Maciel, C., Brito, S., & Camino, L. (1997). Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 10*, 315-334.
- Martins, R. A. (1996a). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 9*, 101-122.
- Martins, R. A. (1996b). Crianças e adolescentes em situação de rua: definições, evolução e políticas de atendimento. *Coletâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida, 1*, 35-44.
- Medeiros, M., & Ferriani, M. G. C. (1995). Programas de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua: percepções de seus coordenadores. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 5*(1/2), 48-59.
- Menezes, D. M. & Brasil, K. C. T. (1998). Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 11*, 327-344.
- Merritt, A. P. & Raffaelli, M. (1995). Creating a model HIV prevention program for youth. *Child, Youth & Family Services Quarterly*.
- Monteiro, J. M. C. & Dollinger, S. J. (1996). Estudo etnográfico e autofotográfico do menino de rua em Fortaleza, Ceará. *Coletâneas da ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1*(12), 45-60.
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R. & Carlini, E. A. (1998). *IV levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de*

- rua de seis capitais brasileiras no ano de 1997*. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Escola Paulista de Medicina.
- Nunes, T. (1994). O ambiente da criança. *Cadernos de Pesquisa*, 89, 5-23.
- Patel, S. (1990). Street children, hotel boys and children of pavement dwellers and construction workers in Bombay - how they meet their daily needs. *Environment and Urbanization*, 2, 9-26.
- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C. T., Kuschick, M. B, Krum, F. M. B., Bandeira, D. R., & Simões, C. (2000). Gender differences in Brazilian street youth's family circumstances and experiences on the street. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1431-1441.
- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C., Kuschick, M., Krum, F. & Bandeira, D. (2001). How do Brazilian youth experience "the street"? Analysis of a sentence completion task. *Childhood*, 8, 396-415.
- Rizzini, I. (1995). *Deserdados da sociedade: Os "meninos de rua" da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rosemberg, F. (1990). A concepção de família subjacente a programas para crianças e adolescentes em situação de rua. Em E. A. Carlini (Org.), *Abuso de drogas entre meninos e meninas de rua do Brasil* (pp. 87-90). UNFDAC-CEBRID, São Paulo: Editora Ave Maria.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58.
- Santana, J. P., Alves, P. B., Araújo, S. A., Sinclair, A., Prade, L. T., Bichinho, G. P. B., & Koller, S. H. (2000, Julho). *Crianças em situação de rua: O que elas pensam sobre infância?* Pôster apresentado no III Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento. Niterói, Rio de Janeiro.
- Santos, M. F. (2000). *Com a palavra o adolescente: Resignificando trajetórias de risco em um espaço institucional. Uma experiência em educação para a saúde*. Dissertação de Mestrado não publicada. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- Smart, R. G. & Adlaf, E. M. (1992). Recent studies of cocaine use and abuse in Canada. *Canadian Journal of Criminology*, 34, 1-13.
- Swart-Kruger, J. & Donald, D. (1996). Crianças das ruas da África do Sul. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 59-82

- Tyler, F. B., Tyler, S. L., Echeverry, J. J., & Zea, M. C. (1991). Making it on the streets in Bogota: A psychosocial study of street youth. *Genetic, Social and General Psychology Monographs*, 117, 395-417.
- Vargas, A. L. S. (2002). *As sementes da marginalidade: uma análise histórica e bioecológica dos meninos de rua*. Rio de Janeiro: Forense.
- Vasconcelos, M. M. P. (1996). *Família, trabalho e drogas: Estudo exploratório da representação dos meninos de rua na cidade de João Pessoa sobre as suas condições de vida*. Dissertação de Mestrado não publicada. Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Verma, S. (1999). Socialization for survival: Developmental issues among working street children in India. Em Raffaelli & R. Larson (Orgs.), Homeless and working youth around the world: Exploring developmental issues. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 5-18. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Visano, L. (1990). The socialization of street children: The development and transformation of identities. *Sociological Studies of Child Development*, 3, 139-161.
- Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R. O. & Tavares, M. F. A. (1997). Meninos(as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: Vida na rua e vida na instituição. *Momento*, 10, 131-142.

ANEXO A

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Parte 1

1. Nome: _____

2. Idade: _____ 3. Sabe a data do seu aniversário? () Não () Sim __/__/__

4. Sexo () masculino () feminino

5. Você vai à escola? () Sim () Não

Qual tipo de escola? () Formal () Aberta

Sabe ler ou escrever? () Sim () Não

- Caso o participante não esteja freqüentando a escola no presente momento,

perguntar:

Já foi na escola? () Sim () Não

Por quanto tempo? _____

Até que série? _____

Por que saiu da escola? _____

6. Trabalha () Sim () Não

Em quê? _____

Ganha dinheiro na rua? () Sim () Não

Como? _____

7. Onde mora? _____

Com quem vive? _____

Quem é a sua família? _____

Mantém contato com a família? () Sim () Não

Quando foi em casa pela última vez? _____

Trabalho do pai: _____

Trabalho da mãe: _____

8. O que você mais gosta de fazer para se divertir? _____

Parte 2

Instruções: Quando o participante se referir a instituições, o entrevistador deve questionar sobre o tipo da instituição citada, a frequência com que o participante vai a esta, como ficou sabendo da existência da mesma, o que levou a procurar a instituição, quais as regras, normas e horários de funcionamento do local, o que o participante mais gosta nesta instituição, com quem costuma ir para esta, qual foi a última vez que esteve no local, por que deixou de frequentar, o que não gosta da instituição e o que mudaria nela se fosse possível.

1. Conte para mim um dia da sua vida.
2. Onde você come?
3. Onde você dorme?
4. Onde você toma banho?
5. Qual o lugar que você mais gosta de ir para se divertir?
6. Quando você se machuca ou fica doente o que você faz? Você procura ou pede ajuda a alguém? Quem é esta pessoa? Você vai para algum lugar? Que lugar é este?
7. Quando você fica com medo de alguma coisa o que você faz? Você pede ajuda a alguém? Quem é esta pessoa? Você vai para algum lugar? Que lugar é este?
8. Você já foi em algum lugar para crianças e/ou adolescentes, tais como escolas, abrigos, casas de passagem, postos de saúde? *Caso a resposta seja afirmativa, seguir as instruções para cada uma das instituições citadas.*
9. Como você chama estes lugares todos que nós conversamos? *Repetir o nome das instituições citadas pelo participante.*
10. Estes lugares todos que nós conversamos (escola, abrigo, casa de passagem, posto de saúde) são chamados de instituições. Você acha que estas instituições servem para quê?
11. Como seria uma instituição que você adoraria ir? O que ela teria? E o que ela não teria?
12. Tem alguma instituição que você gostaria de ir e nunca foi? Por quê?
13. Sabendo das instituições, por que você não vai?
14. Você conhece a escola? Você conhece o serviço de saúde? Você conhece o albergue noturno? Você conhece o alojamento diurno?⁷ *Caso a resposta seja afirmativa, seguir as instruções para cada uma das instituições citadas.*

⁷ Durante a realização das entrevistas utilizou-se o nome das instituições referidas nesta questão apenas como escola, serviço de saúde, albergue noturno e alojamento diurno. A omissão destes nomes deve-se às condições éticas de sigilo e confidencialidade garantidas neste estudo.

Data da entrevista: ___ / ___ / ___ Local: _____ Horário: _____

Entrevistadores: _____

ANEXO B

QUESTIONÁRIO PARA O CADASTRO DE INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

1. Nome da instituição: _____

2. Endereço: Rua: _____ nº: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

3. Ligação ou vínculo com alguma outra instituição ou movimento? _____

Qual(is)? _____

4. Data de início de funcionamento: ____/____/____

5. Possui registro oficial? Especifique: _____

6. Qual o número de funcionários? _____

7. Como é escolhida a coordenação da instituição? _____

8. Quando foi realizada a última mudança da coordenação? _____

9. Nome do atual coordenador: _____

Função (cargo): _____

Formação (profissão): _____

Horas de dedicação por semana: _____

10. Nome(s) e telefone(s) para contato: _____

11. Tipo de atendimento: (assinale todas as alternativas que se aplicarem)

() alojamento noturno

() alojamento diurno

() oferece alimentação

possui atendimento de saúde

atividades educacionais. Especificar: _____

outros: _____

12. Horário de atendimento: _____

Dias de atendimento: _____

13. Acomodações:

cozinha

sala de TV

quartos. Quantos? _____

leitos. Quantos? _____

sala de estudos ou outras atividades. Quantas? _____

pátio

banheiros. Quantos? _____

oficina. Especificar: _____

horta

outros _____

14. Número de crianças atendidas atualmente por dia (média): _____

15. Capacidade de atendimento (nº máximo de crianças atendidas por dia): _____

16. Características das crianças atendidas:

Faixa etária: _____

Sexo: _____

Outras: _____

17. Qual o nível de rotatividade das crianças que freqüentam o centro? _____

18. Fonte(s) mantenedora(s): _____

19. Características gerais a respeito da instituição: _____

20. Nome da pessoa que forneceu os dados para o preenchimento desse questionário:

Comentários e impressões pessoais a respeito da instituição:

A - Instalações (pintura, vidraças, higiene, etc.): _____

B - Crianças (vestimenta, higiene, etc.): _____

C - Funcionários (vestimenta, atendimento, higiene, etc.): _____

D - Atividades observadas (atividades que as crianças e funcionários estavam realizando durante a visita): _____

E - Outras observações gerais: _____

Descrição do contato:

A - Receptividade ao realizarmos o levantamento: _____

B - Observações: _____

Data: ___/___/___

Entrevistadores: _____

ANEXO C

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Parte 1

1. Nome: _____
2. Idade: _____ 3. Sexo: () masculino () feminino
4. Formação: _____
5. Experiência de trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua: _____

Parte 2

1. O que esta instituição entende por crianças e adolescentes em situação de rua? Sempre foi esta a concepção? Se não, em que mudou e por quê?
2. Qual o papel desta instituição na vida das crianças e adolescentes em situação de rua?
3. Qual o principal objetivo desta instituição?
4. As crianças e os adolescentes utilizam esta instituição em função deste objetivo?
5. O que diriam as crianças e os adolescentes se fossem perguntados sobre quais são os objetivos desta instituição?
6. Se há diferenças entre os objetivos da instituição e a forma como as crianças e os adolescentes a percebem, de que forma a instituição lida com isto?
7. De que forma a instituição operacionaliza seus objetivos?
8. Esta instituição alcança os objetivos a que se propõe? Justifique.
9. De que forma a organização do serviço de atendimento em forma de rede influencia o trabalho desenvolvido pela instituição?
10. Qual a relação que esta instituição estabelece com rua?
11. Quais são os principais desafios e dificuldades do trabalho nesta instituição?
12. Quais são as principais gratificações do trabalho nesta instituição?
13. Um dos objetivos da instituição é a extinção das necessidades que a originaram?
14. Extinguir estas necessidades significa o fechamento da instituição. Esta é uma questão discutida na instituição? Como se lida com esta contradição?

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ / ____

ANEXO D

CONSENTIMENTO INFORMADO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento
Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua

Senhor (a) Coordenador (a):

A Instituição colaborará, nas próximas semanas, com a realização de um estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, do Instituto de Psicologia da UFRGS (de autoria da psicóloga Juliana Prates Santana) que busca investigar os objetivos das instituições que prestam atendimento a crianças em situação de rua. Entendemos que estas instituições desempenham um relevante papel social, e compreender seus objetivos é de fundamental importância para fins da produção de conhecimento e futuras aplicações práticas.

Para a coleta de dados serão aplicados um questionário acerca do funcionamento e da estrutura desta instituição, e uma entrevista com os seus dirigentes e/ou coordenadores, a fim de compreender os significados que estes atribuem à sua prática e ao papel que desempenham na trajetória de vida das crianças por eles atendidos.

A participação não acarreta risco para estes dirigentes e/ou coordenadores. Tentar-se-á não atrapalhar as atividades cotidianas das instituições, marcando a coleta de dados para os horários mais convenientes para os participantes. Os resultados da pesquisa serão repassados à instituição assim que o trabalho de Mestrado a que se destinam estiver concluído. Este estudo observará todas as recomendações éticas de manutenção do sigilo e da confidencialidade dos dados, que serão utilizados para fins científicos e conhecidos apenas pelos pesquisadores envolvidos.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo são a Psicóloga Mestranda Juliana Prates Santana e a Professora Doutora Sílvia Helena Koller. Qualquer esclarecimento ou informação adicional pode ser obtido pelo telefone 3316-5150.

Agradecemos sua colaboração.

Eu, _____, aceito participar do estudo acima descrito.

Data: ____/____/____

ANEXO E

ESTUDO PILOTO

O presente estudo objetiva identificar os significados que as crianças em situação de rua atribuem às instituições de atendimento. Além disto, visa à verificação do conhecimento que as mesmas possuem a respeito das instituições municipais existentes destinadas a elas. Uma vez que o instrumento e os procedimentos utilizados foram os mesmos do Estudo 1, tornam-se desnecessárias as suas descrições.

Método

Participantes

Participaram deste estudo sete crianças em situação de rua, com idades entre sete e onze anos encontradas no centro de Porto Alegre. Tais crianças foram identificadas a partir dos critérios anteriormente descritos no Estudo 1.

Resultados e Discussão

A Tabela 5 apresenta a caracterização dos participantes por idade, sexo, vinculação a uma instituição de ensino, série, realização de trabalho, obtenção de dinheiro na rua e local de moradia.

Em relação aos dados bio-sócio-demográficos, a idade média dos participantes é de oito anos, sendo cinco crianças do sexo masculino e duas do sexo feminino. Esta predominância do sexo feminino na população de crianças em situação de rua é um dado constantemente referido na literatura (Aptekar, 1996; Martins, 1996a; Yunes, Arrieche, & Tavares, 1997).

Em relação à experiência escolar, cinco crianças estão freqüentando escolas formais cursando, de uma maneira geral, a série esperada para a idade. Dois participantes não estão matriculados em escolas, sendo que um deles interrompeu os estudos na primeira série e o outro não possui experiência escolar. É interessante que estes participantes afirmam ter vontade de freqüentar uma escola, sendo que a não freqüência a uma instituição de ensino decorre do fato dos responsáveis por estas crianças não as terem matriculado. O grande número de crianças que ainda estão freqüentando a escola e o fato de estarem cursando as séries esperadas para a idade é um dado aparentemente contrário ao freqüentemente

apontado pela literatura, que aponta uma séria defasagem escolar dos jovens em situação de rua (Forster e cols., 1992; Koller, 1994; Kuschick e cols., 1996; Vasconcelos, 1996).

Tabela 5.

Identificação dos Participantes por Idade, Sexo, Vinculação à Instituição de Ensino, Série, Trabalho, Obtenção de Dinheiro na Rua, Local de Moradia

Identificação	Idade	Sexo	Vinculação à instituição de ensino	Série	Trabalha	Obtenção de dinheiro na rua	Local de moradia
T	7	F	S	1 ^a	S	S	família
U	8	F	S	1 ^a	S	S	família
V	10	M	S	4 ^a	SI	S	família
W	10	M	S	3 ^a	N	S	família
X	10	M	N	-	N	S	família
Y	11	M	S	3 ^a	N	S	abrigo
Z	11	M	N	-	S	S	família

A respeito da experiência com o trabalho, três crianças afirmam trabalhar, sendo que duas vendem balas e uma “cata” papelão. Três participantes não trabalham e não há informações acerca de uma criança. Um importante aspecto a ser enfatizado refere-se ao fato de que duas das crianças que trabalham (T e U) são irmãs e relatam desempenhar esta função juntamente com a mãe, que também trabalha nas ruas do centro. Isto aponta para a utilização da mão de obra infantil para a complementação da renda familiar. Pôde-se verificar que as meninas relacionam o trabalho com atividades de entretenimento, uma vez que afirmam não haver obrigatoriedade em obter retornos financeiros: “*Se eu não vendo, eu não apanho.*” (U, 8 anos). Elas utilizam o dinheiro, muitas vezes, para a satisfação de suas vontades. Obviamente, não se pretende defender o trabalho infantil, mas apontar o importante papel que ele desempenha na vida destas crianças na atual situação política e econômica do país. Este dinheiro obtido pelo trabalho oferece muito mais do que a simples satisfação das necessidades básicas, mas a possibilidade de realizar alguns pequenos desejos infantis. Neste sentido, uma participante aponta que uma das fontes de divertimento é o trabalho: “*eu gosto de trabalhar.*” (U, 8 anos). Talvez seja esta possibilidade de obter as mais diversas gratificações no espaço da rua que a torna tão atraente para a criança.

Ainda em relação ao trabalho e demonstrando a exploração do trabalho infantil, pode-se citar o participante Z, cujo trabalho não é aparentemente fonte de divertimento. Segundo Z, ele gostaria de estar matriculado em uma escola, mas isto não acontece pois tem que trabalhar juntamente com o irmão para ajudar no sustento da família.

Todas as crianças entrevistadas afirmam obter dinheiro na rua, sendo que três através do trabalho realizado, dois “catando latinha” e dois através da mendicância. É interessante pontuar que as crianças recebem dinheiro nas ruas simplesmente por estarem neste espaço, como afirma este participante: “*Eu ganho (dinheiro) andando.*” (Y, 11 anos). O oferecimento de dinheiro a crianças em situação de rua, principalmente às menores, é extremamente preocupante, pois são ações como esta que tornam a rua tão atrativa financeiramente para as crianças e suas famílias. Cria-se, então, um ciclo vicioso que deve ser interrompido por aqueles que costumam oferecer dinheiro e/ou alimentos para aqueles que estão na rua.

Seis participantes afirmam morar com a família e uma criança mora em um abrigo, mas realiza visitas semanais aos seus familiares. Estas crianças referem-se, muitas vezes, à família extensa, incluindo avós, tios e outros parentes, demonstrando a importância destes no cotidiano dos participantes. Esta vinculação com a família de origem corrobora dados de pesquisas realizadas com crianças em situação de rua (Alves, 1998, 2002; Santana e cols., 2000). A forte vinculação com a família não impede a utilização do espaço da rua como fonte de lazer, trabalho, obtenção de alimentos e recursos financeiros. Provavelmente, trata-se do início do processo de familiarização com o ambiente da rua, sendo que este processo pode levar, gradualmente, a uma apropriação da rua como espaço de moradia.

Em relação à Parte 2 da entrevista constatou-se que todas as crianças, com exceção do participante Y, possuem como principal local de referência a casa para a realização de todas as atividades cotidianas. Além disto os integrantes da família são citados como pessoas significativas para a criança, sendo solicitados em situações adversas, como em caso de doença ou em momentos considerados amedrontadores pelo participante. Durante a descrição das suas rotinas não há referência a instituições de atendimento destinadas a crianças em situação de rua: “*Eu vou para casa e vou para o colégio. E deu, pronto. Daí eu me arrumo e como comida e vou pra casa e tomo banho (...) depois eu troco de roupa e durmo, entendeu?*” (T, 7 anos). O participante Y por morar em um abrigo é o único que conhece o tipo de instituição investigada neste estudo, descrevendo a rotina, regras e atividades desenvolvidas no local. Uma vez que se trata de uma instituição fechada, a criança realiza todas as atividades investigadas no local. Inclusive, a entrevista foi

realizada no momento em que a criança retornava para a instituição, após passar o final de semana em casa.

Além disto, os participantes demonstram um total desconhecimento acerca da existência de instituições de atendimento destinadas a crianças em situação de rua. Em função disto os pesquisadores questionaram a eficácia do instrumento utilizado ou mesmo a pertinência da questão de estudo. Isto ocorria porque a entrevista não parecia se adequar ao perfil dos participantes, que negavam enfaticamente a possibilidade de utilizarem as ruas como espaço para dormir, para realizar cuidados de higiene pessoal ou mesmo como local de alimentação. As instituições conhecidas por estas crianças resumiam-se à escola ou a alguma associação freqüentada pelos familiares.

Durante a execução deste estudo, um aspecto que interessou a equipe de pesquisa foi a “estranha” reação que as crianças tinham ao serem abordadas pelos entrevistadores. Em geral, estes meninos e meninas esboçavam reações de medo e desconfiança, utilizando uma série de estratégias para “escaparem” dos entrevistadores. A denominada “sabedoria de rua” pode ser observada quotidianamente pela equipe durante a coleta de dados, dando origem a uma série de reflexões acerca da relação que estas crianças estabelecem com a rua, com os representantes dos Conselheiros Tutelares, com outros jovens em situação de rua, entre outros (Frosi, Doninelli, Santana & Koller, 2002).

Em virtude do tipo de relação que as crianças em situação de rua na idade abordada neste estudo estabelecem com as instituições de atendimento, optou-se por ampliar a faixa etária dos participantes da pesquisa. Desta forma, tornou-se possível identificar os significados que jovens em situação de rua, que freqüentam as instituições de atendimento, atribuem às mesmas. Contudo, é importante ressaltar a importância deste estudo piloto, uma vez que apenas a partir dele foi possível compreender melhor a relação estabelecida entre as crianças e os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento destinadas a esta população.